A luta pelo Quartel da Graça pág 5 • **Estudantes & Reforma Agrária** págs 26 e 27 • **Diógenes, o cão que ri** págs 30 e 31

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa descobre como na pág. 37

NÚMERO 49
ABRIL-JUNHO 2026
TRIMESTRAL / ANO XIV
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

A guerra é a guerra

No Irão, as lutas sociais foram as primeiras vítimas da guerra [pág. 2] e a consequência lógica deste conflito armado permanente é a militarização, com o seu rol de brutalidades já bem visíveis nos EUA e na sua milícia anti-imigrantes, ICE [págs. 17-21].

JOÃO FRANCISCO KOLLAGES | @ JFKOLLAGES

O COLETIVISMO DE DESASTRE
A catástrofe já chegou e só a solidariedade e o apoio mútuo podem responder à insensibilidade do Estado [págs. 6 e 7]

A HISTÓRIA DA BICICLETA EM LISBOA
Contra a autoridade do automóvel, a mobilidade urbana foi, e pode ser, feita sobre o selim de uma bicicleta [págs. 24 e 25]

MIGRAÇÕES: EUROPA NÃO, PORTUGAL NUNCA
Sobre os ataques da UE contra a livre circulação de humanos [págs. 22-23] e sobre mulheres migrantes obrigadas aos deveres dos cuidados pelo carácter colonial do poder [pág. 28]

A guerra é o estado natural duma sociedade que quer evitar as lutas sociais

A reacção contra a injustiça é, historicamente, proporcional ao seu tamanho, à sua brutalidade, ao seu desenvolvimento. Quanto mais as margens se comprimem, mais a água do rio as invade. Isto parece-nos não apenas lógico como, sobretudo, necessário. As explosões sociais deram-se sempre em momentos de enorme injustiça. Lógicas e, sobretudo, necessárias. É verdade que, por vezes violentamente, por vezes legal e paulatinamente, no rescaldo de cada uma dessas revoltas, fomos sempre perdendo nas contas finais entre conquistas e apaziguamento. No entanto, parte do que chamamos hoje civilização não existiria sem a violência dessas sublevações. Não o esquecemos.

Agora, ao olhar para este mundo em conflito armado permanente, constatamos que as palavras «luta» e «guerra» podem remeter para um mesmo imaginário. No entanto, no (con)texto presente, não devem ser vistas sequer como aparentadas. Se, por um lado, a luta nos tem dado tanto que é necessário que, posteriormente, no-lo voltem a roubar, a guerra, pelo seu, faz as bombas caírem sempre sobre os mesmos, em cujos ombros recairá, depois, o sacrifício da recuperação.

No Irão, esta incompatibilidade entre «luta» e «guerra» clarifica-se ainda mais. Num momento especialmente corajoso e activo dos movimentos sociais iranianos, o conflito armado entra em cena com apenas duas grandes probabilidades credíveis de saída: o reforço da brutalidade governamental ou a guerra civil. A única coisa certa é que a possibilidade de alteração de regime a partir das suas próprias ruas, das pessoas que vivem e lutam no Irão, foi a primeira vítima desta guerra. É do lado dessas pessoas que estamos, não com um ou outro dos contendores deste conflito. Que não promete sequer ser menos mortífero do que a repressão do governo iraniano.

Estamos neste mundo e queremos perceber as características particulares desta guerra, as suas razões concretas. Mas não nos deteremos nisso mais do que o necessário. Apesar de todos os ângulos de análise, do possível gozo de lançar e tentar provar teorias, não há muito a aprender em termos emancipatórios. Nesse sentido, «a guerra é a guerra»: não existe para «libertar»; conhecem-se as vítimas de antemão e também muitos dos seus beneficiários.

Também não nos deixaremos acantonar na farsa do «ou estás a favor dos EUA ou estás a favor do Irão» com que os defensores da agressão militar têm impedido qualquer conversa. A única resposta possível surgiria das caves dum convívio *punk*: «Contra tudo!». Nem desejamos a manutenção de regimes teocráticos, nem queremos um mundo onde uma pessoa decide onde caem as bombas a cada dia. Estimamos ardentemente que ambos os regimes, o dos EUA e o do Irão, faleçam de forma rápida. Mais rapidamente o do Irão, se assim se pudessem pôr as coisas, mas não menos explosivamente o que Donald Trump amplificou até à impunidade do assassinato. Devia ser simples de entender.

> Um mundo em guerra permanente é, então, o estado ideal dum sistema que se pretende manter inalterado

A brutalidade do regime de Teerão, já aqui denunciada mais do que uma vez, nunca foi segredo para ninguém. Por fazer parte dos «inimigos oficiais» do Ocidente, as notícias sobre a forma como governa e oprime são bastante frequentes nos média. Talvez por isso haja quem, do lado anti-capitalista, olhe para países como o Irão de uma forma condescendente e prefira deixar-se cegar pela luz dum pretenso anti-imperialismo. Para nós, uma teocracia é o oposto completo de qualquer sonho de liberdade e acaba sempre em banhos de sangue e assassinato do pensamento. Não é uma situação que, alguma vez, possamos subscrever, apoiar ou, sequer, mitigar.

Por outro lado, a selvajaria da «luta contra o narcotráfico» com o seu abate de barcos e pessoas sem culpa formada, a invasão da Venezuela para o seu domínio económico, a criação duma milícia anti-imigrantes - o ICE - com um rol de atrocidades por todo o território dos EUA, de que este número do Jornal MAPA traz algumas pinceladas, e que promete ser a futura (presente) polícia política de Trump, a sua própria Guarda Revolucionária, tudo isto são coisas que, roubando a formulação ao Vítor Silva Tavares, também preferimos «não frequentar».

E, claro, uma vez que esta guerra não tem a marca exclusiva de Trump, queremos ainda recordar que nunca nos posicionaremos ao lado do autor duma espécie de «solução final» que está a levar a um dos maiores e mais sistemáticos genocídios da história, o do povo palestiniano, a braços, agora, com o «cessar fogo» mais mortífero de que temos memória. Netanyahu, talvez frustrado com a diminuição do nível de assassinatos em Gaza, depois de declarar haver países que querem a destruição do seu, decidiu destruir países, numa lógica que não passaria num exame de quarta classe. Perante isto, nem apoio, nem sequer neutralidade.

Devia ser simples de entender. Tão simples como saber que as guerras são sempre feitas contra os mesmos. E que, por isso, seja ou não esse o seu objectivo principal, é sempre o desejo de mudança de baixo para cima que morre em primeiro lugar. Um mundo em guerra permanente é, então, o estado ideal dum sistema que se pretende manter inalterado.

Horta Sem-Fim. Especulação imobiliária, resistência e repressão

A Horta Sem-Fim foi uma breve experiência de autonomia, que teve lugar na primavera de 2025 em Lisboa, na freguesia de Marvila, um cinturão verde da cidade que está a ser rapidamente cimentado sob a pressão brutal da especulação imobiliária.

MELQUÍADES PONTELONGA

A Horta Sem-Fim encontrava-se num descampado de livre acesso, anexo à escola de formação profissional Cenfim, que fora abandonada alguns anos antes. A experiência foi animada por um grupo vário de pessoas, muitas das quais já tinham participado na construção do Centro Social de Santa Engrácia. Estas apropriaram-se de uma prática muito comum entre a classe trabalhadora de todo o mundo e, em particular, desta zona da cidade, que é a criação de hortas em terrenos baldios ou abandonados para o seu próprio sustento. Além da horta, também a escola e as antigas oficinas começaram a ser utilizadas.

A experiência terminou no dia 9 de abril de 2025, quando algumas dezenas de polícias de intervenção entraram no espaço e detiveram arbitrariamente oito pessoas, entre as muitas que lá se encontravam para participarem num *workshop* em solidariedade com a luta do Barroso, chamado "Sublevações Rurais e Urbanas". A PSP, misturando, como de costume e de forma grosseira, violência gratuita com justificações involuntariamente cómicas, emitiu então um comunicado sobre a detenção, referindo oito homens que ocupavam ilegalmente e pertenciam a organizações que «se apelidam de Movimento Autónomo e Anarquista – Sublevações Rurais e Urbanas». Apesar do grande esforço policial, as oito pessoas foram processadas por dois crimes menores, entrada em lugar vedado ao público e dano, e finalmente foram absolvidas, a 12 de março deste ano.

O que é que justificou a intervenção de um número tão grande de polícias? Qual é a história que se esconde por trás do despejo da Horta Sem-Fim?

Lisboa, juntamente com boa parte de Portugal, está a ser vendida aos pedaços por quem nos governa (estado central e autarquias) aos especuladores imobiliários, com a justificação de que é preciso construir mais para resolver a crise da habitação, mas com o objetivo exatamente oposto. De facto, cada novo projeto especulativo aumenta o valor de mercado de qualquer outro prédio que já exista e logo tem a consequência, direta e paradoxal, de que quantos mais prédios são construídos, tantas menos casas temos para viver.

No nosso caso, os terrenos onde se encontrava a Horta Sem-Fim pertencem a uma área destinada a um gigantesco projeto especulativo, conhecido como Unidade de Execução de Marvila-Beato[1]. O projeto abrange uma área de 28 hectares e prevê a criação de 1427 novos fogos. É um investimento de várias centenas de milhões de euros promovido pela Floris Marvila, uma sociedade por quotas gerida pelos fundadores da 1875-Finance[2], uma sociedade suíça que gere a riqueza de famílias extraordinariamente ricas (Multi-Family Office)[3].

E o que foi da escola Cenfim? A escola Cenfim recebeu dez milhões de fundos públicos do Plano de Recuperação e Resiliência para construir uma nova sede (4500 m²) no Lispolis, um novo polo tecnológico (mais uma especulação imobiliária) situado noutra zona, não *prime*, de Lisboa[4]. Ou seja, foram destinados dez milhões de fundos públicos a uma escola privada para permitir que a especulação em Marvila avançasse!

Que considerações podemos retirar desta experiência?

Os espaços de autonomia são reprimidos de forma muito rápida e violenta pela polícia, embora os processos relativos a ocupações acabem muitas vezes em absolvições (Seara, Horta Sem-Fim), ou arquivamentos (Kasa Ladra, Centro Social de Santa Engrácia). São reprimidos de tal forma, não por violarem a lei, mas porque põem em causa o princípio que ordena a sociedade em que vivemos, a propriedade privada.

Nós continuaremos a construir uma sociedade ecológica, sem estado e sem propriedade privada, onde as pessoas se organizam livremente, utilizando exclusivamente os recursos naturais necessários para o nosso sustento.

NOTAS

1 https://amebeato.pt/marvila-beato-um-horizonte-de-renovacao-e-inovacao-urbana/

2 Autos do processo.

3 https://1875.ch/

4 https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/industria/detalhe/cenfim-escolhe-lispolis-para-sediar-investimento-de-10-milhoes-na-capital

Encontro pelas Florestas: convergência nacional pela regeneração do território

De 1 a 4 de maio, apaixonados e especialistas da agroecologia e da regeneração ecológica e social têm encontro marcado nas encostas da Serra da Estrela. O IV Encontro pelas Florestas vai ter lugar em Travancinha, Seia, e é aberto a todas as pessoas interessadas.

Iniciativa da Reflorestar Portugal, o encontro acontece de dois em dois anos por diversos territórios, para promover encontro, presença e troca de conhecimento entre cidadãos e organizações e fortalecer a rede de regeneração humana e agroecológica. Aprender em conjunto e promover as agroflorestas, a regeneração de ecossistemas, a recuperação dos solos, do ciclo da água e da biodiversidade.

O foco desta edição são as políticas florestais e de regeneração ambiental, trabalhando com cidadãos interessados, especialistas, organizações, decisores políticos e comunidades. Na sequência de vários encontros regionais, o resultado será a criação de documentos com recomendações políticas a decisores nacionais, assim como de ações cidadãs de ordenamento do território.

Mais informação: reflorestar.pt

Festival Coopera Futuros em Rede

Dias 15, 16 e 17 de maio, o movimento social e cooperativo por um mundo mais justo desagua no Largo Residências. Jardins do Bombarda, em Lisboa.

Organizado pela Rizoma, com o apoio da Rede de Cooperativas Integrais, o Festival Coopera Futuros em Rede nasce de dois desejos: fortalecer pontes entre o cooperativismo e os movimentos sociais que se dedicam a uma sociedade mais justa, ecológica e democrática; e dar a conhecer o cooperativismo, enquanto alternativa económica, social e de luta, a um público o mais alargado possível.

Ao longo do fim de semana, decorrem painéis, oficinas e atividades que apontam para a cooperação como essencial à criação de alternativas concretas ao sistema vigente - da emergência climática ao antirracismo, da habitação digna aos direitos laborais, do associativismo à cultura - numa altura em que construir redes, partilhar recursos e agir coletivamente se tornam cada vez mais uma forma de existir e resistir.

O «eucaliptugal» travado na Galiza. Resistência popular vence mega fábrica da Altri

No final de fevereiro, o governo galego foi obrigado a anunciar o arquivamento do projeto GAMA. Eis o nome que a empresa portuguesa Altri dera a uma gigantesca fábrica de pasta de papel e liocel (fibra de celulose para a indústria têxtil), que pretendia construir na Galiza.

A fábrica fora anunciada há mais de quatro anos. Implicaria destruir 366 hectares de monte junto a Palas de Rei, Lugo, e a sua operação precisaria de 46 milhões de litros de água por dia e de 1,2 milhões de toneladas de eucalipto por ano. A Xunta, dominada pelo Partido Popular, alegava que não causaria «impacto ambiental significativo», e criaria até 2.500 postos de trabalho diretos (quando as três fábricas portuguesas da Altri, juntas, fazem 800 postos de trabalho).

O grande sucesso da empresa portuguesa foi levantar o maior movimento popular das últimas décadas na Galiza, desde a catástrofe do Prestige. Além de associações como Ecologistas en acción ou Greenpeace, nasceu a Plataforma Ulloa Viva, com vinte grupos locais. Investigadores da Universidade de Santiago de Compostela mobilizaram-se contra a destruição da biodiversidade. Um *crowdfunding*, com recompensas de todo o tipo oferecidas por projetos da região, angariou 85 mil euros para a estratégia legal contra o projeto.

Na primavera de 2025, centenas de embarcações desceram em manifestação o rio Ulla. Em Santiago de Compostela, por duas vezes, manifestações monumentais juntaram perto de 100 mil pessoas para gritar «Altri non» e opor-se também aos projetos mineiros que ameaçam a região. As razões do protesto eram «simples e de bom senso», declarava Marta Gontá, da Ulloa Viva: defender «a qualidade de vida que temos» e contra a vontade da Altri de «nos dar 8.754 quilos de gases poluentes por dia» e poluir «o rio Ulla com 60 toneladas de sulfatos por dia», contra «a expropriação de terras e a entrega de enormes quantidades de água e terras férteis para que esta indústria possa arrancar as raízes das nossas montanhas a seu bel-prazer, enquanto um deserto verde de monocultura nos devasta».

A Altri é detida por um grupo de milionários da região de Aveiro: Ana Mendonça, Paulo Fernandes, João e Pedro Borges de Oliveira, e Domingos Vieira de Matos. Os três primeiros figuram na lista, divulgada em março, das 50 maiores fortunas de Portugal. Dentro do estado português, já detêm três mega fábricas: Celbi, na Figueira da Foz, na margem do Mondego; Biotek, nome com que rebatizou a malfadada Celtejo, em Vila Velha de Ródão, e Caima, em Constância, nas margens do Tejo.

Em 2018, a Altri empenhou-se numa perseguição ao «guardião do Tejo» Arlindo Marques, após as suas denúncias da poluição no rio.

A voracidade das fábricas de pasta de papel, e agora também de fibras têxteis, não só converteu em «desertos verdes» um quarto da área florestal portuguesa, como implica já a importação de toneladas de eucalipto da Galiza, mas também do Brasil ou de Moçambique, a milhares de quilómetros de distância.

A nova mega fábrica na Galiza chegou a estar prevista para 2023. No fim de 2022, a Xunta declarou-a «projeto industrial estratégico», permitindo à empresa expropriar os terrenos da população. A União Europeia atribuiu-lhe o selo STEP - Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa. O executivo galego aprovou uma Declaração de Impacto Ambiental favorável.

Para a sociedade civil e partidos da oposição, tratava-se de «uma bomba ambiental», o «projeto industrial mais prejudicial apresentado na Galiza nas últimas décadas» e a Altri representava o «franquismo industrial», «empresas que só sabem fazer dinheiro e espalhar pobreza». E não arredaram pé.

Além das ruas e tribunais, foi no governo central que se levantaram os obstáculos decisivos. O executivo espanhol, onde participa a plataforma Sumar, recusou à Altri 30 milhões de euros de fundos europeus. Depois, o Ministério para a Transição Ecológica excluiu do planeamento da rede elétrica até 2030 a subestação de energia que a fábrica requeria, deixando a Altri às escuras.

Com cautela, na Galiza e em Portugal é tempo de celebrar.

Governo passa cheque milionário para mina de lítio, mas o Barroso «vive e resiste»

PALOMA RUIZ

O ataque à região do Barroso para extrair minerais intensificou-se este inverno. O governo decidiu atribuir 110 milhões de euros de dinheiro público à Savannah Resources, que pretende abrir a maior mina de lítio da Europa em Covas do Barroso. A empresa de especulação mineira comunicou de imediato a notícia à Bolsa de Londres, onde é cotada.

Na região, grassa a indignação. «Eles fazem a mina com fundos públicos, nós ficamos com o prejuízo a dobrar e eles com os lucros»; «Sendo a tal galinha dos ovos de ouro que apregoam não deveria precisar de financiamento público e muito menos a fundos perdidos»; «Sermos nós a pagar com os nossos impostos a destruição das nossas terras, do nosso povo e da nossa saúde!»

A ZERO exigiu a suspensão imediata do apoio, denunciando as táticas empresariais predatórias. «Quem ganha com este negócio são as multinacionais e os centros industriais do norte da Europa, enquanto Portugal sacrifica o seu património natural e a qualidade de vida dos seus cidadãos. E ainda paga para ser explorado».

«O Estado legitima e sustenta uma iniciativa privada que ameaça destruir uma região classificada como Património Agrícola Mundial», reagiu a Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB), denunciando esta «perversão do interesse público, à revelia de consultas públicas, decisões locais e pareceres de associações ambientais, a que se juntam repetidas críticas por parte de orgãos nacionais e internacionais».

Estudos técnicos independentes, divulgados pela UDCB, vêm identificando falhas graves na avaliação do projeto mineiro, que subavalia riscos e impactos. O Comité da Convenção de Aarhus considerou que o estado português escondeu informação ao público durante avaliação ambiental, violando direitos fundamentais de participação. O Ministério Público defendeu a nulidade da Declaração de Impacto Ambiental.

Sinais das trocas de serviços no seio da elite política e económica, a Savannah contratou no ano passado dois ex-ministros, e um dos seus acionistas é Avelino Mota Gaspar, dono do mega grupo de exploração animal Lusiaves e um dos principais financiadores do PSD.

No terreno, a empresa tem oferecido dinheiro a várias associações barrosãs e realizou em fevereiro cinco «sessões de informação», prosseguindo a sua estratégia de se infiltrar na região e semear discórdia entre a população.

Também o projeto da Minerália / Allied Critical Materials para reabrir e expandir a mina da Borralha, em Salto, e extrair mais tungsténio, cobre e estanho numa zona já altamente poluída com metais pesados, recebeu em janeiro declaração de impacto ambiental positiva. Com a mina do Romano, da Lusorecursos, em Montalegre, são as três principais aflições da população e ameaças ao ecossistema barrosão, num total de 12 projetos mineiros só naquela região - que dá de beber a grande parte do norte do país.

A Universidade do Porto mantém silêncio perante a carta aberta enviada em janeiro por 12 movimentos e associações. Pedem esclarecimento e responsabilidade ética no que respeita ao envolvimento de seus académicos nestes projetos, lembrando que «a ciência deve servir o bem comum e contribuir para decisões informadas, justas e sustentáveis».

Não é «sacrificando comunidades que mantêm relações responsáveis com a terra que se constrói uma sociedade ambientalmente equilibrada; mas sim reconhecendo a sua importância ecológica e criando condições para a sua continuidade», afirma a UDCB. «Numa região marcada pela carência de serviços públicos, é inaceitável que o governo opte por financiar um projeto que compromete a vida das populações e hipoteca o seu futuro».

«Não temos um hospital ou uma escola secundária por perto. A maternidade mais próxima fica a hora e meia de carro. O que temos vem de uma vida a trabalhar, sem ajudas. E agora querem-nos tirar tudo», denuncia Maria Loureiro, agricultora de Romainho. «Mas nós não vamos ceder. Vamos lutar contra isto até ao fim».

O financiamento estatal poderá ser anulado, se as condições contratuais não forem cumpridas até ao final do ano. No Tribunal de Justiça da União Europeia avança a ação movida pela UDCB e a ClientEarth contra a atribuição do estatuto de projeto estratégico europeu à mina da Savannah.

Entretanto, corre o convite para que toda a gente consciente e solidária se junte em Covas de 6 a 10 de agosto, para a 6ª edição do Acampamento em Defesa do Barroso.

Mais Graça no quartel

A decisão do estado de ceder um dos principais monumentos do bairro da Graça, em Lisboa, para o grupo Sana fazer um hotel de luxo despertou a resistência da vizinhança. Há dois anos que a Assembleia da Graça se reune em coletividades do bairro e, a 29 de março passado, juntaram-se centenas de pessoas e diversos coletivos da cidade em frente ao antigo convento, para uma "ManiFESTA", por "menos turismo, mais comunidade".

CHIARA MONETA

FOTO: MARISA CARDOSO

Na tradição popular, Lisboa é chamada a cidade das sete colinas. Hoje em dia, na área metropolitana, existem muitas mais; no entanto, uma das mais conhecidas e amadas foi sempre a colina da Graça, famosa pelos seus lindos miradouros onde se pode admirar o pôr-do-sol sobre a cidade.

No topo desta colina ergue-se o maior e mais importante monumento da zona, o Convento da Graça. Construído pela primeira vez no século XIII, foi reconstruido no século XVI e novamente depois do terramoto de 1755. Após a extinção das ordens religiosas masculinas, em 1834, as estruturas conventuais foram ocupadas pelo Exército e, mais tarde, pela GNR. É por esta razão que, no bairro, o edifício é conhecido como o «Quartel da Graça».

Em outubro de 2023, um grupo de ativistas pelo direito à habitação decidiu apropriar-se do quartel.

Em 2016, o primeiro executivo de António Costa divulgou uma lista de 30 monumentos que seriam abrangidos pelo Revive, programa lançado para recuperar e valorizar o património histórico através do turismo, com a concessão destes imóveis a privados que ficariam responsáveis por explorar hotéis ou restaurantes. O Quartel da Graça foi um dos monumentos incluídos nesta lista.

Foi neste contexto que, em 2019, o Estado celebrou um contrato de concessão de exploração do quartel da Graça com o grupo Sana Hotels, por 50 anos, com o objetivo de o transformar, no espaço de 4 anos, num hotel de 5 estrelas.

Entretanto, o projeto sofreu várias alterações e a sua aprovação só aconteceu em 2024, numa reunião privada do executivo da CML de Lisboa, após empate entre votos a favor e votos contra (votos contra: três dos Cidadãos Por Lisboa, dois do PCP, um do BE e um do Livre; votos a favor: liderança PSD/CDS-PP que governava sem maioria absoluta e três abstenções do PS).

O projeto prevê uma grande obra de ampliação com demolição, para uma superfície de pavimento de 18.922,17 metros quadrados.[1]

Desde o início da concessão, em 2019, o edifício foi completamente deixado ao abandono e à degradação. Em outubro de 2023, um grupo de ativistas pelo direito à habitação decidiu apropriar-se do quartel, na noite de *Halloween*. Foi nessa noite de festa que muitas pessoas se aperceberam do grande desperdício que era deixar um edifício público daquelas dimensões a um grupo privado, que iria excluir completamente a população.

Passado um ano, no outono de 2024, o coletivo Stop Despejos decidiu alertar as pessoas do bairro e lançar uma campanha contra a construção de um hotel de luxo numa cidade já estrangulada pelo turismo: «O bairro da Graça já há muitos anos está a sofrer os efeitos do turismo. Muitas pessoas e lojas foram despejadas e o bairro transformou-se num parque de diversões para turistas. Nós, que ficamos, perdemos, um a um, todos os espaços da vida comunitária e os serviços de que precisamos, substituídos por serviços para turistas: fecharam as frutarias e mercearias do bairro, ficámos sem piscina e sem transportes públicos (já lá vai o tempo em que se podia apanhar o 28!), sofremos o barulho das obras constantes, quase não temos pastelarias a preços normais, não podemos andar pela Travessa do Monte invadida pelas barulhentas esplanadas, o trânsito está um caos com tantos *tuk-tuks* e *ubers* e só pode piorar com um mega-hotel! A construção do novo hotel de luxo, no centro geográfico do bairro e no lugar do seu maior prédio iria dar o golpe final ao nosso bairro».

No mesmo comunicado, a Stop Despejos convida a população a refletir sobre o uso do quartel como «espaço co-construído e utilizado pela comunidade em função das suas necessidades presentes e desejos futuros, sem o apoio ou autorização da CML ou da Junta de Freguesia», alegando que «seria uma compensação mínima por termos perdido grande parte do nosso bairro».

Nessa altura foram colados vários cartazes nas ruas a anunciar a primeira assembleia de bairro em novembro de 2024, na Graça, numa sala da Caixa Económica Operária. Foi uma assembleia muito participada, em que apareceram mais de 100 pessoas e onde se refletiu sobre como parar as obras no quartel e sobre o que a população gostaria de ter em lugar de um hotel. Em simultâneo, realizou-se também uma assembleia de crianças em que os mais pequenos expressaram os seus desejos, pintando uma grande planta do quartel.

Desde então, a «Assembleia da Graça - Parar o Hotel no Quartel» reúne-se pelo menos uma vez por mês em espaços cedidos pelas coletividades do bairro. Trata-se de uma assembleia apartidária que se desenvolve de forma horizontal (há sempre uma pessoa que modera e outra que toma notas, rotativamente) e em que todas as pessoas são bem vindas.

O manifesto explica em pormenor os propósitos da Assembleia da Graça, mas, antes de tudo, o seu objetivo principal: «Temos como objetivo comum Parar o Hotel no Quartel e reivindicar o espaço para uso, gestão e fruição comunitária». «Somos a favor de destinar toda esta área a usos mistos, ao serviço das necessidades reais da população do bairro e da cidade: fins habitacionais, educativos, culturais, artísticos, serviços de assistência e infraestruturas ligadas ao bem estar das pessoas e à qualidade de vida urbana».

As iniciativas promovidas neste primeiro ano e meio foram muitas: foi divulgada uma petição que conta com 4 mil assinaturas, foram organizadas várias manifestações e ações de sensibilização, eventos desportivos e populares no bairro, formações sobre bens comuns ou passeios sobre gentrificação. A Assembleia também tem desenvolvido trabalho no campo jurídico, analisando os documentos disponíveis relativos ao contrato de concessão estipulado com o Grupo Sana.

Percebeu-se que várias das cláusulas previstas nesse documento estão agora em incumprimento: o prazo da conclusão das obras não foi respeitado (até dezembro de 2023), e não foi apresentado nenhum plano de manutenção do edifício, que, pelo contrário, continua em estado evidente de degradação. Tudo isto, provavelmente, sem pagar a renda prevista a partir de 2024 (cerca de 1,79 milhões de euros/ano ao Estado), nem as coimas pelo atraso da obra. Entretanto, depois da movimentação e dos eventos organizados pela Assembleia, o grupo Sana pareceu ficar preocupado e acelerou o processo, vedando a obra com um tapume e afixando um cartaz com o alvará (datado de 6 de março de 2026).

«Temos como objetivo comum Parar o Hotel no Quartel e reivindicar o espaço para uso, gestão e fruição comunitária».

A Assembleia da Graça está determinada a continuar a luta, mesmo tendo consciência de que não será fácil pressionar o Estado e a CML a rescindirem o contrato de concessão e a parar a obra, por mais ilegítima que seja. Apesar de ter de enfrentar os interesses de uma empresa gigantesca e extremamente poderosa como o grupo Sana, a Assembleia quer continuar a manifestar-se, a crescer como movimento popular e a mostrar que o bairro da Graça quer resistir ao turismo predador, exigir mais habitação, mais espaços coletivos abertos a todas, e que não quer nem precisa de mais hotéis ou de alojamentos para turistas.

NOTAS

1 https://www.publico.pt/2024/07/26/local/noticia/lisboa-aprova-tres-novos-hoteis-antigo-convento-senhora-graca-2098978

Contra o «capitalismo de desastre», o «coletivismo de desastre».

DIOGO DUARTE
ILUSTRAÇÃO TIAGO BAPTISTA

Em «catástrofe natural», o «natural» remete para a natureza aquilo que frequentemente é a dimensão social de uma catástrofe. Mas uma catástrofe nunca é apenas «natural» nas suas causas e consequências. E nos últimos anos, perante a sucessão de catástrofes, a sensação que dá é que boa parte dos territórios, em especial no interior, já estão em parte em autogestão ao nível social. Infelizmente, só o descobrem depois de a desgraça se abater sobre eles. Foi o que vimos perante a devastação causada pela depressão Kristin. Foi aquilo a que assistimos durante os incêndios no verão de 2025, entre outros episódios. E será cada vez mais assim nas catástrofes que se seguirão.

É fácil remeter a indiferença e a inação do Estado para a incompetência do executivo em funções. E há, de facto, incompetência, especialmente na comunicação, evidenciada pela forma patética como essa inação é substituída por desajeitadas cambalhotas retóricas e performances audiovisuais infantis. Mas o Estado é cada vez mais isso. Pelo menos no campo da resposta social, o Estado vai-se reduzindo a uma performance, a uma simulação que finge simultaneamente a sua necessidade e a sua insuficiência e onde se insurge a aparente inevitabilidade do mercado. Não é, assim, apenas fruto de insensibilidade ou incompetência que, no pós-depressão Kristin, as primeiras palavras do primeiro-ministro tenham sido de elogio às seguradoras. Nem que a banca tenha reagido com grande celeridade na criação de linhas de crédito para auxiliar nas reparações. Ou que a presença estatal se tenha afirmado, mais notoriamente, pelo passeio das esplendorosas comitivas ministeriais no meio da destruição, em vídeos de ministros para as redes sociais ou com sessões de fotografia em tendas de campanha militares.

Não estamos perante simples incompetência. Há um paradigma subjacente, programado, em que se acelera a degradação do Estado e a afirmação do mercado como alternativa. Tem-se-lhe chamado «capitalismo de desastre».

Capitalismo de Desastre

O «capitalismo de desastre» não se verifica somente como reação à oportunidade de retorno que surge numa catástrofe natural ou bélica. Ele revela-se também noutros desastres menos instantâneos e cataclísmicos — mas igualmente destrutivos. É especialmente evidente o caso da habitação e da saúde em Portugal, onde a demissão e degradação calculada do Estado são feitas em simultâneo com um esforço para abrir alas ao capital privado.

Como é evidente, o mercado não surge — senão retoricamente — como alternativa ou complemento ao Estado. Até porque a sua afirmação nesses setores depende da degradação das capacidades que o Estado apresentava com relativa eficácia. E depende, obviamente, da possibilidade de retorno, quase sempre explorada através de práticas predatórias. Logo, essa afirmação do mercado no lugar do Estado não se dá de forma desinteressada, nem com o fim de suprir as necessidades das populações, e certamente não será de esperar que se revele capaz de responder de forma imediata em situações de colapso social e infraestrutural, como acontece numa catástrofe, quando algumas das urgências mais prementes se colocam.

Não estamos perante simples incompetência. Há um paradigma subjacente, programado, em que se acelera a degradação do Estado e a afirmação do mercado como alternativa.

É nesse espaço que, em situações de catástrofe, vemos surgir a mobilização coletiva e se disseminam rapidamente formas de solidariedade e de apoio mútuo. São a primeira resposta de socorro — e por vezes a única. Perante o abandono das autoridades, convertem-se muitas vezes em estruturas de assistência contínua, fundamentais para a reconstrução das comunidades e das infraestruturas, quando os holofotes mediáticos e as oportunidades de lucro rápido desaparecem.

O que essas manifestações têm de inspirador, comovente ou glorioso, não deve servir para nos fazer ignorar o que contêm de igualmente trágico. Quando afirmei que boa parte dos territórios parecem estar já em grande medida em autogestão, apesar de não o saberem, não estava propriamente a anunciar uma vitória.

Não é propriamente uma vitória / Só o povo salva o povo

Desde logo, porque esse coletivismo emerge de facto de uma catástrofe. A dimensão quase romântica desses gestos não esconde a realidade terrível em que surgem. Além disso, se é verdade que são as pessoas que fazem as coisas funcionar, muitas vezes mais contra ou apesar do Estado ou do mercado do que graças ao Estado ou ao mercado, é igualmente verdade que nos tornámos demasiado dependentes das infraestruturas e recursos do Estado, especialmente nestas circunstâncias. E é igualmente verdade que mesmo a mobilização coletiva e a ajuda prestada precisam de recursos que obtêm invariavelmente através da troca privada. Em tudo isto, permanece a tragédia.

Quando afirmei que boa parte dos territórios parecem estar já em grande medida em autogestão, (...) não estava propriamente a anunciar uma vitória.

A própria surpresa que a capacidade de mobilização coletiva e a solidariedade suscitam, resulta, antes de mais, da forma como o egoísmo e a sobrevivência do mais forte se afirmaram como as forças que orientam os nossos comportamentos e relações e que, por isso, sustentam

Não é uma questão tática ou de oportunismo; é de sobrevivência. A catástrofe já chegou.

a nossa «normalidade». Quando essa «normalidade» desaparece, desaparecem igualmente alguns dos mitos que a sustentam.

O Estado tem uma presença relativamente recente na história da humanidade — ainda mais recente é a história de um Estado «social», de «bem-estar» ou «providência» — e as pessoas sempre dependeram dos seus próprios meios e da solidariedade e organização coletiva para enfrentarem as calamidades que enfrentavam. Esta história não é uma história cheia de maravilhas, mas também não é, certamente, a história do «homem lobo do homem» ou da guerra de todos contra todos, como a apresentam algumas das narrativas fundacionais da nossa cultura.

O que fazer, portanto, dessa verdade — a de que «só o povo salva o povo» — que se revela nestas ocasiões, em que uma aldeia se vê cercada pelas chamas, uma cidade se vê inundada, um telhado voa ou a eletricidade desaparece?

Coletivismo de Desastre

Por oposição a esse «capitalismo de desastre», que se expande perante a demissão do Estado e após a destruição das comunidades e laços sociais que as sustinham, surge aquilo em que alguns contextos se chamou de «coletivismo de desastre» (ver, por exemplo, o livro de 2009, de Rebecca Solnit, *A Paradise Built in Hell: The Extraordinary Communities That Arise in Disaster*). Nos últimos anos, a sucessão de eventos catastróficos por todo o mundo, e que atingem com especial intensidade as pessoas e os territórios mais vulneráveis — aqueles que se situam nas zonas interiores de cada país ou nas periferias do mundo, ocupadas por populações abandonadas e marginalizadas, seja pela pobreza, pelo racismo ou até pela idade —, impôs rapidamente sobre as populações atingidas a mesma evidência de que dependemos cada vez mais de nós próprios e da mobilização da força coletiva.

Os lugares e os momentos da catástrofe expõem uma brecha onde podem e devem surgir respostas contrastantes com a presença quase performativa do Estado e com as expressões predatórias e oportunistas do mercado.

A lenta ou residual intervenção do Estado, e o aparecimento predatório de agentes privados, fez surgir as mesmas práticas e redes de apoio mútuo e de solidariedade que vemos agora nas zonas destruídas pela depressão Kristin. Foi o que aconteceu com o furacão Katrina em Nova Orleães em 2005 (ver o livro de 2011, de Scott Crow, *Black Flags and Windmills: Hope, Anarchy and the Common Ground Collective*) com o furacão Sandy em Nova Iorque em 2012, com o furacão Maria em Porto Rico em 2017, com o rebentamento da barragem em Brumadinho no Brasil em 2019 ou com os incêndios da Califórnia nos últimos anos.

Em muitos casos, essas redes persistiram, e persistem, estabelecendo-se como as principais organizações de apoio em comunidades que já se encontravam tremendamente fragilizadas antes da catástrofe. Mas persistiram, igualmente, porque a força coletiva que se descobre nesses momentos tem um efeito transformador nas pessoas envolvidas — como se tivessem descoberto, por essa via, que «outro mundo é possível», para usar o cliché quase abandonado nas últimas décadas, mas invocado como lema por uma dessas redes de apoio mútuo, a Occupy Sandy.

Parte do sucesso dessas práticas de apoio espontâneas e horizontais resultou da capacidade de alguns envolvidos juntarem a experiência desenvolvida em percursos militantes anteriores a instituições locais com capacidade logística e infraestrutural, como igrejas locais ou outras associações; ou seja, resultou, acima de tudo, por operarem «através das» e «com as» comunidades e não «sobre» elas (estas experiências, muito mais ricas do que estas rápidas e míseras palavras dão a entender, estão expressas em muitos livros e até manuais que se encontram com facilidade online).

Uma Questão de sobrevivência

Perante os diagnósticos de impotência da esquerda e do deserto de lutas que antecede os desafios que vão agora surgindo — da ascensão da extrema-direita ao genocídio da Palestina e às alterações climáticas —, a previsível sucessão de catástrofes, que se acumularão nos próximos tempos, abre um campo de lutas e de antagonismos que desafia os repertórios habituais da esquerda e da militância. Expõe fissuras onde se manifestam antagonismos e limites, quer do Estado quer do mercado, na sua imensa burocracia e dependência institucional.

Situações como as que se colocam perante as consequências da depressão Kristin são uma dessas fissuras. Os lugares e os momentos da catástrofe expõem uma brecha onde podem e devem surgir respostas contrastantes com a presença quase performativa do Estado e com as expressões predatórias e oportunistas do mercado. A mobilização que se gera nestas circunstâncias expõe uma força coletiva e uma solidariedade onde parecia só existir a competição e o individualismo. De resto, essa força não se encontra nem se cria nas situações em que a esquerda e os grupos militantes parecem aplicar todo o seu ímpeto em busca de uma saída para esse outro mundo.

O que se pode antecipar, nas práticas militantes, é a preparação para se ser capaz de intervir nessas fissuras e expandir essa força. Não é uma questão tática ou de oportunismo; é de sobrevivência. A catástrofe já chegou. E não seleciona os seus alvos, ameaça todos.

31 de janeiro em Turim: contar as lutas (e a repressão)

ELEONORA CIONGOLI
NICOLETTA CIONGOLI

FOTO: CONTROPIANO.ORG

No dia 31 de janeiro de 2026 chegaram a Turim cerca de 60.000 pessoas para participar na grande manifestação de luta contra o governo italiano, as suas políticas militaristas e os seus ataques aos espaços sociais. Esta manifestação aconteceu num contexto mais específico, o encerramento violento, em dezembro do ano passado, do centro social Askatasuna de Turim, espaço ocupado desde o ano de 1996.

Falámos com algumas companheiras de Turim para darem o seu testemunho sobre o estado do movimento desde o despejo do espaço até ao dia da manifestação.

Antes do despejo

O Askatasuna começou a ser alvo de repressão governamental e policial já antes do despejo definitivo em dezembro. Esta repressão aconteceu através de ataques a uma outra ocupação onde as militantes do Askatasuna organizavam eventos de autofinanciamento e cujo sistema de som foi confiscado, acabando o espaço por ser despejado.

Além disso, o processo de «legalização» do Askatasuna, através do acordo de *bene comune* entre o centro e a câmara municipal da cidade de Turim, ou seja, o reconhecimento da ocupação como espaço para a comunidade, com consequente legalização, culminou em medidas repressivas. Com a justificação de «segurança estrutural» do espaço, metade do prédio ficou inacessível, de forma preventiva, à espera de renovações. A Câmara de Turim acabou por anular o acordo com o Askatasuna com efeito imediato, o que levou ao despejo final. Por isto tudo, os meios de ação do Askatasuna eram já limitados antes do despejo definitivo. O eco mediático que a questão do Askatasuna teve mostra claramente a importância simbólica de um espaço militante como este para os movimentos sociais na Itália de hoje e das práticas de lutas não só de ocupação, mas de revolta contra um governo fascista e o estado policial que vigora.

Desde o princípio do governo de Meloni, em 2022, assistimos a medidas repressivas, com os vários *DDL Sicurezza* - projetos de lei de segurança -, que estão a tornar-se cada vez mais severas. Com o último decreto, aprovado no dia 5 de fevereiro de 2026, foram promulgadas novas medidas de proteção das forças policiais. Foi também aprovado um novo decreto relativo à detenção preventiva até 12 horas participantes em manifestações que sejam suspeitos de cometer algum crime no decorrer dessas manifestações. O artigo 10º do decreto reforça o tal *daspo urbano (Dacur)*, que amplia a interdição de acesso a zonas urbanas para quem já foi acusado ou condenado por crimes em manifestações de rua. Além disso, o artigo 4º estabelece «zonas de supervisão reforçada», caracterizadas por atos de criminalidade, a que pessoas sinalizadas pelas autoridades policiais ou jurídicas não poderão ter acesso.[1]

Estas medidas, apesar de ainda não terem entrado em vigor no dia 31 de janeiro, foram aplicadas em Turim. Antes da manifestação a polícia identificou de forma «preventiva» (e completamente arbitrária) quase 800 pessoas de toda a Itália: algumas foram detidas durante várias horas e outras nem conseguiram chegar a Turim; em ambos casos dezenas não puderam participar no cortejo.

O dia da manifestação

Às 14 horas do dia 31 foram três as concentrações, respetivamente em Porta Susa, Porta Nuova e Palazzo Nuovo, que se uniram mais tarde na praça Vittorio Emanuele. Entre os 60.000 manifestantes de toda a Itália, cerca de 1.000 pessoas vestiram-se de preto, ao pé do centro Askatasuna, prontas para a guerrilha urbana, e lutaram com a polícia durante duas horas. Alguns episódios de «violência dos manifestantes» impressionaram as plataformas mediáticas, tornando-se, mais uma vez, a razão para a direita governativa atacar os movimentos de luta italianos. Há diferentes narrativas a ilustrar os eventos de 31 de janeiro: por um lado, a instrumentalização do caso de um polícia que, apesar de estar armado, foi atingido por um martelo vindo do lado dos manifestantes em resposta a estar a agredir uma companheira que se encontrava no chão; por outro, o caso de um manifestante de 60 anos deixado a sangrar depois do ataque da polícia numa chuva de gás lacrimogéneo com disparos ao nível da cabeça. No final da manifestação, pelo menos 45 pessoas receberam apoio da equipa médica auto-organizada.[2]

O que chegou aos média nacionais foi só a resposta dos manifestantes à violência estatal, cada vez mais feroz, punitiva e aleatória. Confirmando-se assim também a retórica, típica dum estado policial, onde apenas a «autodefesa» das forças policiais é considerada legítima, e a resistência é só violência selvagem e desprovida de qualquer razão.

Na opinião pública, os momentos de rua e de conflito são moldados por uma narrativa desumanizadora e reacionária. Como é que podemos então desconstruir esta narrativa?

Pensamos que é indispensável definir uma política das margens, e formular coletivamente «objetivos concretos, materiais e a médio prazo, que alimentem as lutas de e pelo bairro, como aconteceu no bloco organizado pelo Neruda, uma ocupação de habitação com dez anos, que surgiu do coletivo Prendocasa e Askatasuna, e que tomamos como exemplo por ser muito próxima da nossa própria realidade política. O bloco com o tema das lutas pelo direito à habitação, ao trabalho e ao direito ao reddito - equivalente ao RSI português -, que vem duma experiência no bairro Aurora de Turim, para responder às suas necessidades. Nas palavras das companheiras de Turim, os acontecimentos do dia 31 são a expressão máxima do conflito possível em Itália, tanto em termos numéricos como de força nas ruas: «Foram momentos importantes, onde percebemos que um nível de conflitualidade tão elevado pode colocar-se em prática, juntos». Uma conflitualidade que é continuamente instrumentalizada pelo estado para apertar com as medidas de repressão e vigilância e que, portanto, necessita ser discutida pelos movimentos sociais.

O cortejo despertou uma reflexão espontânea sobre as práticas de luta. A completa deslegitimação de protestar e do possível conflito com as forças policiais foi um claro sinal da importância destes espaços sociais serem reconhecidos como sujeitos políticos. Um empenho em repensar a luta nos bairros, em cuidar da relação com as suas moradoras, em criar relações com escolas e trabalhadoras. Este trabalho dá-nos legitimidade, também quando saímos à rua, para que o conflito possa ser compreendido também fora dos movimentos sociais e dos seus militantes.

NOTAS

1 Rede *Libere di lottare contro lo stato di guerra e polizia*, "Sumario das medidas do novo DDL Sicurezza, 05/02/2026" - https://www.instagram.com/liberedilottare_noddl1660

2 *Network Antagonista Torinese*, "Comunicato del primo soccorso in piazza 05/02/2026" https://www.instagram.com/network.4nt4g-0nist4.torinese

Desliga a censura, liga a Rádio Blackout

A Rádio Blackout nasceu em Turim, em 1992, criada pelo encontro entre um coletivo universitário e outros coletivos autónomos, algumas pessoas anarquistas e alguns «cães soltos». Decidiram comprar a frequência 105.25FM e concretizaram um sonho antigo: criar uma rádio livre em Turim.

JORNAL MAPA
FOTOS **RADIO BLACKOUT**

As ondas de rádio de Turim foram invadidas por vozes «contrárias», que promovem diariamente música e contra-informação, autogestão e autofinanciamento, identificando no antifascismo, anticapitalismo, antissexismo e antiautoritarismo as referências culturais e políticas que, ao longo dos anos, (e partilham todavia…) todos os que participaram no projecto.

A rádio começou a emitir inicialmente a partir do bairro de San Salvario e alguns anos depois mudou-se para o bairro Aurora, onde continua até hoje. Ao longo de mais de trinta anos, muitas vozes passaram pelos seus microfones. A rádio tornou-se um espaço de música independente, debate político e contra-informação, mantendo uma ligação forte com o mundo heterogéneo dos movimentos sociais de Turim, em particular com centros sociais, casas ocupadas e outras experiências de base. Um dos aspetos centrais do projeto sempre foi dar espaço a lutas e conflitos sociais frequentemente ausentes ou manipulados nos media dominantes.

Um dos aspetos centrais do projeto sempre foi dar espaço a lutas e conflitos sociais.

O funcionamento da rádio baseia-se numa reunião semanal e aberta da redação, onde quem participa nas transmissões e na vida da rádio contribui também para as decisões coletivas sobre o projeto. É o espaço onde levamos adiante o projeto da rádio, decidimos as iniciativas, discutimos a grelha de programação e partilhamos as novidades da semana, problemas, etc. A rádio continua a recusar qualquer forma de publicidade comercial e sustenta-se exclusivamente através do autofinanciamento, de eventos de apoio e das contribuições de quem apoia o projeto. Com o tempo, a emissora ampliou também o seu alcance: para além da transmissão em FM, hoje pode ser escutada *online* (em radioblackout.org) e através de DAB (*digital audio broadcasting*). Temos um programa de informação e análise, mas também outros, como um programa que inclui dedicatórias para pessoas presas, ou um programa sobre imigração e sobre as lutas pelo encerramento dos Centros de Detenção para Repatriação.

Para além da programação radiofónica, a Rádio Blackout organiza frequentemente concertos, debates, apresentações de livros e outras iniciativas culturais que fazem da rádio também um espaço de encontro e socialidade. Em determinado momento, a rádio começou também a propor o seu próprio festival (que se chama «festa»), tanto como forma de financiamento, como também para tornar conhecida a realidade de uma rádio completamente autogerida, guiada em todos os seus aspetos por uma assembleia editorial. Graças à participação voluntária de muitas pessoas, a rádio tornou-se também um espaço de encontro, experimentação cultural e discussão crítica. Manter uma rádio livre tem custos anuais inevitáveis, mesmo com todo o trabalho voluntário. No total, os custos anuais chegam a cerca de 38.500€. Mas o nosso maior problemas além da sobrevivência financeira é a falta de espaços (e há sempre mais ocupas despejadas…), especialmente quando está frio no comprido inverno que aqui temos.

A rádio continua a recusar qualquer forma de publicidade comercial e sustenta-se exclusivamente através do autofinanciamento.

Participámos em 3 edições do *Onde Riflesse*, um encontro de rádios independentes italianas construído sobre o conhecimento e sobre as relações de emissoras comunitárias que partilham um espírito semelhante. Sem definir limites precisos, estas emissoras de rádio transmitem ao vivo sem vínculos laborais e sem amarras institucionais, defendem a sua independência por meio da autogestão e da rejeição da publicidade, e extraem força e propósito da existência de comunidades e relações horizontais reais. Destes encontros nasceu a ideia de construir um espaço comunitário entre 7 rádios independentes – Rádio Ondarossa, Rádio Wombat, Rádio Quar, Rádio Eustachio, Rádio Spore, Rádio Neanderthal e Rádio Blackout –, que transmitem juntas, todas as sextas-feiras, o programa *Ponte Radio*.

A Rádio Blackout está sempre aberta ao que se passa na rua. Em 1994 transmitiu ao vivo os confrontos que ocorreram por ocasião da transferência do Centro Social Leoncavallo de Milão (que foi despejado no verão passado). Durante a cúpula do G8 em Génova, em 2001, a Rádio Blackout participou ativamente na sua cobertura através da Rádio *Genova Action Press*, uma rádio temporária que surgiu da colaboração entre várias emissoras independentes e ligadas a movimentos sociais. Em 2019 cobriu o despejo da histórica ocupa Asilo. A manifestação em defesa da Askatasuna foi bem preparada antes: nesse dia fizemos o programa *Ponte Radio*, e o *streaming* foi feito através de várias outras rádios *online*. Na sombra, vamos seguindo em frente…

Baixaram as armas, e agora?

Em maio do ano passado, o PKK anunciou a sua dissolução e o fim da luta armada. O vento parecia, finalmente, soprar de feição. Por breves instantes, a paz deixou de ser uma miragem. Entretanto, o tão aclamado processo de paz estagnou, em parte devido à relutância do governo turco em dar o próximo passo.

RAFAEL BAPTISTA
RAFAEL.BAPTISTA2000@HOTMAIL.COM

As engrenagens do xadrez político no Mediterrâneo e no Médio Oriente são tão complexas quanto a psicologia por detrás dos respetivos jogadores. Assim, não é possível compreender as motivações do líder do PKK, Abdullah Öcalan, sem antes nos debruçarmos sobre a presumível lógica de Ancara.

Em outubro do ano passado, Michael Gunter, professor de ciência política na Universidade Tecnológica do Tennessee e uma das maiores autoridades sobre o tema, escreveu um artigo académico no qual vaticinou que o atual processo de paz, tal como está concebido, tem poucas hipóteses de evoluir para uma paz duradoura.

Embora a Turquia tenha incentivos para conduzir o processo a bom termo – designadamente o elevado custo económico e político do conflito, bem como o impacto nocivo na imagem internacional do país –, manter a chama da discórdia revela-se politicamente mais seguro e útil para o regime do que empreender reformas. Estas, naturalmente, exigem concessões que Ancara parece não estar disposta a fazer. Até porque, segundo Gunter, «os dois lados têm perspetivas totalmente diferentes». «Ancara sempre enquadrou a questão na ótica do terrorismo; ao passo que o PKK a vê como uma questão de direitos».

Por ora, o único lado disposto a ceder em prol de um bem maior parece ser o PKK. O grupo abdicou de muito em troca de quase nada, arriscando que o desarmamento seja entendido como uma rendição. Na melhor das hipóteses, afirmou Gunter, o objetivo de Öcalan poderá ser «saturar o governo com tantas concessões que Erdoğan se veja forçado a retribuir». «Se tal não se verificar, o PKK terá facilidade em acusar Ancara e em regressar à luta armada», rematou. Uma manobra arriscada, sem dúvida. Especialmente se considerarmos que Öcalan se encontra detido há mais de duas décadas e que a organização corre o risco de se fragmentar caso as negociações corram mal.

Seja como for, na ausência de mecanismos credíveis de reintegração para combatentes e líderes, assim como de garantias legais e constitucionais passíveis de verificação, o risco de um retorno à violência mantém-se elevado. Tanto ao PKK como à restante população curda na Turquia e nos países limítrofes, resta apenas esperar por dias melhores. O mais provável é que estes tardem a chegar.

Enquanto este nó górdio não for desatado, comentadores e analistas entretêm-se a tecer teorias. Há-as para todos os gostos, embora a maioria favoreça Ancara. Não obstante, existem exceções. É o caso de Loqman Radpey, especialista na matéria. Num artigo publicado em janeiro deste ano no *Middle East Forum*, Radpey colocou a questão nos seguintes termos: «Para turcos, árabes e persas, o nacionalismo sobrepõe-se à paz. Já os curdos procuraram sempre a coexistência e o compromisso no quadro dos Estados que os governam».

«Esse desequilíbrio», escreveu, «revelou-se-lhes profundamente oneroso». Feitas as contas, Ancara não atendeu a nenhuma das reivindicações históricas do PKK, a começar pelo reconhecimento de um Estado curdo independente.

Ao Jornal MAPA, John Kiriakou, antigo oficial de informações da CIA e denunciante do programa de tortura norte-americano, desenha um quadro desolador. «Penso que, em última análise, os turcos odeiam os curdos – curdos turcos, iraquianos ou sírios; é-lhes indiferente».

> O atual processo de paz, tal como está concebido, tem poucas hipóteses de evoluir para uma paz duradoura.

Outro sinal de má-fé reside no facto de as negociações entre as partes serem mediadas pelo serviço de informações turco, mais conhecido pela sigla MIT. Não é, por isso, de estranhar que uma eventual resolução do conflito beneficie mais Ancara do que o PKK. Além disso, depois de 27 anos de prisão, é possível, embora improvável, que Öcalan possa sucumbir à violência psicológica e física do cárcere e à pressão das autoridades. A hipótese não reúne muito apoio entre os especialistas citados neste artigo, mas certamente dá que falar.

A mão invisível de Ancara

A intransigência da Turquia não se limita às suas fronteiras. No passado dia 19 de dezembro, o ministro da Defesa Nacional turco Yaşar Güler afirmou publicamente que o movimento separatista curdo não cumpriu o seu compromisso com a paz e que, pelo contrário, teria transferido combatentes e armamento para a República Islâmica do Irão. O suposto objetivo desta operação seria aproveitar um país enfraquecido pela guerra contra Israel e, se possível, depor o governo dos *mullahs*. Foi com base nessa teoria rocambolesca que os dois países uniram esforços contra a ala iraniana do PKK – o Partido da Vida Livre do Curdistão, também conhecido pela sigla PJAK. Contudo, a influência do grupo na região é, na verdade, inexpressiva, não constituindo um perigo significativo para nenhum dos países.

«O conflito entre Israel e o Irão não terminou da forma como desejavam, e o Irão infligiu pesadas baixas ao PJAK ao realizar operações contra o grupo», reiterou Güler. Sobressai a aparente serenidade com que Ancara admitiu ter cooperado com um país em relação ao qual mantém uma desconfiança de longa data. Essa desconfiança ficou particularmente evidente no contexto sírio, quando, em 2011, Ancara apoiou grupos rebeldes contra Bashar al-Assad, então sustentado pelo regime dos aiatolás. Em 2010, um artigo publicado pela Jamestown Foudation especulava que o objetivo do PJAK seria forçar a Turquia a entender-se com a República Islâmica do Irão, isolando-a internacionalmente.

Se depender da Turquia, o processo de paz só estará concluído quando o PKK e os seus simpatizantes se mentalizarem de que a única solução é submeter-se à primazia turca. Qualquer grupo que apresente alguma similitude – real ou imaginária – com o PKK é automaticamente rotulado de terrorista, mesmo que não o seja. Isso pouco importa: Ancara pretende, a todo o custo, reavivar o poderio otomano pelo qual nutre grande apreço. Tal só será possível esmagando a dissidência, dentro e fora de portas. Ao que foi possível apurar, não interessa se, para tal, é preciso ameaçar os seus vizinhos, como aconteceu recentemente na nova e problemática Síria.

«A lógica de que os curdos são irmãos na Turquia, mas inimigos além-fronteiras é inaceitável», disse Tulay Hatim Oglari Urog, co-presidente do Partido pela Igualdade e pela Democracia dos Povos (DEM, na sigla turca), durante uma entrevista ao jornal The New Arab, datada do início deste ano.

Desde meados do ano passado, a Turquia tem-se desdobrado em visitas oficiais e apelos a Damasco, a fim de agilizar o processo de integração das Forças Democráticas Sírias (FDS) no exército nacional sírio. Dê por onde der, Ancara rejeita veementemente qualquer modelo de autonomia curda e acusa as FDS – compostas maioritariamente pelas Unidades de Defesa Popular (YPG) – de agirem sob as ordens do PKK. A liderança das FDS já veio demarcar-se publicamente do PKK, mas Ancara faz ouvidos de mercador.

O futuro avizinha-se incerto. Tenebroso, até. Especialmente para as FDS, cujo sacrifício corre o sério risco de ter sido em vão. No fim de contas, o eixo Ancara-Damasco provou ser todo-poderoso, até mesmo para os soldados que lutaram corajosamente contra a barbárie do Estado Islâmico. Por enquanto, as opções disponíveis são poucas, e as que existem são desanimadoras. Se as mais recentes negociações entre as FDS e Damasco não sofrerem nenhum revés – retorno à luta armada ou impasse diplomático –, poderemos assistir ao início do fim da luta pela autodeterminação curda na Síria. O controlo sírio do território autónomo curdo – incluindo a capital, Raqqa, e os campos petrolíferos em Deir ez-Zor e Al-Hasakah – constitui uma vitória política para Damasco, mas sobretudo para Ancara, que vê com bons

olhos a redução da «ameaça» curda junto à fronteira.

Nesta nova Síria, renascida das cinzas da opressão e do fanatismo religioso, parece não haver lugar para a minoria curda, que, ao que tudo indica, foi abandonada à sua sorte. Logo agora, que está mais vulnerável. Em janeiro deste ano, o enviado especial norte-americano para a Síria, Tom Barrack, anunciou na rede social X que a parceria com os aliados curdos havia «expirado». Assim se encerrou mais um capítulo, com os EUA a assumirem o seu apoio ao governo de Ahmed al-Sharaa, também conhecido pelo nome de guerra Muhammad al-Julani. A notícia caiu como uma bomba.

Depois de tanto sangue derramado, os curdos sentem-se traídos e afirmam que a súbita mudança de posição se traduz numa cumplicidade com as atrocidades cometidas pelo novo regime sírio.

«Estes episódios demonstram que os EUA não combatem o terrorismo com base na sua própria definição do termo, mas em função dos seus interesses políticos. Por conseguinte, quem, num dado momento, foi considerado uma ameaça à segurança nacional – ou rotulado de terrorista – pode, consoante as circunstâncias, vir a ser autorizado a perpetrar atos terroristas, caso se alinhe com o campo norte-americano», sublinhou Sirwan Semerani no diário curdo-iraquiano Rudaw, a 12 de janeiro deste ano.

O posicionamento norte-americano era previsível. Em dezembro do ano passado, Gunter vaticinava que a mais recente Estratégia de Segurança Nacional se traduziria numa visão pragmática e, porventura, algo fria da política externa norte-americana, relegando o Médio Oriente para segundo plano. «Pelo contrário», escreveu, «os EUA adotarão uma postura mais transacional e interesseira, primando pelos seus interesses económicos, pela segurança energética e pelas oportunidades comerciais, à custa da promoção da democracia e dos direitos humanos». Daqui em diante, «o papel da Turquia ganhará maior relevância à medida que os EUA procurarem delegar responsabilidades em parceiros regionais». Tal significa que «Ancara poderá obter maior apoio norte-americano para os seus objetivos na Síria».

O último ato

Durante anos, as FDS foram a primeira – e a mais massacrada – linha de defesa contra o Estado Islâmico. Agora, veem-se obrigadas a abandonar a única estrutura operacional que conheciam e pela qual muitos deram a vida. Cabe agora ao governo sírio garantir que o processo de integração curda decorra sem problemas. O país – e, possivelmente, a estabilidade de todo o Médio Oriente – pode depender disso.

Segundo uma análise publicada este ano pelo *think thank* Critical Threats, «o governo sírio não está em condições de substituir as FDS enquanto parceiro credível de combate ao Estado Islâmico no nordeste da Síria». Além disso, há outro problema: neste momento estão detidos cerca de 26 mil militantes do grupo salafista em campos como al-Hol, cuja gestão exige mão firme e muita experiência. Experiência que os homens de Sharaa não possuem. Ninguém garante que, se o processo der para o torto, o estado desses prisioneiros se mantenha inalterado. A inexperiência, aliada à má organização, cria um ambiente propício ao ressurgimento do Estado Islâmico.

Nesta nova Síria, renascida das cinzas da opressão e do fanatismo religioso, parece não haver lugar para a minoria curda, que, ao que tudo indica, foi abandonada à sua sorte.

Mas a esperança ainda não morreu. Como uma flor, precisa apenas de ser regada com carinho. Por ora, a liderança do PKK ainda não transformou o seu descontentamento com a erosão das FDS numa rejeição total das conversações com Ancara. Ou seja, enquanto houver uma possibilidade, por mínima que seja, a paz ainda tem alguma margem de manobra. Resta somente esperar que a Turquia compreenda que a exaustão militar raramente produz vitórias políticas duradouras e que, sem uma arquitetura de segurança inclusiva, todo e qualquer acordo está, invariavelmente, condenado ao fracasso. A história recente da região demonstra que soluções impostas pela força tendem a germinar novos ciclos de violência e de instabilidade regional prolongada. Irá Ancara aproveitar a oportunidade para fechar este capítulo encharcado de sangue e dor?

NOTA

Com o desencadear de mais uma guerra no Médio Oriente, a República Islâmica do Irão e os seus aliados intensificaram os ataques por *drones* e mísseis contra bases no Curdistão iraquiano, que Teerão acusa de fomentar o separatismo e de servir interesses imperialistas. Paralelamente, surgem relatos de que a CIA poderá ter fornecido armas ligeiras a grupos curdos em solo iraniano — informação que contrasta com a desconfiança manifestada pela sociedade curda em relação aos EUA, depois de os terem abandonado no Iraque e na Síria. Babaseikh Hosseini, líder da Organização da Luta do Curdistão Iraniano, admite, inclusivamente, a possibilidade de atravessar a fronteira para fomentar uma insurreição nas regiões curdas do Irão, ainda que tanto o governo federal iraquiano como o Governo Regional do Curdistão neguem, pelo menos publicamente, qualquer envolvimento direto. Para os EUA, os rumores acerca de uma possível aliança secreta servem, sobretudo, para transferir o *ónus* para os curdos, sinalizando-os como alvos do regime iraniano. Por outro lado, encaixam que nem uma luva na narrativa turca, assente na caracterização destes últimos como atores beligerantes. Ainda assim, face ao comportamento ambíguo que Ancara tem vindo a demonstrar, a escalada do conflito poderá, em última instância, beneficiá-la. Afinal, um confronto direto entre as partes seria devastador para os curdos.

Esta análise foi redigida com base na informação disponível até ao dia 8 de março de 2026.

Balas que furam o confortável vácuo das ideias

NUNO PEREIRA
PEDRO MORAIS
SOLIDCOMPASUCRANIA@RISEUP.NET

Mural em Odessa aos anarquistas caídos na Guerra da Ucrânia

Não é certamente uma novidade o debate entre anarquistas sobre métodos, estratégias, tácticas, teorias ou práticas. E nesta realidade, não faltam exemplos da confrontação entre visões opostas sobre a violência, o pacifismo, a luta armada ou a guerra. Mas há algo de novo na forma como se aborda a Guerra na Ucrânia, que, por exemplo, pouco tem que ver com o debate que se gerou entre companheiros sobre a participação anarquista na Primeira Guerra Mundial, cuja evolução nos levou à consensual participação na Guerra Civil Espanhola ou à inevitável participação na Segunda Guerra Mundial. A difusão acrítica de uma quantidade de argumentos impregnados de propaganda imperial, ignorância histórica e cinismo colonial nos nossos meios não tem paralelo histórico e parece ser um reflexo cruel do momento que os movimentos libertários atravessam.

Podemos até não ter certezas absolutas de como chegámos aqui, mas a verdade é que aqui estamos, mergulhados em silêncios incómodos, dogmas ideológicos e num medo angustiante de nos confrontarmos com o futuro que se adivinha. E ao dizer "confrontarmos" é num sentido literal: a razão que ao longo dos quase dois últimos séculos levou centenas de milhares de pessoas a enfrentar o inferno do autoritarismo com a sua própria vida e a rejeitar inequivocamente a "paz" moribunda da servidão.

Estas reflexões, cozinhadas em lume brando durante quatro anos, vêm a propósito de uma série de cinco sessões de apresentação do documentário *Anti-authoritarians at War* e de debate sobre o papel dos anarquistas e antiautoritários na Guerra da Ucrânia, que ocorreu entre os dias 5 e 12 Março de norte a sul de Portugal. Com a participação de uma companheira dos Solidarity Collectives e da Cruz Negra Anarquista Kiev, alguns dos episódios que rodearam esta pequena turné são demonstrativos do excepcional desdém, paternalismo e arrogância com que os e as companheiras anarquistas ucranianas têm sido tratadas pelos seus pares ocidentais. Ainda que sem a gravidade de episódios como o ocorrido em 2023 no encontro anarquista de Saint-Imier, onde os pais de um companheiro morto em combate tiveram de testemunhar algumas jocosas gargalhadas durante o minuto de silêncio em sua memória.

No entanto, a companheira que nos visitava ainda foi brindada com alguns valiosos ensinamentos sobre o excepcionalismo português, que, segundo um participante, nos isentou de "sermos feitos para a guerra", ao contrário dos "povos eslavos, que são mais guerreiros". Na mesma sessão, foi confrontada com a rápida solução para este conflito, que aparentemente passa por "lutarem pela paz, em vez de lutarem pela guerra". De nada serviu a este candidato a *miss* mundo a vã explicação de que ninguém, civis ou militares, se voluntariou para ser bombardeado e invadido; nem tão-pouco fez efeito a analogia com os movimentos de libertação nacional das ex-colónias portuguesas, que, pela lógica, erraram ao lutarem pela guerra da sua libertação em vez de lutarem pela paz da sua escravidão.

> Podemos até não ter certezas absolutas de como chegámos aqui, mas a verdade é que aqui estamos, mergulhados em silêncios incómodos, dogmas ideológicos e num medo angustiante de nos confrontarmos com o futuro que se adivinha.

Claro que também não podia ter faltado o clássico esclarecimento ocidental de que, na verdade, estas pessoas – os Ucranianos –, com as suas terras bombardeadas, os seus familiares e amigos mortos, as suas vidas alteradas e com marcas que perdurarão por gerações, não são afinal mais do que "marionetas" nas mãos dos imperialistas do mal, e que de facto não têm qualquer vontade própria nem poder de decisão quando resistem aos imperialistas do bem. Será talvez porque os mesmos ucranianos ignoram a clareza linear dos acontecimentos geopolíticos que decorrem no presente, facílimos de entender caso tivessem visto um vídeo no Youtube de um qualquer Mearsheimer desta vida. Pelo contrário, são chatos estes ucranianos, com as suas análises à história da resistência centenária ao avanço de tantos impérios que por ali passaram, e com a sua inquebrável vontade de expor como a romantização de um sovietismo libertador – que nunca existiu – nos impede de ver a realidade colonial de um sovietismo genocida que tantas cicatrizes lhes causaram.

Algumas destas reacções, apesar de serem minoritárias no universo anarquista, são, ainda assim, ruidosas. Outras, perante a possível polémica e, diríamos até, inevitável contradição de apoiar os e as companheiras que se juntaram ao Exército ucraniano, optaram pelo silêncio da desconfiança ou pela posição de "nem uns nem outros". Não há, na história contemporânea, um exemplo de resistência armada que não tenha tido as suas contradições, que não tenha recebido financiamento ou que não tenha alimentado a besta da indústria do armamento. Mas nunca vimos que fosse necessário referir este facto incontestável quando falamos dos zapatistas, da Palestina, das ex-colónias portuguesas, da Guerra Civil de Espanha, da luta contra o *apartheid*, dos *maquis*, entre tantos outros exemplos. E há um outro tipo de excepcionalismo chocante nalgumas vozes críticas: um preconceito que parece isentar os povos eslavos das teorias anticolonialistas que aceitamos noutras latitudes, como se fosse possível excluir os povos, as culturas e as identidades desta região europeia das movimentações imperiais que durante séculos procuram escravizar estas populações.

Perante isto, queremos abrir as portas ao debate, contrariando um *statu quo* que mortifica o pensamento e o movimento, mesmo quando o tópico é polémico. E porque somos muitos a acreditar no poder de romper todo o silêncio incómodo com um debate certeiro, e não com polémicas paralelas, esta visita trouxe de volta actos e palavras de solidariedade com um povo ucraniano que luta pela sua sobrevivência e liberdade. Ao mesmo tempo, deixou-nos um importante testemunho nas palavras da nossa companheira Mira, numa entrevista que será publicada no próximo número do Jornal Mapa. Um relato de quem, como a generalidade dos anarquistas na Ucrânia, fez um percurso que foi dos clássicos chavões pacifistas à determinação colectiva, e consensual, de um movimento anarquista que entende bem que não vive no vácuo das ideias, mas na realidade contraditória e complexa de uma comunidade não-homogénea que luta pela sua autodeterminação. E que o futuro da luta antiautoritária, tal como o seu passado, reside em não virar as costas às suas gentes, nem às suas terras quando elas mais necessitam das nossas armas: o apoio mútuo, a solidariedade, a resistência auto-organizada e as ideias libertárias.

No meio do horror e da complexidade da guerra, é isto que tantos e tantas companheiras nos gritam aos ouvidos há já 12 anos, mas que teimamos em não ouvir. Mesmo quando esses gritos se transformam em sangue e vidas são perdidas. Foi isto que nos disseram **Maksim Nauimenko, Olga Volkova, Yura Lebedev, Yuriy Samoilenko, Igor Volokhov, Vladislav Yurchenko, Samuel Newey, Ruslan Tereshchenko, Sergei Petrovichev, Cooper Andrews, Roman Legar, Alexander Varzakov, Dmitry Petrov, Sergey Ilchenko, Marci, Eugene Osievsky, Zhvir, Finbar Cafferkey, Sergey Kemsky, Dmitro, Zhenya, Vladimir Antonenko, Viktor Kotsiubynskyi, Mykyta Okhrimenko, Margarita Polovinko, Sergii Apuhtin, Olexander "Vampire" e Davyd Chychkan.**

Que as suas vozes e ideias ecoem no futuro de todos.

O que pode um nenúfar

Um nenúfar que muda as suas características femininas para masculinas e depende de um besouro para se reproduzir e o que pode o mundo vivo trazer para as lutas interseccionais e anticapitalistas.

INÊS VEGETAL
ILUSTRAÇÃO **NOA**

Reza a lenda tupi que Jaci, a lua, transformou uma mulher, que por si se apaixonou através do seu reflexo no rio, no gigante nenúfar vitória-régia para que se lhe juntasse como estrela das águas.

Na Grécia Antiga, os nenúfares representavam as ninfas, divindades femininas que habitavam florestas e rios. Foi esta a referência escolhida em 1753 para cunhar a grande família dos nenúfares, ou plantas aquáticas da família das *Nymphaeaceae*.

Com um papel simbólico de relevo, transversal a inúmeras culturas e civilizações ao longo de milénios (dos Maias ao Antigo Egito), os nenúfares representavam tendencialmente símbolos ligados ao feminino: a mulher que perdida de amor cai ao rio, o leite que brota da deusa Hera, as Ninfas e a pureza. Por isso mesmo, é o nenúfar vitória-régia *(Victoria amazonica)* que Noa escolhe como exemplo para nos mostrar como pode a área de estudo e prática interdisciplinar Ecologia Queer ajudar-nos a desafiar as normas:

«Temos uma tendência para atribuir géneros ao mundo vegetal e [os nenúfares] são um ótimo exemplo: sempre associados ao feminino, à pureza, quando, por exemplo, no caso da vitória-régia tem a capacidade interessante de se reproduzir por protoginia, isto é, as características femininas das flores mudam para masculino e as pétalas mudam de branco para rosa. Esta planta precisa ainda de outro ser vivo para se reproduzir (um escaravelho *Cyclocephala*). Esta planta representa as ideias por detrás da Ecologia Queer: a fluidez e capacidade de transformação e a cooperação.»

A Ecologia Queer não é uma disciplina estanque ou correria o risco de ir contra o seu propósito. Com o objetivo de desafiar a habitual perspetiva antropocêntrica, heterenormativa, branca e binária com que somos educados a ver mundo, a Ecologia Queer surge como uma lente, um ponto de vista, que nos convida a olhar o mundo animal e vegetal e as suas relações sociais e culturais de uma forma menos «humana».

Tendo como base teórica a interseção de diversas áreas de estudo como a Teoria Queer, Ecofeminismo, Justiça racial, para pessoas com deficiência e comunidades migrantes, a Ecologia Queer propõe não só uma «forma mais ampla e inclusiva de nos relacionarmos tanto com as nossas [próprias] identidades como com o que nos rodeia. Uma forma de olharmos para o mundo e vermos diversidade e não patologias, erros ou coisas «fora da normalidade».

Numa conversa com Noa, artista e herbalista, esta explica-nos que apesar da lente da Ecologia Queer ser muitas vezes usada para repensar a forma como compreendemos o mundo animal, na realidade podemos adotar este ponto de vista para reavaliar tudo, incluindo o mundo das plantas:

«Quando surge a botânica enquanto disciplina e toda a formulação do [Carl] Linnaeus, que veio trazer binários sexuais às plantas, isto foi uma imposição nossa: o que nós vemos nos humanos vamos agora impor às plantas para ser de mais fácil compreensão. Isto apaga uma série de expressões e relações sociais super-complexas, reduzindo-as. Lógicas como, se os humanos são heteronormativos como base, então tudo o resto são erros ou patologias, não são reais». O que não é verdade. Nem nos humanos nem no resto do mundo vivo.

Nesse sentido e para que não caiamos mais uma vez numa lógica de catalogação do mundo segundo a forma como nos compreendemos enquanto espécie, Noa lembra-nos que quando aplicamos termos como «plantas *queer*» ou «animais *queer*», não quer dizer que estes seres vivos de facto o sejam, servindo-nos estes conceitos antes para nos relembrar que o normal não existe:

«É importante perceber que quando se usa o termo "plantas *queer*", não é um termo para caracterizar propriamente as plantas porque as plantas não se autointitulam de *queer*, não se autocategorizam no seu género e sexualidade. Acho que o uso deste termo serve mais para realçar esta fluidez e diversidade na natureza como uma forma quase reivindicativa, no sentido de que, se assumimos que tudo é cisnormativo, então [uma planta como a vitória-régia] é *queer* porque sai desta norma. Na minha visão, e acho que da Ecologia Queer, o ideal é que um dia estes termos acabem por cair em desuso porque deixará de existir uma norma e um fora da norma, existindo apenas diversidade».

Se a mutabilidade e a sua fluidez é um dos pilares da Ecologia Queer que nos ensina a ser curiosos, a estar despertos e disponíveis para outras realidades e formas de experienciar a vida, o outro ponto estrutural desta filosofia é o mutualismo. Mais uma vez podemos pegar no exemplo do nenúfar vitória-régia, cuja reprodução depende de um pequeno besouro e o besouro do seu néctar para se alimentar, para nos relembrar que a simbiose entre seres vivos é a base essencial à vida e que também nós fazemos parte deste ecossistema complexo.

O avanço do capitalismo ao longo dos séculos, circunscrito pelos seus dogmas de exploração e atomização, cingiu um mundo composto de normas binárias, estanques e antagónicas: o homem e a mulher, o corpo e o espírito, a natureza e o humano. Nesse sentido, e tendo em conta a urgência dos nossos tempos, novas linhas de pensamento como a Ecologia Queer poderão ser um bom ponto de partida para reavaliarmos não só o nosso lugar nesta rede de complexos ecossistemas interdependentes a que chamamos «mundo», mas também a responsabilidade que temos na mesma.

A Ecologia Queer surge como uma lente, um ponto de vista, que nos convida a olhar o mundo animal e vegetal e as suas relações sociais e culturais de uma forma menos «humana».

Que na interseccionalidade da nossa luta encontremos sempre espaço para novas e outras formas de vida.

Noa ajudou-me a escrever este artigo e foi num dos seus *workshops* que tive um contacto mais próximo com a Ecologia Queer. Artista e herbalista, Noa tem vindo a dedicar a sua prática a criar relações entre plantas e conhecimento popular através dum ponto de vista *queer* e interseccional. Com o seu projeto «Orar ao Louro Bravo», no qual explora a forma como as plantas podem refletir identidades *queer* em Portugal, tem vindo a disponibilizar uma série de *workshops*, enquanto faz crescer um arquivo sobre identidades. Este projeto encontra-se aberto à participação comunitária para quem quiser fazer parte deste arquivo artístico sobre plantas e identidades *queer*. Para participar ou saber mais acedam a noapmendes.com.

Esperanteroj

Considerações e informações relacionadas com essa estranha língua que é de todos e não é de ninguém

IGOR CEREJO
ILUSTRAÇÃO DEDO MAU

É fácil imaginar um mundo onde o esperanto (e/ou as linguagens inclusivas) seja oficialmente reconhecido, ensinado e praticado em grande escala… e que, apesar disso, seja tão peçonhento, ou mesmo mais, do que este que nos tocou na rifa.

No entanto, pela extrema facilidade da sua aprendizagem, o esperanto poderia bem ser usado como língua franca entre os indivíduos e as organizações que, de uma maneira ou de outra, resistem à voracidade e à perniciosidade do capitalismo e do Estado.

Foi certamente com essa intenção que, no princípio do século XX, ele se disseminou no seio do movimento operário. Por toda a parte apareceram grupos empenhados na sua divulgação. O porta-voz da Confederação Geral do Trabalho, o jornal diário A Batalha, tinha nas suas páginas uma coluna intitulada "La esperanta ângulo"[2] na qual se anunciavam cursos e atividades, e onde se fazia a apologia da língua universal como ferramenta útil para a luta de classes.

Em 1921 é criada a Sennacieca Asocio Tutmonda (SAT)[3] que foi, e continua a ser, a maior organização esperantista que aponta nessa direção e sobre a qual já escrevemos no número 43 do jornal MAPA e de que ainda vamos falar neste artigo.

Essa apropriação do esperanto pelos movimentos emancipatórios desagradou, e desagrada, a uma grande parte da comunidade esperantista, nomeadamente à Universala Esperanto Asocio (UEA)[4], que defende um movimento bem-comportado e teoricamente neutral que, por via da expansão e oficialização do esperanto, cobriria a terra com o seu manto mágico de paz e amor.

Nos dias de hoje, e apesar das cambalhotas que o mundo deu entretanto e das diferenças, mais ou menos óbvias, que nos separam desse tempo, a situação é bastante parecida. Continua a haver uma clivagem, provavelmente menos acentuada, entre os que veem o esperanto como um fim (poresperantistoj, UEA…) e os que olham para ele como um meio (peresperantistoj, SAT…).

> Continua a haver uma clivagem, provavelmente menos acentuada, entre os que veem o esperanto como um fim [...] e os que olham para ele como um meio.

No entanto, aparentemente, muita gente usa o esperanto, desde os seus primórdios (finais do século XIX) até à atualidade, sem partir muito a cabeça com essas questões, frequentando com o mesmo à-vontade as duas correntes. Focando-se sobretudo no aspeto linguístico, no caráter lúdico, e na sua apetência, enquanto movimento no geral, para o convívio e a entreajuda…

Deixando as divagações em vinha d'alhos, e para aqueles que não se tenham assustado com o que foi exposto, ou com a quantidade de lixo que aparece na internet relacionado com o esperanto, no caso de terem feito alguma pesquisa aleatória, seguem algumas informações de caráter prático:

– A Portugala Esperanto Asocio (PEA)[5], sócia coletiva da UEA, que desde 2017 teve as portas fechadas, entre outras razões, por causa de uma mudança de sede forçada pelo aumento das rendas, recomeçou a sua atividade e já pode ser visitada. A biblioteca e uma parte do arquivo ainda não estão disponíveis, mas já se realizou uma assembleia geral em que foi eleita uma nova direção. Já há um curso de iniciação a decorrer e há outro na calha sobre o qual te podes informar em esperantocursopt@gmail.com ou aos sábados entre as 15 e as 17 horas na Praceta Humberto Delgado, n.º 1-B, no Monte Abraão, a 600 metros da estação de comboios de Queluz-Belas (Linha de Sintra).

– Em Lisboa, na Casa do Comum, começará em março a ser realizado um encontro quinzenal (segunda e última quarta-feira de cada mês, entre as 17h30 e as 19h) de estudo em conjunto e de *babilado*[6].

– No Porto, na AJA Norte (Associação José Afonso) vai começar, também em março, um curso sobre o qual podes saber detalhes pelo endereço ajanorte@gmail.com.

– Em Leon (Espanha), entre 19 e 26 de julho de 2026, terá lugar o 99.º Congresso da Sennacieca Asocio Tutmonda. O programa e as condições de inscrição podem ser consultados em https://sat2026leono.org/.

Aqueles e aquelas que tiverem interesse em aprender esperanto e quiserem fazê-lo sem gastar a sola dos sapatos e sem aturar bípedes implumes podem experimentar o *site* lernu.net que tem fama de ser bom.

Já aqueles que forem dados a leituras de teor académico e notas de rodapé poderão ler com bastante proveito a tese de doutoramento ("O esperanto em Portugal: língua internacional e movimentos sociais") de Sónia Gomes, que pode ser descarregada através do endereço https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15819/4/phd_sonia_ribeiro_gomes.pdf.

Ĝis baldaŭ

NOTAS

1 *Esperant* (raiz) + *er* (sufixo que designa partículas ou pedacinhos daquilo que a raiz sugere) + *o* (substantivo) + *j* (plural). Portanto, qualquer coisa como «partículas de esperanto».

2 "O ângulo do esperanto".

3 Associação Mundial Anacionalista.

4 Associação Universal do Esperanto.

5 Associação Portuguesa de Esperanto.

6 Conversação descontraída.

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

Olá!

Sou o S., estou detido no E. P. G., fui preso por tráfico de droga e nestes dois anos fui sujeito a não ter assistência médica, sem bomba de asma durante cinco dias, sendo que sofro de asma desde criança. Neste tempo já apanhei COVID-19, uma infecção pulmonar e uma respiratória, por não ser atendido atempadamente pela parte da enfermaria. As enfermeiras deixaram-me com 40º de febre, diziam que não estava com febre porque o termómetro que tinham estava avariado. As condições deste E.P. são muito desagradáveis e degradantes, a começar pela enfermaria, médico e até as educadoras. A comida não é bem confeccionada e não tem qualquer qualidade, as condições das celas são deploráveis, sobrelotadas, cheias de humidade, mofo, vidros partidos, paredes com tinta a descascar e buracos. Já estive com dezasseis pessoas dentro de uma camarata! Agora estou com mais cinco, somos seis numa cela diminuta! Os reclusos pedem para ir ao médico e dentista e quase nunca são chamados, eu para ser chamado ao dentista tive que fazer uma queixa para que me chamasse, porque senão nunca iriam chamar.

Gostaria de denunciar tudo o que se passa aqui porque podemos ter praticado crimes mas não é, nem justo, nem tão pouco, humano, o que nos fazem aqui! Se não fosse a ajuda que nos damos uns aos outros não sei o que seria de nós!

Se eu fosse vento

Se eu fosse vento seria...
Um furacão!
Que com os seus ventos fortes,
Arrasa com tudo no seu caminho
E semeia caos e destruição!
Mas...
Somente a destruição das guerras...
E quem as provoca!
Apesar de tudo isso...
O Furacão...
Tem um interior calmo,
Onde o sol brilha
E reina o seu bom fundo...
Que após a sua passagem
E apesar de toda a destruição que causou
Traz renovação!
Se fosse vento...
Soprava e destruía todas as guerras,
Todas as injustiças...
Controlava as marés...
Ajudava os veleiros a chegar a bom porto,
E soprava as chuvas para onde houve secas
Se fosse vento,
Poderia ser o Alísio
Que traz a mudança
E renovava a esperança!
Ai se fosse vento...
Sussurrava segredos...
De amor aos ouvidos,
Dizia-te o quanto és querida...
Empurrava-te para os teus sonhos!
Se fosse vento,
Seria livre
E nada nem ninguém...
Me poderia reter...
Se fosse vento...
Seria um vento de primavera,
Perfumado de rosas e lavanda...
Que traz consigo a Primavera...
As Andorinhas...
E os dias mais amenos...
Se fosse vento
Seria o teu respirar

Carlos Alberto de Miranda Cardoso

Sempre cá estivemos, sempre aqui estaremos

TRANSMUTAR REDE ATIVISTA

No dia 29 de Março pelo menos 3000 pessoas marcharam do Intendente à Ribeira das Naus na Marcha de Visibilidade Trans. Neste dia a comunidade trans reforçou a sua aliança com o Benformoso e as suas posições anti capitalistas, anti racistas e de organização intercomunitária.

A PSP identificou, revistou e reteve ilegalmente duas pessoas da organização que asseguravam funções de cuidado e segurança colectiva — expondo, mais uma vez, o seu papel repressivo contra as nossas comunidades.

Desde o início da marcha, a polícia perseguiu pessoas da organização, isolou-as e recorreu a técnicas de intimidação, ridicularizando participantes e ignorando ameaças dirigidas a quem estava na manifestação.

Foi neste contexto de assédio contínuo que estas duas pessoas foram posteriormente identificadas e retidas durante cerca de 20 minutos, com base em alegações relacionadas com graffitis — um pretexto fabricado para justificar uma intervenção abusiva, sem qualquer ligação às suas ações: sem material apreendido e sem testemunhas.

Esta mobilização acontece num contexto de tentativa de alteração da Lei da Autodeterminação de Género, um processo que não surpreende. Numa suposta democracia, com contornos oligárquicos, onde os direitos são sempre parciais, condicionados e reversíveis, definidos pelos limites do próprio poder que os concede.

FOTO: LUA EVA BLUE

A própria lei nunca foi suficiente, nem nunca serviu plenamente. Nunca incluiu todas as pessoas, nomeadamente pessoas migrantes, e nunca garantiu uma autodeterminação real, mantendo mecanismos de controlo através de relatórios, validações e mediações institucionais sobre estas vidas.

Uma lei apresentada como progressista dentro destas estruturas não é, por si só, garantia de liberdade. Continua a ser moldada por relações de poder que determinam quem é reconhecido, em que condições e até quando.

Uma lei apresentada como progressista dentro destas estruturas não é, por si só, garantia de liberdade. Continua a ser moldada por relações de poder que determinam quem é reconhecido, em que condições e até quando.

A mobilização ocorre num momento de intensificação de ataques políticos, mediáticos e institucionais que colocam em causa as nossas vidas, aprofundando a marginalização e a precariedade já existentes no acesso à saúde, à habitação, ao trabalho e à segurança.

No campo da saúde, sublinha-se a ausência estrutural de respostas adequadas. A falta de acesso atempado a cuidados essenciais continua a empurrar muitas pessoas para situações de vulnerabilidade extrema.

Perante esta realidade, afirma-se com clareza que não se ficará à espera.

As comunidades trans têm vindo a construir as suas próprias respostas, incluindo redes de apoio, circuitos de partilha de conhecimento e formas autónomas de cuidado. Reivindica-se uma abordagem comunitária à saúde, baseada na autonomia, na solidariedade e no apoio mútuo, incluindo no acesso a hormonas e terapias afirmativas e acompanhamento entre pares.

Recusa-se um modelo que patologiza e burocratiza a sobrevivência.

Quando o sistema falha, são as próprias comunidades que se cuidam.

Denuncia-se igualmente o papel dos meios de comunicação social na produção e normalização da violência contra pessoas trans. Os media não são neutros. Ao longo dos anos, têm amplificado desinformação, promovido pânicos morais e construído narrativas que desumanizam nossas vidas, com consequências materiais diretas.

Responsabilizam-se os media por este processo.

Alguns órgãos destacam-se de forma particularmente evidente, como o Observador, mas não são exceção. São expressão de um ecossistema mediático alinhado com interesses económicos e políticos que lucram com a marginalização.

Os media são cúmplices na legitimação da violência contra estas comunidades.

Rejeita-se qualquer pretensão de neutralidade jornalística quando esta serve para encobrir desinformação e desumanização.

A Marcha da Visibilidade Trans 2026 reafirma que esta existência não é negociável.

Dia 29 marchámos juntis. Amanhã continuamos a marchar. Sempre cá estivemos. Sempre aqui estaremos.

Apagando as nossas vidas (trans)

DANI BENTO

Nos passados dia 19 e 20 de março foram a discussão e votação 4 projetos de lei propostos pelos partidos CHEGA, CDS-PP, PSD e BE. Os três primeiros com o objetivo de revogar a Lei nº 38/2018[1] (que garante a autodeterminação de género e expressão de género e proteção das características sexuais das pessoas), que tem sido referência internacional pelas boas práticas que introduz.

Dizem os proponentes das três primeiras propostas que os pareceres das sociedades portuguesas de saúde não têm qualquer valor científico: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, Ordem dos Psicólogos Portugueses, Associação para o Planeamento da Família, especialistas em cuidados trans afirmativos, entre outros. Quando o parlamento se propõe discutir projetos de lei que não têm nenhuma base comunitária (porque as associações não foram chamadas), nem qualquer base científica (porque especialistas que trabalham na área também não), estamos a abrir portas a abusos contínuos na construção de políticas públicas em favor de opiniões pessoais.

A lei atual foi desenhada para garantir maior proteção das pessoas trans e intersexo na sua jornada de vida, separando os processos de saúde dos administrativos, dando ao registo civil e à saúde o que é seu. Já estes projetos vão em sentido contrário: retomam os diagnósticos ao que era um processo administrativo e intervêm na esfera médica, dizendo o que as pessoas profissionais podem ou não fazer.

Porém, estas medidas mostram-se apenas uma camada num profundo oceano, num projeto que visa desvirtuar e desrespeitar direitos humanos em detrimento de valores partidários e ideológicos, isso sim ideológicos. Um falso pretexto para afirmar a cishetermono-normatividade como padrão impingido pelo Estado, um falso pretexto para afirmar que há pessoas de primeira e pessoas de segunda e que estas, as últimas, devem ser controladas pelo próprio Estado: como são, o que são e como se comportam em sociedade. As múltiplas opressões vão-se cruzando, e quem é mais vulnerabilizado, como pessoas migrantes, pobres, trabalhadoras do sexo, com diversidade funcional, neurodivergentes, entre outras, serão as primeiras a ser o alvo.

Vale a pena frisar: nós sabemos porque somos as primeiras pessoas a ser atingidas por retrocessos. Sabemos que somos uma ameaça para o sistema em vigor, sabemos que temos capacidade de nos auto-organizar, de trabalhar em coletividade e de arranjar formas alternativas de sobrevivência. A evidência mostra que somos as primeiras pessoas a ser atingidas para que não tenhamos tempo de organização e preparação e capacidade de dar luta.

Mas enganam-se, nós estamos cá e vamos dar luta. Historicamente lutamos contra múltiplas opressões, controlo, humilhação, estigmatização, invisibilidade. Sobrevivemos e estamos cá. Estamos cá e contamos a história, mesmo que repetida, voltamos a contar, fortalecemo-nos, abraçamos as nossas realidades e lutamos até ao fim.

Porque desta realidade ninguém nos apaga e desta realidade ninguém nos manda embora.

NOTAS

1 https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2018-115933863

O anarquismo quotidiano da revolução de Minneapolis é a sua maior força

Relatos sobre o combate contra o Serviço de Imigração (ICE) nas Cidades Gémeas nos Estados Unidos da América[1]

CRIMETHINC.COM

De resposta rápida à contra-ofensiva

As redes de resposta rápida organizadas pelas pessoas para defender as suas comunidades contra agentes federais que procuravam raptá-las, brutalizá-las e aterrorizá-las passaram por uma evolução vertiginosa para acompanhar as táctica em constante mudança do *Immigration and Customs Enforcement* (ICE).

[…]

Em 2 de Dezembro, foram enviados 100 agentes do ICE para as Cidades Gémeas2 como parte de uma onda de detenções e deportações em várias cidades. Desde então, tornaram-se cidades sitiadas, irreconhecíveis para muitos residentes. O número de agentes federais que as ocupam aumentou 30 vezes, para quase 3000. Para efeito de comparação, o Departamento de Polícia de Minneapolis tem cerca de 600 agentes. O assassinato de Renee Nicole Good, membro da rede de resposta rápida, em 7 de Janeiro, seguido uma semana depois pelo disparo contra outra pessoa em 14 de Janeiro, chamou a atenção da nação.

No entanto, a maioria das pessoas presume que o que está a acontecer nas Cidades Gémeas se assemelha à acção do ICE e à resistência noutras partes do país. Pelo contrário, a escala das detenções, deportações e confrontos não tem precedentes.

[…]

Durante os meses que antecederam a chegada dos agentes do ICE às Cidades Gémeas, a população e as organizações locais criaram uma rede de resposta rápida relativamente centralizada, através da qual observadores enviariam a um administrador informação sobre avistamentos [de operações do ICE], com vários níveis de comprovação, através dum sistema de mensagens de texto em massa. Assim que os administradores recebiam, reformatavam e verificavam os relatos, divulgavam-nos no sistema e as pessoas próximas reuniam-se. Isso parecia funcionar para mobilizar as pessoas para operações de grande porte, como uma rusga num complexo de apartamentos, mas começou a perder eficácia quando o ICE passou a fazer operações mais rápidas e leves.

Então, por volta de 1 de Dezembro, as rusgas praticamente cessaram e o afluxo de agentes deu início a uma campanha de bater a portas e fazer detenções relâmpago. O modelo anterior tornou-se imediatamente obsoleto, porque o tempo disponível para intervir reduziu-se a uma questão de minutos. Os membros da comunidade que desejavam algo mais confrontacional do que o sistema existente, do tipo observador legal, começaram a construir um sistema paralelo para preencher as lacunas e agir com mais agilidade.

Este novo sistema começou com um *chat* em grande escala para relatórios da zona sul (Southside), onde qualquer pessoa pode enviar um alerta de qualquer tipo. À medida que as operações do ICE aceleravam em volume e velocidade, o *chat*, aberto e mais ágil, cresceu em membros e tornou-se um espaço que atraiu quem queria fazer mais do que simplesmente registar as operações do ICE.

À medida que os *chats* cresciam, mais *chats* foram criados para dividir a cidade em segmentos cada vez menores — alguns dos quais chegaram a ter um raio de apenas quatro quarteirões.

[…]

A resposta do ICE tem sido notável. Mudaram as suas tácticas. Foram expulsos dos bairros durante as operações. Foram apanhados a discutir o quanto estão assustados e o facto de muitos deles terem partido. Também têm intensificado de forma contínua e agressiva a violência contra os observadores.

[…]

Os patrulheiros partilharam connosco que os agentes os espancaram, tentaram atropelá-los, dirigiram-se directamente aos seus veículos, apontaram-lhes armas, dispararam para os pneus e arrastaram-nos para fora dos veículos em movimento. Embora o assassinato de Renee Nicole Good tenha chocado a nação, não foi nenhuma surpresa para quem esteve nas ruas das Cidades Gémeas nas últimas seis semanas.

Os habitantes das Cidades Gémeas têm prestado muita atenção aos seus adversários. Sabem como os agentes do ICE se posicionam, onde se concentram, como se vestem, conduzem e reagem. Vivem numa área urbana relativamente pequena e densamente povoada, onde se pode andar a pé em muitas partes e que é dividida em quadrados para facilitar a navegação de carro. As pessoas estão ligadas aos seus vizinhos, aproveitando as conexões que permaneceram de movimentos e revoltas passados. O presidente da Câmara de Minneapolis está a tentar manter a aparência liberal da sua administração; é improvável que a polícia seja destacada como reforço para as operações do ICE.

A cidade tem bairros com características e dados demográficos distintos, por isso a expansão do modelo foi concebida para variar de um bairro para o outro. Depois de as rusgas policiais terem cessado, o ICE passou a operar quase exclusivamente a partir de um local principal com entradas e saídas limitadas. Os organizadores investiram pesadamente em contra-vigilância nesse local. Quando as operações do ICE passaram a ser rápidas, com abduções aleatórias nas ruas e procura porta a porta, a única forma possível de prever onde agiriam era identificar os veículos do ICE à medida que se aproximavam. As pessoas passaram a concentrar-se em identificar os veículos do ICE nas ruas e a segui-los. O ICE precisava de operar com tácticas de surpresa e emboscada. As pessoas usavam ruídos — apitos e buzinas — para dar um aviso rápido à distância. Os agentes do ICE não gostam de operar quando estão em menor número e não gostam de ser cercados. Os patrulheiros acumulam carros e formam bloqueios de trânsito improvisados.

> Nas Cidades Gémeas (…) a escala das detenções, deportações e confrontos não tem precedentes.

Poucas dessas condições poderiam ter sido previstas com antecedência. A única via para uma adaptação eficaz era cultivar uma cultura aberta e acolhedora, que incentivasse a iniciativa e favorecesse a auto-organização.

Não é possível exagerar a importância da coragem que invade as ruas das Cidades Gémeas. Muitas redes em todo o país desmobilizaram antes mesmo de começarem, tentando controlar rigidamente o que os seus participantes podiam fazer, apesar da disposição generalizada de escalar a acção. Os formadores pregam frequentemente a não-intervenção; algumas pessoas das redes de resposta rápida policiam-se umas às outras nas ruas por atirar projécteis ou mesmo por gritar.

Este excesso de cautela também pode ser encontrado nas Cidades Gémeas.

Mas a luta aqui é definida por quem vai além dos limites. As pessoas usam os seus carros e corpos para bloquear os agentes e impedir a detenção das pessoas visadas. Atiram bolas de neve e pedras; chutam as bombas de gás lacrimogéneo. Cobrem carros e agentes com tinta e partem as janelas dos seus carros. Não param de gritar

na cara dos sequestradores quando são agredidas, atingidas com gás pimenta ou balas de borracha. Estão a testemunhar os sequestros mascarados, os desaparecimentos não divulgados e as mortes recordistas deste novo ICE ousado, e estão dispostas a correr riscos reais para os impedir. Estão a sofrer a violência retaliatória e, apesar disso, são mais numerosas, mais fortes e mais corajosas.

[…]

Um pogrom racial[3]

[…]

Viemos para Minneapolis depois do assassinato de Renee Good porque queríamos entender o que estava a acontecer na cidade e apoiar as pessoas que estavam a lutar contra isso.

Mas a situação em Minneapolis não se parece com nada que já tenhamos visto antes. Não é apenas um aumento nas rusgas policiais. É uma ocupação militar em grande escala, que te confronta onde quer que vás. Não é possível conduzir por mais do que alguns quarteirões sem ver grupos de carros com vidros escuros contendo homens mascarados com equipamento militar completo. Param em paragens de autocarro, saltam, agarram uma pessoa de pele escura, empurram-na para dentro do carro e aceleram. Não verificam documentos. Algumas pessoas ficaram detidas em centros de detenção durante semanas antes de se descobrir que eram cidadãos americanos.

Estamos a assistir a um pogrom racial.

[…]

Embora as redes de resposta rápida não tenham conseguido conter o fluxo de sequestros, o desvio de dezenas de agentes que, de outra forma, estariam a sequestrar pessoas para se dedicarem ao controlo da multidão está a retardar as suas operações e a desmoralizar os agentes. Gregory Bovino, agente sénior da Patrulha de Fronteira, admitiu isso mesmo recentemente, reconhecendo que a forma como os membros da comunidade têm respondido às operações do ICE nas Cidades Gémeas está a tornar o seu trabalho mais difícil.

> Os membros da comunidade que desejavam algo mais confrontacional do que o sistema existente, do tipo observador legal, começaram a construir um sistema paralelo.

[…]

Logística e tacticamente, as redes de resposta rápida estão a tornar-se muito avançadas em termos de comunicação, contra-vigilância, assistência e criatividade. Desenvolvendo uma orientação estratégica para a mudança revolucionária, estas redes podem tornar-se um sistema radicular do qual poderá emergir uma nova sociedade, uma sociedade que prioriza o amor pela humanidade em detrimento da busca pelo lucro.

Greves, recuo e vanguardismo[4]

Em 23 de Janeiro de 2026, uma greve geral contra a presença e a ocupação do ICE paralisou as Cidades Gémeas. Sete dias depois, em 30 de Janeiro, ocorreu uma segunda greve. A primeira dessas greves em massa atraiu um número significativamente maior de participantes do que a segunda. (…) Podemos concluir que mais de 300.000 pessoas se retiraram da economia em 23 de Janeiro apenas nas Cidades Gémeas.

[…]

A segunda greve geral também foi massiva, embora significativamente menor do que a primeira. Vários factores explicam essa discrepância no tamanho.

Primeiro, a greve geral de 23 de Janeiro foi convocada com pelo menos dez dias de antecedência, enquanto a convocação para a greve de 30 de Janeiro foi feita apenas cinco dias antes. Mas isso, por si só, não explica a diferença.

Os movimentos, muitas vezes, recuam depois de parecer terem conquistado concessões — neste caso, a destituição do «Comandante-Geral» da Patrulha de Fronteira, Greg Bovino, e promessas vazias de políticos democratas de negociar algumas «barreiras de protecção» à volta das actividades do ICE. Qualquer vitória aparente, por mais simbólica que seja, funciona como uma válvula de escape para diminuir a urgência que as pessoas sentem.

Embora a população das Cidades Gémeas tenha sofrido uma violência horrível às mãos do ICE durante meses, a substituição de Bovino pelo czar da fronteira Tom Homan deu aos políticos locais a oportunidade de afirmar uma nova narrativa, com o governador Tim Walz a pedir «um regresso à normalidade». Na melhor das hipóteses, isso significará uma Gestapo mais gentil e amável.

[…]

Mesmo que os Democratas consigam que o ICE se comporte de forma mais educada, tal não deve apaziguar ninguém. Se, para normalizar a presença de milhares de agentes do ICE nas ruas, tudo o que a administração Trump precisa de fazer é começar com violência desenfreada e depois recuar para uma abordagem um pouco menos provocativa, eles repetirão essa táctica em todo o país. Não há um papel «apropriado» para o ICE; Donald Trump canalizou milhares de milhões de dólares para o ICE com o objectivo de construir um exército privado com o qual reprimir bodes expiatórios e inimigos políticos. O caminho para o fascismo é pavimentado com reformas que pacificam as pessoas apenas o tempo suficiente para apertar o cerco.

Em vez de tentar reformar instituições que existem com o único propósito de raptar, oprimir e assassinar, temos de aboli-las.

A outra razão pela qual a segunda greve foi menor foi que a constelação de sindicatos, organizações de direitos dos imigrantes e instituições religiosas que reforçaram os números de 23 de Janeiro não promoveu nem mobilizou os seus membros para 30 de Janeiro. Em vez disso, o apelo à greve de 30 de Janeiro pareceu ter origem numa coligação de organizações estudantis da Universidade de Minnesota, incluindo as associações estudantis da Somália, Etiópia e Eritreia, a União de Estudantes Negros e uma organização de estudantes de pós-graduação.

Para compreender a dinâmica política por detrás destas duas greves muito diferentes e o declínio na participação em 30 de Janeiro, temos de abordar um fardo que tem pesado sobre os movimentos revolucionários há séculos: o vanguardismo.

O vanguardismo é definido como «a estratégia pela qual uma organização tenta colocar-se no centro de um movimento revolucionário e conduzi-lo numa direcção consistente com a sua ideologia».

[…]

O problema do vanguardismo é que, «mesmo quando funciona», não funciona. Mesmo quando o vanguardismo consolida o controlo de um movimento nas mãos da liderança de uma única organização, não torna o movimento mais vibrante e eficaz. Quer a organização em questão use a sua autoridade para impor uma direcção ao resto do movimento ou para impedir o movimento de agir, ela só pode inibir o crescimento de um movimento com um sentido amplamente distribuído de agência e iniciativa. Além disso, as organizações que se entendem como a vanguarda do movimento tendem a competir entre si pelo controlo, de formas que prejudicam as perspectivas do movimento como um todo.

[…]

As redes de resposta rápida proliferaram porque eram emancipadoras, porque faziam de todos protagonistas, não porque eram controladas por uma liderança infalível.

[…]

Enquanto os nossos movimentos dependerem de organizações vanguardistas e das suas mesquinhas lutas pelo poder, continuaremos à mercê delas e, consequentemente, à mercê da classe dominante. Precisamos de um movimento que não possa ser travado ou sequestrado por nenhuma liderança, um movimento que obrigue todas as vanguardas aspirantes a correr atrás dele, deixando de lado as suas disputas e ambições mesquinhas.

Portanto, o problema da greve de 30 de Janeiro não foi o facto, em si, de ter reunido menos pessoas do que a de 23 de Janeiro.

> Os habitantes das Cidades Gémeas têm prestado muita atenção aos seus adversários. Sabem como os agentes do ICE se posicionam, onde se concentram, como se vestem, conduzem e reagem.

Muitas das experiências que os participantes do movimento nas Cidades Gémeas empreenderam atraíram muito menos pessoas, ao mesmo tempo que apontaram para um horizonte aberto e demonstraram possibilidades que outras pessoas poderiam aproveitar e melhorar.

O carácter sem líderes da resistência ao ICE em Minnesota é precisamente o que a tornou eficaz. A natureza descentralizada dos grupos de resposta rápida tornou-os duradouros e ágeis. A iniciativa de combatentes autónomos nos bairros permitiu que as pessoas se revoltassem sempre que os nossos vizinhos foram baleados ou assassinados. A horizontalidade das nossas redes de ajuda mútua torna-as opacas para os agentes federais, permitindo que se alimente, vista e cuide de famílias vulneráveis. Nenhuma organização oficial alguma vez ousaria reivindicar a autoria dos inúmeros actos de bravura pelos quais as pessoas individuais impulsionaram

Foto: @slunttttt.

colectivamente este movimento. O anarquismo quotidiano da revolução de Minneapolis é a sua maior força.

A escalada[5]

Uma das estratégias clássicas do fascismo é intensificar a violência ao máximo e, em seguida, recuar nas medidas mais extremas, a fim de acostumar as pessoas a um *status quo* mais repressivo.

No entanto, o objectivo original do governo era normalizar o envio de milhares de mercenários para aterrorizar cidades inteiras até que se submetessem. Nesse sentido, o povo das Cidades Gémeas obteve uma vitória, minando a legitimidade percebida das forças federais e forçando-as a mudar de táctica.

O povo das Cidades Gémeas não mudou o rumo da ocupação pela força das armas, mas sim mobilizando-se contra o ICE. No entanto, isso não significa que a luta física contra os ocupantes não tenha tido qualquer influência no resultado.

[…]

Embora a grande maioria dos patrulheiros usasse buzinas de carros, câmaras de telemóveis e apitos como armas, seria incorrecto caracterizar a resistência como estritamente não violenta. Um número desconhecido de pessoas corajosas colocou os seus corpos entre o ICE e os nossos vizinhos vulneráveis.

[…]

Desde os confrontos diários nos locais dos sequestros até aos motins que envolveram bairros inteiros, estes conflitos desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da resistência. Sem esses incidentes, as conversas diárias de resposta rápida, os grupos hiper-locais de bairro, as manifestações ruidosas nos hotéis à noite e até mesmo as paralisações em massa talvez não se tivessem coordenado num movimento capaz de abalar a determinação do governo federal. As razões para isso são sociais, não militares.

> A situação em Minneapolis não se parece com nada que já tenhamos visto antes. Não é apenas um aumento nas rusgas policiais. É uma ocupação militar em grande escala.

[…]

Vimos um ponto de inflexão em 14 de Janeiro, quando um agente do ICE disparou sobre Julio Sosa-Celis através da porta da sua própria casa, no norte de Minneapolis. Centenas de jovens negros e mulatos do bairro operário de Northside saíram às ruas e lutaram contra os agentes federais ao lado de activistas. Durante três horas, a polícia de Minneapolis apoiou o ICE enquanto eles disparavam gás lacrimogéneo e balas de borracha. As pessoas responderam com garrafas, pedras e fogos de artifício.

O ICE retirou-se primeiro, abandonando pelo menos três veículos. A polícia municipal fugiu pouco depois. Os jovens de Northside picharam e destruíram os carros, roubaram um cofre de armas de um porta-bagagens e transformaram o local numa animada festa de rua. (…)

[…]

Hoje, passaram- se quase quatro semanas desde o assassinato de Alex e os eventos em Whittier. O czar da fronteira, Tom Homan, terá retirado 700 agentes das Cidades Gémeas depois desses acontecimentos, embora ele e os outros representantes do governo federal não nos tenham dado motivos para acreditar nas suas palavras.

Em vez de uma redução, estamos simplesmente a ver uma mudança de estratégia. O governo estadual concedeu ao ICE o acesso a todas as prisões do condado. O ICE pode-se ter tornado menos visível e pode estar a aterrorizar os subúrbios mais intensamente do que os centros das cidades, mas ainda está aqui.

[…]

Podemos tirar três conclusões provisórias desta sequência de eventos:

A introdução de tácticas militantes não diminuiu o apoio popular à resistência. Pelo contrário, a infra-estrutura de resposta rápida continuou a crescer e a desenvolver-se em cada fase da luta. Em Dezembro, havia 3.000 participantes; em meados de Fevereiro, cerca de 30.000 pessoas já tinham participado. O Estado não conseguiu convencer o público a aceitar uma dicotomia entre «bons manifestantes» e «maus manifestantes». O movimento continua extraordinariamente popular.

«Perturbar a paz» é, por si só, uma forma de alavancagem para o movimento. O que forçou o governo federal a recuar não foi apenas a vigilância directa e o confronto dos agentes do ICE com os participantes; foi também a ameaça geral à ordem pública representada por um movimento de milhares de pessoas em comunicação constante em tempo real, que às vezes se transforma em rebeliões de bairro. Quando começaram a negociar, Walz e Trump concordaram que era crucial «baixar a temperatura». Na medida em que essa prioridade unifica os fascistas dentro do Partido Republicano e a falsa oposição representada pela elite democrata, ela indica como um movimento social de base pode perseguir os seus próprios interesses de uma forma que não pode ser cooptada por nenhuma das forças dominantes no governo.

Os antigos mecanismos de repressão já não funcionam. É por isso que o Estado está a recorrer à força bruta. Estão a tentar governar apenas através do terror. Historicamente, isso é um indicador de um Estado fraco, que já não possui legitimidade aos olhos daqueles que governa.

Por outras palavras, um governo a viver em tempo emprestado.

A luta continua[6]

Em 1 de Março de 2026, no final de uma semana de acções contra a ocupação das Cidades Gémeas pelo ICE, pelo menos quatrocentas pessoas marcharam no lado sudeste de um edifício federal para exigir que o ICE se retirasse do Minnesota e que as terras ocupadas por Fort Snelling fossem devolvidas ao povo Dakota. Muitos nativos participaram na marcha, incluindo membros das tribos Dakota, Ojibwe e Chippewa. No lado oposto do edifício, um grupo de cinquenta manifestantes bloqueou a Minnehaha Avenue com escudos, faixas reforçadas, armadilhas caseiras para tanques e barricadas improvisadas.

[…]

De Chicago às Cidades Gémeas, a polícia local e estadual, que responde a autoridades democratas, tem desempenhado um papel essencial ao permitir que o ICE aterrorize as comunidades. Sem a assistência e o apoio contínuos das autoridades locais, as agências federais teriam sido derrotadas pelos movimentos de protesto há muito tempo. Cada vez que os polícias e xerifes locais participam na brutalização de quem se opõe às formas como o ICE está a sequestrar e assassinar pessoas, isso mostra a cumplicidade das autoridades democratas na ascensão do fascismo

NOTAS

1 Breve apanhado do que foi publicado em Crimethinc.com até 07 de Março

2 No original, *Twin Cities:* diz respeito às cidades de Minneapolis e Saint Paul, as duas maiores cidades do Estado de Minnesota, nos EUA, separadas pelo Rio Mississippi.

3 CrimethInc (2026). From Rapid Response to Revolutionary Social Change. The Potential of the Rapid Response Networks. 2026/01/21. https://pt.crimethinc.com/2026/01/21/from-rapid-response-to-revolutionary-social-change-the-potential-of-the-rapid-response-networks

4 CrimethInc (2006). Crowd Control: Appeasement, Vanguardism, and the General Strike
An Analysis from the Twin Cities. 2026/02/01. https://pt.crimethinc.com/2026/02/01/crowd-control-appeasement-vanguardism-and-the-general-strike-an-analysis-from-the-twin-cities

5 CrimethInc (2026) They Escalate, We Escalate. A Short History of the Fight against ICE in the Twin Cities. 2026/02/23. https://pt.crimethinc.com/2026/02/23/their-escalation-and-ours-how-the-fight-against-ice-in-the-twin-cities-gained-momentum

6 CrimethInc (2026). Melt the ICE: The Fight Continues. Twin Cities Protesters Blockade ICE Inside the Federal Building. 2026/03/05. https://crimethinc.com/2026/03/05/melt-the-ice-the-fight-continues-twin-cities-protesters-blockade-ice-inside-the-federal-building

«Isto é uma loucura, isto não pode ser real!»

A história de uma deportação dos EUA para Portugal

João foi com três anos para os Estados Unidos. Com 48 anos, sem cidadania americana, mas com estatuto de residente, a sua vida colapsou quando em 2024 a polícia migratória o prendeu. Aos 15 anos fora apanhado a fumar um cigarro de marijuana. O quanto bastou para ser deportado a mando do ICE para Portugal.

RAM (REDE DE APOIO MÚTUO)
@REDEAPOIOMUTUO
ILUSTRAÇÃO **JOSÉ SMITH VARGAS**

RAM: Fala-nos sobre ti, João. O que te aconteceu?
João: Chamo-me João Le, tenho 48 anos e nasci em Lisboa em junho de 1977. Quando tinha três anos, fui com os meus pais para os Estados Unidos, para Nova Iorque. Vivi lá a minha vida inteira. Fui à escola, casei, fui para a universidade, tive filhos, tive um negócio. Em 2024, após 44 anos a viver nos EUA, fui deportado para Portugal.

E porquê? Como começou o processo de deportação?
Em 2024 estava a viver em North Carolina e recebi uma chamada das autoridades locais para comparecer num serviço administrativo a fim de entregar uma candidatura de negócio, pois estava a abrir uma empresa. Quando lá cheguei, o ICE estava à minha espera e deteve-me. Era apenas uma consulta para tratar de documentação corrente, uma formalidade burocrática. Não tinha nada a ver com o ICE. O sistema de imigração deve ter sinalizado o meu caso de alguma forma. Não sei se foi o meu número de segurança social, por dever algum dinheiro ao fisco ou o facto de ter sido condenado por posse de marijuana quando tinha 15 anos. Por causa dessas duas coisas, por qualquer razão, tornei-me deportável. Prenderam-me e fizeram-me perguntas como quando entrei no país, qual o meu estatuto legal e se era titular de um *green card* (estatuto de residente permanente).

Estavas nos EUA legalmente, tinhas um *green card*, e ainda assim deportaram-te?
Tinha um *green card* desde os três anos. A minha família entrou legalmente. E sim, podem deportar pessoas com *green card*, mas apenas em determinadas circunstâncias. Pelo que eu sabia, apenas quem tivesse cometido um crime grave (*felony*) poderia ser deportado com *green card*. Não se podia ser deportado por um crime menor, como furto, no passado. Mas agora é diferente, estão a deportar toda a gente.

Quando tinha 15 anos, estava na escola a enrolar um charro de marijuana no carro de um amigo. Estávamos estacionados numa cantina e o diretor da escola chamou a polícia para me dar uma lição. Isso gerou uma acusação de droga que, 30 anos depois, se tornou parte do meu processo de deportação.

Quando foi detido, o que aconteceu a seguir?
Primeiro, levaram-me para o escritório local do ICE em algum lugar em North Carolina Fiquei numa salinha com dois ou três rapazes mexicanos. Eles já tinham passado pelo processo e era a segunda vez que eram deportados. Estavam descontraídos – «está bem, seja como for, voltamos» – mas eu estava ali completamente atónito: isto é uma loucura, isto não pode ser real, de jeito nenhum vão deportar-me!

Depois levaram-me para a cadeia do condado. Fiquei lá cinco ou seis dias. Estávamos separados dos outros reclusos porque oficialmente não éramos criminosos, por isso deveriam tratar-nos mais como detidos. Mas ainda assim não podíamos ter o telemóvel, temos de entregar tudo. Quando tiram o telemóvel, não deixam escrever os números antes, por isso, a não ser que os soubesse de memória, não era possível contactar ninguém.

A partir daí levaram-nos para o Centro de Detenção de Stewart em Lumpkin, na Geórgia. Foi uma viagem de autocarro de 12 horas. Deram-nos uma sandes de queijo e uma garrafinha de água. Parámos duas vezes para ir à casa de banho. Éramos umas 30 pessoas naquele autocarro. Quase todos homens. Parecia tráfico humano. Chegámos ao Centro de Detenção no meio do nada e tivemos de entregar toda a roupa. Os guardas a gritar «toda la ropa!» para pessoas que não percebiam inglês.

Aí fiquei 11 meses até ser deportado para Portugal.

Como era esse Centro de Detenção? Quem eram as pessoas lá e como é que os funcionários te tratavam?
Há diferentes secções. Seis unidades e cada unidade tem três alas, essencialmente três salas grandes. Cada ala comporta 50 reclusos. São duas pessoas por quarto, com uma sanita e camas de aço. As portas fecham automaticamente. É uma prisão.

Há diferentes classificações de reclusos ou detidos. Há uniformes bege, que é baixo risco, azul, laranja e depois vermelho. Vermelho é alto risco. Acabei classificado como alto risco. Quase toda a gente é alto risco quando chega. Eu estava a pensar: o que se passa? Isto é uma loucura. Vou ficar com assassinos. Chegamos e ficamos numa grande sala com umas 100 pessoas durante dois ou três dias enquanto tratam do processo de entrada e registo. É aí que ficamos a saber os preços de tudo, pode-se pagar por videochamadas, é igual a uma prisão.

Algumas pessoas chegam diretamente das prisões. O funcionamento é o seguinte: se cometeres um crime, tens primeiro de cumprir a pena e «pagar a dívida ao país» e depois deportam-te. Por isso, muitos dos rapazes eram de um cartel; o meu companheiro de quarto era do MS-13. Um tipo simpático, tomou conta de mim. Toda a gente lá era tranquila, porque toda a gente só queria ir para casa.

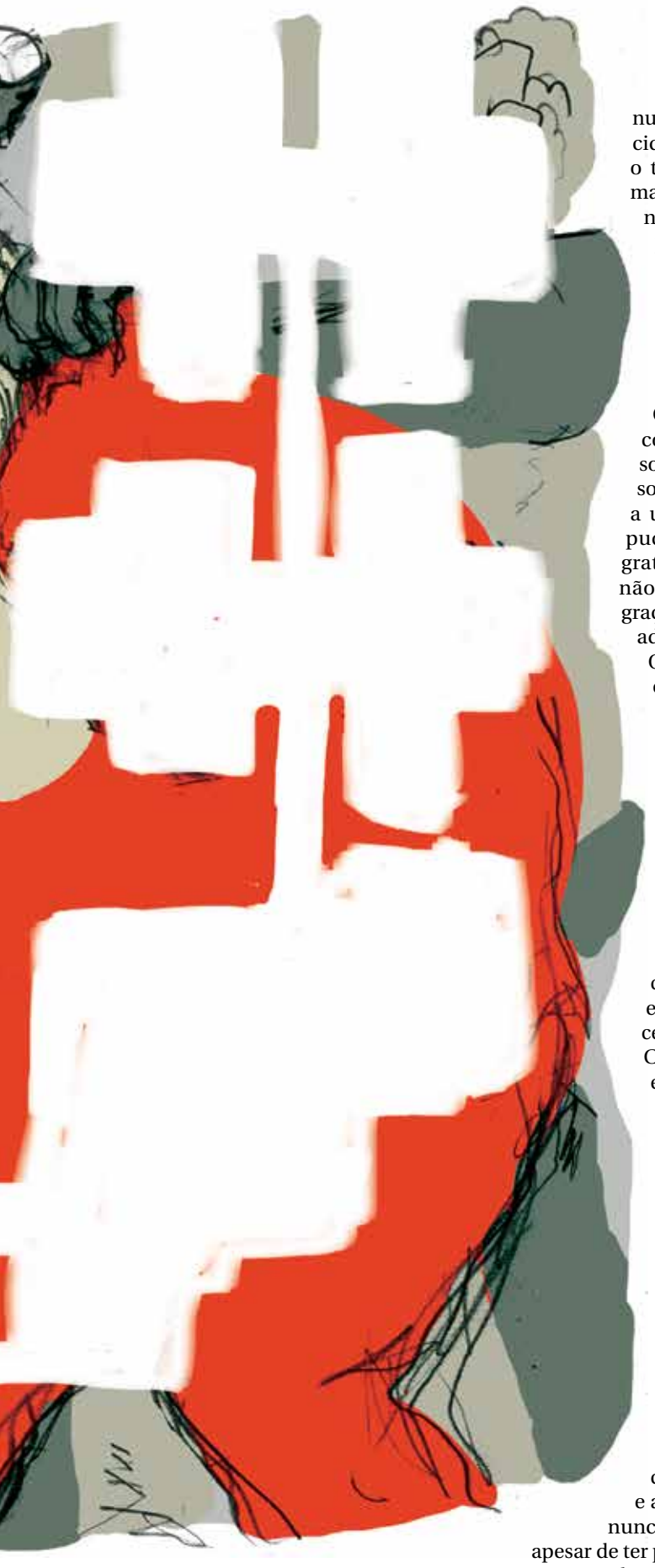
A maioria tinha apenas acusações pendentes de condução sob o efeito do álcool ou violência doméstica. Pendentes! Foram à cadeia, pagaram a caução para sair. Mas se o ICE os quer depois de pagarem a caução, tem 72 horas para os ir buscar e o dinheiro gasto fica perdido. Por isso, muitos destes rapazes são apanhados logo à saída da cadeia, enquanto esperavam ir a tribunal. Ou seja, sem qualquer processo legal adequado estão a levar pessoas. São inocentes até prova em contrário, supostamente, mas eles fazem-no assim: acabou, é ponto final. É revoltante.

> Não se podia ser deportado por um crime menor, como furto, no passado. Mas agora é diferente, estão a deportar toda a gente.

Se pesquisares o Centro de Detenção de Stewart na internet, chamam-lhe o buraco negro de todos os centros de detenção do ICE. É o pior do país. Enquanto lá estava houve pessoas que se suicidaram, pessoas que morreram, pessoas que ficaram muito, muito doentes.

Acho que houve quatro suicídios durante o tempo em que estive lá. A única medida de prevenção é perguntarem de duas em duas semanas se és suicida. Submetem-se os problemas num tablet e só há sete tablets para 100 pessoas. Tudo tem de ser feito através do *tablet* — pedir tempo de chamadas, comida, consultas médicas. Alguns rapazes passavam uma semana com uma dor de dentes sem que ninguém tratasse do assunto. Os funcionários são seguranças das localidades próximas e maioritariamente mulheres, mesmo nas alas masculinas. Pagam 12 dólares à hora.

E tem de se trabalhar na cadeia?
Não é obrigatório, pelo menos onde eu estava. Se se tem roupa laranja ou vermelha, só se pode fazer alguns trabalhos. Pode-se trabalhar a limpar a ala por dois dólares por dia. Dois dólares por dia. Cinco dias por semana. Ganha-se dez dólares por semana. Ganha-se uns quatro dólares por dia a trabalhar na cozinha. Mas quando se trabalha na cozinha, e sei que isto é inacreditável, funciona como numa prisão. Pode-se levar ingredientes frescos da cozinha e depois vendê-los às pessoas. E as pessoas pagam 20



dólares por um bocado de frango, alface, tomate, cebola, tortilhas. E drogas. Se se tiver dinheiro lá dentro, pode-se ter literalmente o que se quiser.

E quanto ao processo legal e ao contacto com o exterior, conseguiu obter apoio da família ou de advogados?
Quando fui detido pela primeira vez, antes de ir para a cadeia do condado, consegui ligar à minha mãe de 82 anos, que é tudo para mim. Disse-lhe: «Mãe, não quero que te assustes, mas talvez me deportem» e ela começou a gritar «Eu sabia! Eu sabia!». A minha ex-mulher, que estava com os meus filhos, disse apenas que rezariam por mim e que ia correr bem. A minha irmã não queria falar comigo porque me culpava por nunca ter tratado do pedido de cidadania. Fui idiota por não o ter feito, foi culpa minha, mas nunca pensei que ter apenas um *green card* fosse um problema. Para mim significava apenas que não podia ser presidente e que, ao viajar para fora do país, tinha de passar por uma fila diferente na alfândega...

Só quando chegamos ao Centro é que percebemos como funcionam os processos de imigração. Em processos criminais, tem-se o direito a um advogado e se não se puder pagar, é nomeado um gratuitamente. Na imigração não funciona assim. Na imigração, só se tem direito a um advogado por conta própria. O Centro de Detenção corta os laços com a rede de pessoas e tenta mesmo cortar o acesso a advogados.

Não há uma lista de advogados para contactar e não há internet. Há alguma informação num manual com equipas de apoio jurídico pro bono e gratuitas, como o Southern Poverty Law Center, a ACLU (União Americana pelas Liberdades Civis) e mais alguns. Imagine, havia cerca de 3000 pessoas naquele Centro de Detenção onde eu estava. Três mil pessoas a ligar para três ou quatro números de telefone...

Demorei três semanas a conseguir falar com alguém para além da minha mãe. Estava a tentar que alguém colocasse dinheiro na minha conta para fazer chamadas, mas enquanto não havia, não conseguia contactar ninguém. Era igual para outros rapazes, não tinham dinheiro e não havia ninguém para os ajudar. Acabei por conseguir contactar a minha família e arranjar um advogado. Mas nunca o conheci pessoalmente, apesar de ter pagado 7500 dólares. Só o vi num ecrã de televisão. É muito complicado encontrar um advogado e certamente não se vai conseguir um de Nova Iorque, onde eu poderia conhecer pessoas, que venha de avião até à Geórgia. Custou 4500 dólares apenas para ele comparecer e pedir uma caução, separado do processo de imigração. A caução serve apenas para ser libertado do Centro de Detenção. O advogado disse-me que tinha uns 85% de probabilidades de ganhar. Consegui cartas de referência de pessoas de fora, de Nova Iorque, pessoas para quem trabalhei, pessoas com peso na comunidade.

Se se pedir para ir perante um juiz de imigração, há que esperar. Demorei três meses lá dentro à espera de poder comparecer para ver se conseguia pagar algum dinheiro para sair e tratar do meu caso lá fora. Quando fui à minha audiência para a caução, o advogado e o juiz aparecem na videochamada. Vou ser honesto: pensei que o juiz iria gostar de mim. É um homem branco. Eu sou branco. Vai ouvir o meu sotaque... O advogado aparece no ecrã, não diz nada e pede desculpa ao juiz: "Vossa Excelência, peço desculpa, mas temos de retirar o nosso pedido de caução. Não me apercebi de que ele tinha uma acusação de droga e não está qualificado para a caução". E foi assim que terminou a minha audiência. Ficou com o dinheiro, os 4500 dólares, para dizer isso. Para dizer que eu não estava qualificado por causa de uma acusação de droga. Com uma acusação de droga não se pode pagar caução enquanto se está em detenção de imigração. Ele sabia isso. São tubarões, são horríveis. Horríveis. Assim foi a minha audiência de caução. Naquele centro de detenção, a taxa de aprovação de cauções é de apenas 3%.

Então tive de esperar mais dois meses para a minha próxima data no tribunal. Já iriam ser cinco meses quando chegasse essa próxima data. Fui pensando: okay, sequestram-me. Levam-me para um lugar onde me querem manter em detenção. E depois obrigam-me a lutar para ficar num país de onde me querem expulsar. Mas não posso simplesmente pedir para ir. Tenho de esperar mais dois meses para pedir para ir. E a cadeia recebe supostamente cerca de 495 dólares por dia por recluso para a sua permanência, do governo. Mantêm-nos lá o máximo de tempo possível. Não se pode simplesmente ir. Dois meses depois perdi o meu processo de imigração.

> Na imigração, só se tem direito a um advogado por conta própria. O Centro de Detenção corta os laços com a rede de pessoas e tenta mesmo cortar o acesso a advogados.

O que aconteceu a seguir?
Nessa altura, tudo se torna estranho. A minha família já estava numa situação difícil. O meu pai tinha acabado de morrer. A minha mãe estava muito doente. As conversas eram horríveis. O que é que se diz realmente? Não é exatamente como se eu fosse para o México, a três ou quatro horas dos Estados Unidos.

Vou para a Europa, um sítio onde não estava há 35 anos. É verdade, não vinha a Portugal há 30 e tal anos. Tinha 13 ou 14 anos da última vez que cá vim de férias. Por isso não há conversa. Tenta-se dar conselhos. Tipo: «Mãe, vai ser ótimo. Começo do zero». Os meus pais tinham 40 anos quando se mudaram para os Estados Unidos. Mas a diferença é que eles planearam isso. Isto foi completamente não planeado. Se não se tem uma rede de pessoas, uma família, é uma situação muito difícil. Desvalorizo, mas é horrível.

Havia um rapaz do Afeganistão, provavelmente a pessoa mais simpática que já conheci em toda a minha vida. Estava em detenção há dois anos e meio. Era engenheiro e mudara-se para São Francisco. Foi à sua entrevista para asilo. Puseram-no sob custódia. O irmão trabalhara com o exército americano no Afeganistão e mandara-o para os Estados Unidos. Vai literalmente morrer quando regressar. Estava tão calmo, mas disse: «Vou morrer se voltar».

E a tua deportação?
Acordaram-me às três da manhã e prepararam-me para partir. Foram de carro comigo até apanhar um avião para a Filadélfia. Com dois agentes do ICE, um de cada lado. Num avião normal, um voo comercial. Estava algemado. Os pés e os tornozelos também, o que tornava muito difícil comer. Pousámos na Filadélfia e depois levaram-me num novo avião para o voo internacional. Só então me tiraram as algemas.

Quando saí do avião havia polícia à espera mesmo junto ao avião. Levaram-me a uma espécie de posto no aeroporto. Sabiam que eu era deportado. Eventualmente ligaram a alguém dos serviços sociais. Acabei por ser levado para um alojamento onde fiquei duas noites antes de ser transferido para outro. Depois consegui pedir emprestado o telemóvel de alguém e contactei a minha mãe.

Acabei por arranjar emprego num restaurante. Seis semanas depois a minha irmã ligou a dizer-me que a minha mãe tinha morrido. O emprego dispensou-me, disse que tinha abandonado o posto porque não fui trabalhar por causa da morte da minha mãe e não os avisei. Foi a última vez que falei com alguém, exceto com os meus filhos algumas vezes, uns cinco minutos, quando cheguei cá. As pessoas simplesmente... esquecem-se de nós.

É como se a vida não tivesse existido. Não tenho fotografias dos meus filhos, nada. Perdi a cabeça, desfiz-me do telemóvel e fui viver no aeroporto. Estava convencido de que ia morrer. Depois um dia pensei: tenho de sair disto. Comecei a tratar das coisas, entrei num abrigo, fiz um curso disponível e arranjei trabalho outra vez.

Mas estou neste país onde conheço mais ou menos a língua, mas quando falo a língua não sou eu. Não falo bem português. Por isso era um estranho ali e sou um estranho aqui. Não sei se devo mergulhar na cultura e ser português, ou se devo ser um imigrante aqui. É um país onde as pessoas sofrem, onde as pessoas lutam. Como é que vou ganhar um salário português e conseguir viver de uma forma que se aproxime, nem que seja um pouco, daquilo que gostaria.

Olhando para o futuro, como seria o teu futuro ideal?
Fazer com que isso aconteça aqui... quer dizer, não tem de ser necessariamente aqui em Portugal, apenas não lá; ser bem-sucedido e transformar uma tragédia em triunfo. No melhor dos cenários, estar estável, percebe? Gostava de voltar, mas as coisas lá estão tão agitadas agora que já não sei. Não sei se quero voltar porque gosto dos Estados Unidos ou porque detesto assim tanto Portugal.

Não posso regressar durante 20 anos, ainda que possa apelar após cinco anos, mas é uma hipótese de 50/50... A punição não está à altura do crime, em primeiro lugar. E não vejo como é que eu poderia ser uma ameaça para o país ou para a sociedade. É algo irracional e manifestamente injusto.

Apontamentos de arame farpado

Olhar para as fronteiras da UE é perceber que a construção europeia não se faz em torno de «valores comuns»: faz-se contra «o outro».

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Para a União Europeia (UE), os migrantes são criminosos até prova em contrário. São o foco principal da acção política. A sua existência é vista como a maior das ameaças e a sua gestão é feita com técnicas e critérios policiais. A linguagem contorciona-se e, de repente, não ter documentos equivale a ser ilegal, esta ilegalidade transforma-se em crime e, sem se reparar, está institucionalizada a ideia e a prática de que uma pessoa em trânsito, se não tiver a papelada certa, é um malfeitor, um bandido.

O Jornal MAPA tem tentado trazer umas pinceladas desta sanha persecutória. Nem sempre é possível acompanhar o ritmo legislativo da UE nem a sua imaginação infinita para se transformar numa fortaleza inexpugnável mas sempre com ares de salão de festas de caridade. Por vezes, lançamos um olhar mais específico sobre uma ou outra lei, um ou outro país, uma ou outra parceria assassina de controlo de migrações.

A «solidariedade incondicional» com a Ucrânia e os seus cidadãos, por muitas armas que atirem para o cenário de guerra, já teve melhores dias.

Desta vez, porém, decidimos trazer uma apanhado, incompleto e pouco comentado, do que se foi passando, a este título, no último meio ano. Para que se veja que não há altura em que esta não seja uma temática imposta. E para que se perceba este ambiente em que o egoísmo dos ricos é a única resposta que a nossa civilização tem para dar aos seus próprios falhanços.

Setembro

Uma nota informal da delegação francesa para uma reunião do Grupo de Trabalho sobre Vistos, realizada em 19 de Setembro de 2025, chama a atenção para as «sanções de visto», assinalando a sua eficácia para obter cooperação de países terceiros em matéria de deportações. As sanções de visto, assinale-se, podem ser invocadas ao abrigo do artigo 25.º-A do Código de Vistos da UE. A nota elogia o «progresso evidente» alcançado com a utilização do artigo 25.º-A para pressionar os países a cooperarem em matéria de deportação: «Ao longo do tempo, os países terceiros revelaram-se bastante sensíveis às medidas em matéria de vistos tomadas pelos Estados-Membros em resposta à cooperação limitada em matéria de readmissão, e a adopção de tais medidas a nível da UE deverá maximizar o seu efeito». A chantagem tem sortido efeito.[1]

Argumentando que as medidas específicas previstas no artigo 25.º-A (aumento dos custos e dos prazos de processamento dos vistos e suspensão dos acordos de facilitação) «podem não ser suficientemente fortes», a nota prossegue propondo várias alterações a esse artigo, de forma a tornar mais rápida e fácil a aplicação das sanções previstas; aprofundar o âmbito de aplicação das sanções (numa proposta de alteração pode ler-se: «A activação [do artigo 25.º-A] não deve ser considerada excepcional, sempre que a acção diplomática não tenha conduzido ao aumento desejado da cooperação em matéria de readmissão de um determinado país terceiro»); aumentar gradualmente a pressão através da introdução de sanções mais severas; reforçar a ideia, perante os países terceiros, de que uma cooperação deficiente em matéria de deportações afectará as avaliações da Comissão sobre o risco migratório, podendo aumentar o número total de recusas de vistos.

Outubro

O relatório Schengen Barometer+ é um documento elaborado duas vezes por ano pela Comissão Europeia e fornece uma «avaliação do estado de saúde» do espaço Schengen - a zona composta por 25 Estados-Membros da UE e quatro Estados não membros da UE, na qual as fronteiras internas foram supostamente abolidas. Em 14 de Outubro de 2025, a sua décima edição, que coincidia com o 40º aniversário do Acordo de Schengen, foi apresentada ao Conselho de Schengen, composto por representantes de todos os Estados Schengen. De modo geral, reflecte o desejo de intensificar a agenda política anti-imigração seguida pelos decisores políticos europeus nos últimos anos - mais deportações, mais vigilância e mais militarização das fronteiras, dedicando grande parte do seu conteúdo a formas de reforçar ainda mais o controlo das fronteiras e as deportações. A Statewatch fez uma análise a este documento que está disponível no seu *site*.[2]

A protecção temporária para os cerca de 4,5 milhões de ucranianos que dela beneficiam deverá terminar em 4 de Março de 2027. A atenção dos decisores políticos da UE está a centrar-se na forma como estas pessoas podem ser encorajadas a regressar à Ucrânia antes do prazo. Para esse fim, foi distribuído pela Presidência dinamarquesa do Conselho da UE um documento para ser discutido na reunião de 27 de Outubro de 2025 do Comité Estratégico para a Imigração, Fronteiras e Asilo. É dada grande ênfase ao «regresso voluntário» e ao «apoio à readmissão», com destaque adicional para o apoio global da UE à recuperação da Ucrânia. São explorados vários incentivos e programas para encorajar o regresso voluntário. A «solidariedade incondicional» com a Ucrânia e os seus cidadãos, por muitas armas que atirem para o cenário de guerra, já teve melhores dias.

O egoísmo dos ricos é a única resposta que a nossa civilização tem para dar aos seus próprios falhanços.

Novembro e Dezembro

A proposta de compromisso da Presidência para o regulamento relativo à aplicação digital de viagens da UE foi discutida na reunião dos Conselheiros de Justiça e Assuntos Internos em 13 de Novembro de 2025. Foram publicados uma avaliação de impacto, um resumo executivo e um parecer do conselho de análise regulamentar do regulamento. Há um foco geral na migração como um risco à segurança e no uso alargado de bases de dados biométricas, como o reconhecimento facial. Também digno de nota no regulamento proposto e nos documentos que o acompanham é o reforço da capacidade da UE de seleccionar e rejeitar pessoas antes de estas poderem viajar[3].

Em busca de novas formas de alargar o controlo das fronteiras da UE para além do seu território, um documento da Presidência do Conselho para a reunião de 13 de Novembro de 2025 do Grupo de Trabalho sobre os Aspectos Externos do

Asilo e da Migração explora os «acordos relativos a locais seguros». Estes acordos servem para que países terceiros interceptem e detenham migrantes antes de chegarem à Europa. Na prática, este documento, que vazou para público em Janeiro deste ano, prevê transferir migrantes resgatados no mar para países não europeus, ou seja, aprofundar a ideia de exportar a responsabilidade pelos migrantes resgatados.

Janeiro

Johannes Luchner, vice-diretor-geral da DG HOME (Direcção-Geral da Migração e Assuntos Internos), compareceu perante a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu em 26 de Janeiro para discutir a cooperação com países terceiros em matéria de deportações. Para além de referir de novo os acordos com a Nigéria e o Cazaquistão, informa que existem «acordos de readmissão não vinculativos» com o Afeganistão, a Guiné, o Bangladesh, a Etiópia, a Gâmbia e a Costa do Marfim. Ficámos ainda a saber que foram realizadas comissões conjuntas e grupos de trabalho com a Guiné, Etiópia, Costa do Marfim, Bangladesh, Arménia e Paquistão, bem como diálogos técnicos com a Somália e o Senegal. E também que foram realizados *workshops* específicos com o Egipto, a Costa do Marfim e a Etiópia.

> Há um foco geral na migração como um risco à segurança e no uso alargado de bases de dados biométricas.

Quando questionado, em relação ao Afeganistão, sobre como a Comissão garante que as pessoas deportadas não são posteriormente processadas ou até mesmo executadas, Luchner afirmou que isso é feito «levantando a questão, não apenas uma vez, mas várias vezes» e referiu que essas garantias se limitam a «compromissos verbais». Luchner confirmou também que, juntamente com delegados belgas, visitou Cabul em Janeiro de 2026 para discutir as deportações. Apresentada oficialmente como uma simples «missão administrativa de averiguação», a iniciativa consistiu, na verdade, em viajar para Cabul para negociar directamente com o regime Talibã a possibilidade de expulsar cidadãos afegãos, descritos como pessoas «com antecedentes criminais» ou «migrantes indocumentados».

Por trás desta alegada questão técnica, esconde-se uma escolha política que aceita assumir e normalizar a cooperação com um regime responsável por violações maciças, sistemáticas e bem documentadas dos direitos mais básicos. Mehdi Kassou, director-geral da ONG BelRefugees, escreveu um comentário incisivo para o *site* de notícias belga Le Soir[5], onde afirma: «Descrever esta abordagem como "administrativa" equivale a uma ficção perigosa. A administração nunca é neutra quando envolve identificar pessoas, classificá-las e tomar decisões que determinam o seu futuro, a sua liberdade e, por vezes, a sua sobrevivência. Confiar - mesmo que indirectamente - essa identificação aos ministérios e serviços de inteligência de um regime autoritário, teocrático e não democrático equivale a conceder-lhe legitimidade operacional e atribuir-lhe um papel activo na gestão de vidas humanas - vidas que fugiram desse mesmo regime para sobreviver».

Fevereiro

No dia 10 de Fevereiro, discutiu-se no Parlamento Europeu a adopção de duas novas leis que facilitarão legalmente a deportação de requerentes de asilo para países fora da Europa. As medidas votadas abrangem os conceitos de «países de origem seguros» e «países terceiros seguros». De acordo com a regra da UE relativa aos «países terceiros seguros», as autoridades podem indeferir um pedido de asilo e transferir o requerente para outro Estado fora do espaço europeu. Isto pode acontecer mesmo que ele ou ela nunca tenha estado lá, mesmo que tenha simplesmente transitado pelo país, ou se o país for considerado capaz de oferecer uma «protecção eficaz», conceito que é vagamente definido. Entretanto, a lista de «países de origem seguros» da UE permite aos governos recusar rapidamente e enviar de volta requerentes de asilo de países como o Bangladesh, a Colômbia, o Egipto, a Índia, o Kosovo, Marrocos e a Tunísia. A disposição relativa à origem também facilita o controverso acordo de migração da Itália com a Albânia, superando os obstáculos jurídicos que anteriormente se colocavam no seu caminho.

Nas palavras de Iskra Kirova, da Human Rights Watch em Bruxelas, os conceitos de «países de origem seguros» e «países terceiros seguros» são um golpe no direito de asilo na UE, uma vez que se trata de «uma terceirização do processamento de pedidos de asilo pela União Europeia».

A 16 de Fevereiro, cerca de 90 organizações alertavam, numa declaração conjunta, para a ameaça real e imediata que representam as propostas que pretendem legitimar medidas de controlo da imigração ao estilo da ICE (Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos) em toda a UE. «Aumentar a vigilância, o policiamento e o perfil racial só vai alimentar o racismo e a agenda da extrema direita - não reduzir a migração. Se aprovadas, essas medidas propostas vão minar as liberdades civis mais básicas, levando a consequências desastrosas», afirmou Alamara Khwaja Bettum, Diretora Executiva da Statewatch, uma das organizações signatárias.

Esta declaração, coordenada pela Plataforma para a Cooperação Internacional sobre Migrantes Indocumentados, começa pelo contexto: «A UE está actualmente a negociar um Regulamento de Deportação ("Regresso") para expandir e normalizar as rusgas de imigração e as medidas de vigilância nas nossas comunidades. Pretendem obrigar os Estados-Membros a «detectar» pessoas sem documentos - transformando espaços quotidianos, serviços públicos e interacções comunitárias em ferramentas de fiscalização da imigração ao estilo do ICE».

> Os conceitos de «países de origem seguros» e «países terceiros seguros» são um golpe no direito de asilo.

Na prática, as medidas propostas pela Comissão (e algumas delas já estão a ser aplicadas em vários Estados-Membros da UE) poderiam resultar em rusgas policiais a casas particulares para procurar migrantes sem documentos - sem mandado judicial -, bem como em escritórios e abrigos administrados por organizações humanitárias, e no aprofundar das operações policiais em espaços públicos com o objectivo de prender e deter pessoas sem documentos (como acontece cada vez mais em Portugal), com base em perfis raciais - verificações e controlos baseados na aparência, na língua ou na origem percebida.

Não menos importante, esta proposta prevê a obrigatoriedade de comunicação por parte das autoridades públicas, ou seja, exige que, por exemplo, os serviços sociais comuniquem a presença de pessoas sem documentos nas comunidades próximas. Uma cultura de delação obrigatória que provocará a fuga dessas pessoas para becos cada vez mais precários da vida.

NOTAS

1 Tudo isto deve ser visto no contexto do Pacto sobre Migração e Asilo. O Pacto, adoptado em 2024 e agora em fase de implementação, insta a que «toda a gama de políticas, ferramentas e instrumentos da UE e dos Estados-Membros» seja utilizada para obter mais cooperação em matéria de deportação. Na prossecução dos seus objectivos de deportação, a abordagem da UE em matéria de sanções relativas aos vistos tornou-se sistemática e resume-se a uma ameaça e, se a disponibilidade para participar no processo de deportações não melhorar, uma punição.

2 https://www.statewatch.org/news/2026/schengen-borders-more-deportations-surveillance-and-militarisation-in-the-works/

3 «A iniciativa da UE... oferece a oportunidade de melhorar a experiência de viagem dos viajantes individuais e aumentar a segurança, permitindo que as autoridades fronteiriças realizem verificações antecipadas e de uma nova forma, com base nos dados digitais dos documentos de viagem apresentados pelos viajantes antes de viajarem».

4 https://www.visahq.com/news/2025-11-13/fi/eu-working-party-meets-in-brussels-to-push-external-dimension-of-migration-finland-backs-stronger-place-of-safety-partnerships/

5 https://www.lesoir.be/725136/article/2026-01-28/collaborer-avec-le-regime-des-talibans-au-nom-de-l-administratif

Quem põe pedras na engrenagem? A história da bicicleta em Lisboa e o seu apagamento

JAUME VALENTINES-A
M. LUÍSA SOUSA

A fábrica, o movimento. CUF, Barreiro, 1975.
Fotografia de Jean-Paul Paireault (a quem agradecemos a autorização de reprodução).

Em Lisboa, não é estranho que pessoas que se deslocam de bicicleta fiquem com raiva e tristeza ao ver que o seu meio de transporte mais querido desapareceu da rua onde foi deixado na noite anterior. Também não é estranho que quem as tenha levado sejam polícias e que actuem em nome da lei. Tem-se dado com mais assiduidade nos últimos meses. O motivo, neste caso: o uso ilegal do espaço público para fins privados e as queixas de obstrução de passeios já de si estreitos. Mas o que sim é verdadeiramente estranho é que, ao mesmo tempo, nessa mesma ruazinha, há uma ou duas faixas de carros estacionados sem que nunca disso dessemos conta. Parece tão natural que estejam ali como as sete colinas da cidade.

Se houve, em alguns períodos, pouca propensão a pedalar na cidade não foi pela sua orografia natural: começando por Roma, há 70 cidades no mundo com sete supostas colinas e em muitas delas há imensas bicicletas. Não foram, portanto, as subidas e a força da gravidade que acabaram com a força nas pernas (depois de uma subida há uma descida e só uma percentagem reduzida das ruas de Lisboa tem mais de 5% de inclinação). Foi, de facto, uma longa história de travagens programadas nos raios das rodas e de políticas urbanas que empurraram as bicicletas literalmente para as margens. O «cavalo do pobre», como se chamou à bicla, galopou livremente pela cidade contra essas forças e o livro *Cycling Cities: The Lisbon Experience* explica-nos esta história.

A memória sobre a bicicleta em Portugal cinge-se comummente a provas populares de ciclismo como a subida da Glória e aos grandes nomes da glória desportiva nacional como Joaquim Agostinho. Não faltam livros escritos sobre pedalar como desporto ao longo do século xx. O que faltava era um livro que resgatasse o passado de andar de bicicleta para ir trabalhar, às compras, ao engate. Lisboa foi uma cidade ciclável desde os inícios da bicicleta. Inventaram-se as duas rodas e já andavam pelas ruas de Lisboa como em tantas cidades do mundo: entrou na moda a partir dos anos 1870. Não só dentro da cidade, também entre cidades, de cidades para aldeias, entre aldeias. Só um número, de umas décadas mais tarde: 40% dos veículos em circulação nas estradas nacionais em Portugal em 1950 eram bicicletas!

A partir de meados do século xx, as bicicletas foram desaparecendo dramaticamente das estatísticas de contagem de veículos. Isto não quer dizer que desapareceram de facto na mesma proporção. As políticas de contagens têm que se lhes diga e fazê-las desaparecer do papel contribuiu para fazê-las desaparecer das estradas e das ruas. Desde o início do século xx, engenheiros de estradas de vários países passaram a reunir-se periodicamente em congressos internacionais para discutir o «problema das estradas», que desde cedo foi pensado quase exclusivamente em torno dos automóveis. Os censos rodoviários feitos pela Junta Autónoma das Estradas (JAE) nas estradas nacionais seguiam esse racional e foram sistematicamente eliminando, desde o terceiro censo, em 1955, postos de contagem onde passavam menos carros (e eventualmente mais bicicletas) para se focarem na mobilidade automóvel. O racional do planeamento das estradas e das ruas seria baseado no servir os carros e o petróleo para desenhar perfis, pavimentos e malha urbana, relegando paulatinamente os cavaleiros, a tracção animal, os peões e as bicicletas para as margens. A ditadura louvava as aldeias rijas portuguesas com gente a andar de burro, enquanto sonhava com auto-estradas com *Studebakers* para a sua base social de apoio, como mostram as imagens icónicas de *A Lição de Salazar*.

Para além destas contagens sobre o uso (as contagens de tráfego), também se contou o número das licenças de veículos. Um outro número: em 1950, as licenças de bicicletas representavam 69% das licenças dos veículos mecânicos (os automóveis ligeiros representavam 25%). As bicicletas registadas foram sempre superiores ao número de carros até meados dos anos 60, mas, logo em 1970, como se considerava que iam deixar de ser um veículo relevante no futuro, o anuário estatístico do INE deixou de as incluir. Estes futuros imaginados no passado também têm que se lhe diga. Teriam o poder de se tornar em profecias? Ou teriam o poder de apagar da imaginação colectiva a capacidade de construir territórios e cidades de outras maneiras?

No primeiro capítulo, «Primeiras pessoas defensoras da bicicleta como meio de transporte», o livro estuda as primeiras associações ciclistas. Destaca a União Velocipédica Portuguesa (actual Federação Portuguesa de Ciclismo), criada em 1899. Sendo inicialmente também um grupo promotor da mobilidade ciclável urbana, pediu medidas para a sua segurança e infraestruturas, tendo mesmo requerido a primeira ciclovia («faicha cyclavel») para a Avenida da Liberdade em 1901! (uma ciclovia, como tantas outras, ainda por fazer...). Nesse período inicial, muitas mulheres desfrutavam já da bicicleta, sentindo essa liberdade corporal experienciada pela protagonista de *Wheels of Chance*, romance escrito por H. G. Wells em 1897. O segundo capítulo, «De um bem taxado como um luxo a um transporte para toda a gente» fala-nos sobre como a bicicleta deixou de ser uma tecnologia da aristocracia e burguesia, se bem que sujeita a uma taxa sumptuária, entre outras. Alguns republicanos defenderam a isenção de impostos à bicicleta como se fosse um bem de luxo, mas, a partir dos anos 1920 e sobretudo a partir da ditadura militar, foram os carros que foram isentados do imposto de trânsito, o que gerou o aplauso dos automobilistas e o protesto dos ciclistas.

Em «Do elitismo ao "cavalo do pobre"», fala-se de como as bicicletas foram cada vez mais centrais para operários e vendedoras de rua, e também para os serviços postais, a polícia e o exército (e até para a Mocidade Portuguesa, com os seus desfiles de bicicleta a idolatrar a autoridade). No capítulo “Como a automobilidade disciplinou os ciclistas” aparece já o lóbi do carro com toda a sua força, sendo o Automóvel

Club de Portugal uma peça fundamental na construção do sistema automóvel. A imprensa ligada ao sector automóvel (mas não só) começou a responsabilizar exclusivamente os ciclistas pelas colisões e sinistros que ocorriam e nos quais eram quase sempre vítimas. O capítulo seguinte, «Planear a cidade excluindo a bicicleta», explica como na segunda metade do século XX houve investimentos desiguais em transportes públicos e na infraestrutura rodoviária. Nos anos 1940 já se planeava a cidade imaginando um futuro automobilístico e ignorando as contagens da JAE do final dos anos 1930 que indicavam que cerca de 20% dos veículos usados à entrada de Lisboa eram bicicletas. O plano de De Groër para a cidade de Lisboa (1948) intensificou as políticas urbanas centradas no carro, que depois se foram desenvolvendo nos anos 1950, 1960 e 1970.

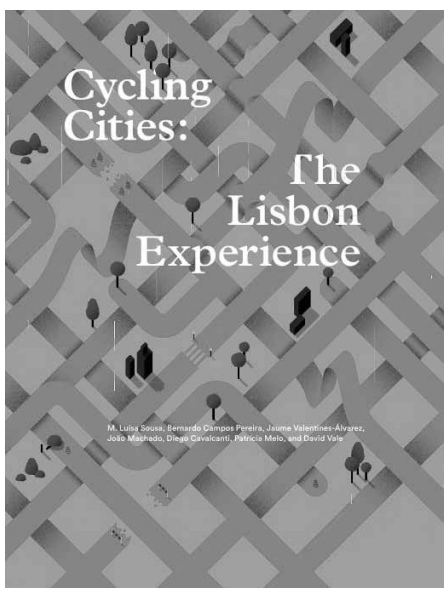
A memória sobre a bicicleta em Portugal cinge-se comummente a provas populares de ciclismo como a subida da Glória e aos grandes nomes da glória desportiva nacional como Joaquim Agostinho.

Vendedor ambulante de fruta na R. Andrade, 1960. Arnaldo Madureira, ARM000459. Arquivo Municipal de Lisboa

Como em outros âmbitos, a revolução de Abril não foi um ponto de inflexão, mas serviu para pôr em causa uma hegemonia que vinha de longe. Em «Uma revolução de bicicleta? Depois de 1974», a bicicleta surge nos debates da transição política. Novos movimentos ecologistas, anarquistas e anti-nucleares criticaram o ruído, a poluição ambiental, o individualismo capitalista, as medidas tecnocráticas e as economias do petróleo que moviam os carros numa «Lisboa do avesso». Alternativas não faltaram e as bicicletas representaram uma arma de protesto contra o carro. Propuseram-se ruas fechadas ao trânsito automóvel entre as 8 e as 20 horas, reduzir as distâncias trabalho-casa a 10/15 quilómetros, converter as ruas em parques onde a miudagem pudesse jogar à bola... «Brincar é preciso», «Viver é preciso», «Conduzir ou viver?», foram alguns dos seus lemas. A revista de contracultura *A Urtiga* expunha que «não é possível conceber uma zona de aplicação de capital intensivo sem carros velozes cruzando imensas vias rápidas; mas é possível conceber uma cidade (...) [pequena] com activo trânsito de bicicleta ou mesmo a pé». Nessa altura, Paco Bandeira avisava, no disco *Em guarda pela revolução*, que «vivemos (...) empenhados entre o pão e a gasolina, que nos mata e nos domina, (...) se gostas da cidade de verdade não a enchas de sucata e, anda de bicicleta». A bicicleta era parte da utopia realizável e assim o próprio Zeca Afonso também o entendeu quando cantou, em *Os Índios da Meia Praia*, aqueles que vieram «alguns por seu próprio pé, um chegou de bicicleta, outro foi de marcha a ré».

No entanto, estas propostas mantiveram-se marginais nas políticas governamentais, tendo a concretização da motorização sido bem-sucedida no anunciar-se como «moderna», «democrática» e até «socialista», evocando os sonhos húmidos de Brezhnev com as quatro rodas. O último capítulo, «Estagnação, ressurgimento e movimentos sociais» foca-se no declínio da mobilidade ciclável e dos transportes públicos nas últimas décadas do século XX e aumento da motorização e como, já no início do século XXI, vimos o reavivar da imaginação sobre a bicicleta como meio de transporte na cidade por grupos activistas, cicloficinas e associações, que têm colocado em prática várias propostas, algumas comunitárias, outras desenvolvendo documentos estratégicos apresentados aos poderes públicos, outras ainda colaborando com a CML em programas de mobilidade escolar.

O livro *Cycling Cities: the Lisbon Experience* foi o resultado principal do projecto Hi-BicLab, Laboratório de História para as Mobilidades Urbanas Sustentáveis.


Cycling Cities:
The Lisbon Experience
M. Luísa Sousa, Bernardo Campos Pereira, Jaume Valentines-Álvarez, João Machado, Diego Cavalcanti, Patrícia Melo, and David Vale

***Cycling Cities: The Lisbon Experience*, de M. Luísa Sousa, Bernardo Campos Pereira, Jaume Valentines-Álvarez, João Machado, Diego Cavalcanti, Patrícia Melo e David Vale (Eindhoven: Foundation for the History of Technology, 2025).**
Acesso aberto em: https://novaresearch.unl.pt/files/121823482/Sousa_M._L._et_al._2025_..pdf

Políticas Cicláveis de Lisboa, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O laboratório beneficiou de uma equipa interdisciplinar com pessoas da academia das áreas da história da tecnologia, geografia, economia, políticas públicas e ciência cidadã, muitas das quais têm participado em diferentes associações e entidades, como a Cicloficina da Penha da França, a Recicleta do Gaia-Lisboa, a MUBI, a Cicloda, a Bicicultura. Desenvolveram-se actividades como *workshops* temáticos (que trabalharam fontes históricas e documentos contemporâneos), exposições (que compararam fotografias de arquivo de quotidianos das ruas lisboetas com fotografias actuais), passeios, tertúlias e mesas redondas. Indagou-se, junto das pessoas participantes, o que queriam saber sobre mobilidade urbana lisboeta do século XX. Surgiram questões como: As pessoas transportavam bicicletas nos comboios? Havia transporte de bicicletas na margem sul e na Grande Lisboa? Quais estratos sociais usavam mais a bicicleta e o seu uso também era comum para as mulheres?; Houve alguma vez a intenção de planear canais para bicicletas em Lisboa, segregados do tráfego motorizado? Que tipo de cidade tínhamos antes de termos tanta infraestrutura automóvel? Todas estas perguntas aparecem respondidas no livro, se bem que ainda há muito trabalho para conhecer as múltiplas vidas da bicicleta lisboeta.

Estas descobertas de passados pouco conhecidos foram incluídas no livro, que integra a colecção de livros *Cycling Cities*, editada pela Fundação para a História da Tecnologia de Eindhoven (https://www.cyclingcities.info). O caso de Lisboa testou o racional proposto por esta colecção, nomeadamente ao analisar a evolução do estatuto cultural de quem anda de bicicleta (elitista, mitra, *hipster*, precário de entregas...), os discursos sobre o tráfego (mobilização de *expertises* para defender escolhas políticas), e o papel dos movimentos sociais (e do chamado «conhecimento leigo» e «*lay experts*»). Sem ter em conta esses saberes activistas não podemos compreender como se tem construído a cidade, nem os corpos, nem o ambiente de hoje. Este ponto foi desenvolvido mais extensamente na sessão «Tandens de saberes: Para uma história útil e mobilidades justas», realizada em Barcelona em Maio de 2025, onde se apresentou o livro que estamos a resumir. Nesta sessão, membros de associações históricas como Bicilclot e Amics de la Bici explicaram como algumas das suas propostas foram replicadas pela câmara municipal décadas depois.

A partir de meados do século XX, as bicicletas foram desaparecendo dramaticamente das estatísticas de contagem de veículos.

Em definitivo, o livro é um resultado de um processo colectivo e convivial de pesquisa e escrita, de diálogo com ciclistas de ontem e de hoje, da nossa experiência nos arquivos e sobre o selim, de uma convicção de que há uma história da bicicleta como meio de transporte em Lisboa, e que se não foi contada não foi por acaso: foi porque se considerou que era melhor pensar que Lisboa não foi, nem poderia ser, uma cidade para andar de bicicleta. O livro ajuda a pensar os futuros do passado, a aumentar a nossa imaginação sobre a Lisboa do passado e a desenvolver repertórios de acção para uma cidade do futuro mais justa, mais sustentável, mais feliz: bem além da autoridade do automóvel.

Estudantes & Reforma Agrária

JOSÉ TAVARES

«A Universidade só há-de
iluminar o povo
no dia em que estiver a arder.»
Antero de Quental

A partir do 25 de Abril de 1974, reflexo do que se passava por todo o país, os estudantes viviam em permanente ebulição. No liceu onde eu andava, à semelhança de outras escolas e universidades, as RGA (Reuniões Gerais de Alunos) ocupavam-nos mais do que as aulas. Desencadeou-se uma luta, de cariz espontâneo, pelo saneamento dos implicados no fascismo, reitores, professores, funcionários e pides, contra os exames e métodos de ensino, contra as faltas, a favor de turmas mistas (raparigas e rapazes) e pela gestão, quase autogestionária, dos estabelecimentos de ensino por professores, alunos e funcionários.

O embaixador francês em Portugal considerou a situação nas escolas em Portugal idêntica ao Maio de 1968[1]. No meio desta agitação, e com excesso de alunos e passagens administrativas, o IV Governo Provisório teve o desejo de fazer participar os estudantes na vida do país.

Março 1975 Greve de estudantes do ensino secundário contra os exames e classificações.
Foto in *Século Ilustrado* de 9 Março de 1975. Arquivo Olinda Celeste

Nos meus papéis encontrei um relatório de duas páginas sobre uma visita de estudantes do liceu, candidatos ao «ensino superior», a cooperativas agrícolas do Alentejo, em Fevereiro de 1976. Estava em vigor o Serviço Cívico estudantil. Os estudantes, para poderem entrar no ensino universitário, nos politécnicos ou nas escolas de Agronomia, teriam de fazer um ano de trabalho de campo. Num país com 25 % de população analfabeta, a ideia consistia em mobilizar jovens para a província com vista a alfabetizarem pessoas carenciadas, aplicando o método do grande pedagogo brasileiro Paulo Freire. Segundo o decreto-lei que o institucionalizou, o Serviço Cívico devia «assegurar aos estudantes uma mais adequada integração na sociedade portuguesa» e «uma melhor compreensão das necessidades e carências da população». Combinava a «educação pelo trabalho intelectual com a educação pelo trabalho manual», além de «incentivar a cooperação entre os estudantes e o povo trabalhador» e «fomentar o espírito de trabalho colectivo».

No princípio de Novembro de 1974 surgiu o problema das aptidões escolares, os exames de acesso à universidade. Processo contestado pelo movimento estudantil. Durante todo o regime fascista salazarista, dito «Estado Novo», e depois fascista marcelista, dito «Estado Social»[2], menos de 4 % dos filhos da classe trabalhadora tiveram acesso ao ensino universitário. As condições não se alteraram e os 28 mil estudantes candidatos a esse ensino, no ano anterior tinham sido 14 mil, coisas que não significavam uma «democratização». Num país de doutores, sendo a universidade uma fábrica de canudos e um trampolim para posições de privilégio social, os doutores não contabilizaram as suas necessidades de técnicos. Na televisão, em Novembro de 1974, o doutor Rui Grácio, secretário de Estado da Educação explicou: «É preciso melhorar a qualidade dos técnicos (formados na universidade) para racionalizar mais a produção, aumentar a produtividade do trabalho, e isso é incompatível com um número excessivo de alunos». Surgiu assim, inspirado no modelo cubano, o referido Serviço Cívico. O doutor Pereira de Moura, ministro sem pasta, membro do MDP/CDE (Movimento Democrático Português/ Centro Democrático Eleitoral), ligado ao PCP, apresentou-o como «tarefa de Reconstrução Nacional» e solução para ocupar o excesso de «caloiros» na universidade. O doutor camarada Álvaro Cunhal aprovou a ideia como uma «pedra de toque de mérito para a frequência das universidades», afirmando doutrinariamente: «Não se pode aceitar que o povo português, de cujo trabalho vêm afinal os recursos para pagar o funcionamento das escolas, esteja a alimentar a ociosidade e o parasitismo de pseudo-revolucionários que nas escolas, nem estudam, nem deixam estudar os outros»[3].

Todo este palavreado tinha por objectivo resolver um problema logístico: a grande maioria dos candidatos estavam forçados a ficar inactivos. O Serviço Cívico foi criticado pela maioria dos estudantes, de direita ou de esquerda e também pelos agricultores do Norte, que o consideraram «insultuoso». Os de direita opunham-se por ele ameaçar os privilégios sociais da juventude da classe média e alta, e a única forma de escapar ao Serviço Cívico era pura e simplesmente desistir da universidade. Com excepção da UEC (União dos Estudantes Comunistas), organização juvenil do PCP, que apoiou o plano, os estudantes de esquerda criticaram a medida por diferentes motivos, sendo um deles o facto de ser planeado e organizado por um governo capitalista, embora o princípio do Serviço Cívico não fosse contestado. Os anarquistas, minoritários, contra qualquer governo, denunciavam-no como parte do projecto de construção do capitalismo de Estado, dominado em Novembro de 1975 e que, por outras vias mais subtis, tentava continuar em 1976.

O Serviço Cívico foi a forma de entreter e disfarçar um ano de «ociosidade», de inactividade forçada. Ainda assim, oito mil estudantes foram ensinar e trabalhar, e, juntamente com os militares, constituíram uma presença activa nos campos.

Terra e Liberdade!

No início de 1975 o Alentejo, região dos latifúndios, continuava com um grande número de trabalhadores rurais desempregados, despossuídos de toda a propriedade, vulneráveis, expostos à miséria, à repressão, à arbitrariedade dos proprietários de obscenas extensões de terra. Muitos deles, desde os anos 1960, tinham sido obrigados a emigrar, para França, Alemanha, e outros a migrar para a zona industrial de Lisboa-Setúbal. Em Fevereiro de 1975 haveria mais de cinco mil trabalhadores rurais desempregados. A resposta dos trabalhadores foi a expropriação e ocupação dos latifúndios propriedade de grandes agrários, procurando tomar nas suas mãos a posse da terra e dos meios de vida. Em fins de Dezembro de 1974, um grupo armado de trabalhadores ocupou as terras em Outeiro, perto de Beja. Foi o tiro de partida para outras ocupações.

Esta era uma história que havia começado há muito, como vimos na crónica anterior[4]. Durante a Primeira República (1910-1926) os trabalhadores rurais já haviam proclamado: «A terra para os trabalhadores rurais, para uso comum». Neste período, o sindicalismo revolucionário e anarquista eram a influência dominante no movimento das classes trabalhadoras. Até ser derrotado pelo fascismo salazarista e torpedeado pelo comunismo jacobino leninista. O movimento sindical revolucionário e anarquista assentava na acção directa, isto é, na gestão da luta e na definição dos objectivos pelos próprios trabalhadores. Foi sobre esta tradição, mas desviando-a, que o PCP se enxertou no Alentejo. A reforma agrária preconizada em 1975 pouco ou nada teve que ver com a colectivização defendida pelos trabalhadores rurais alentejanos do tempo da Primeira República.

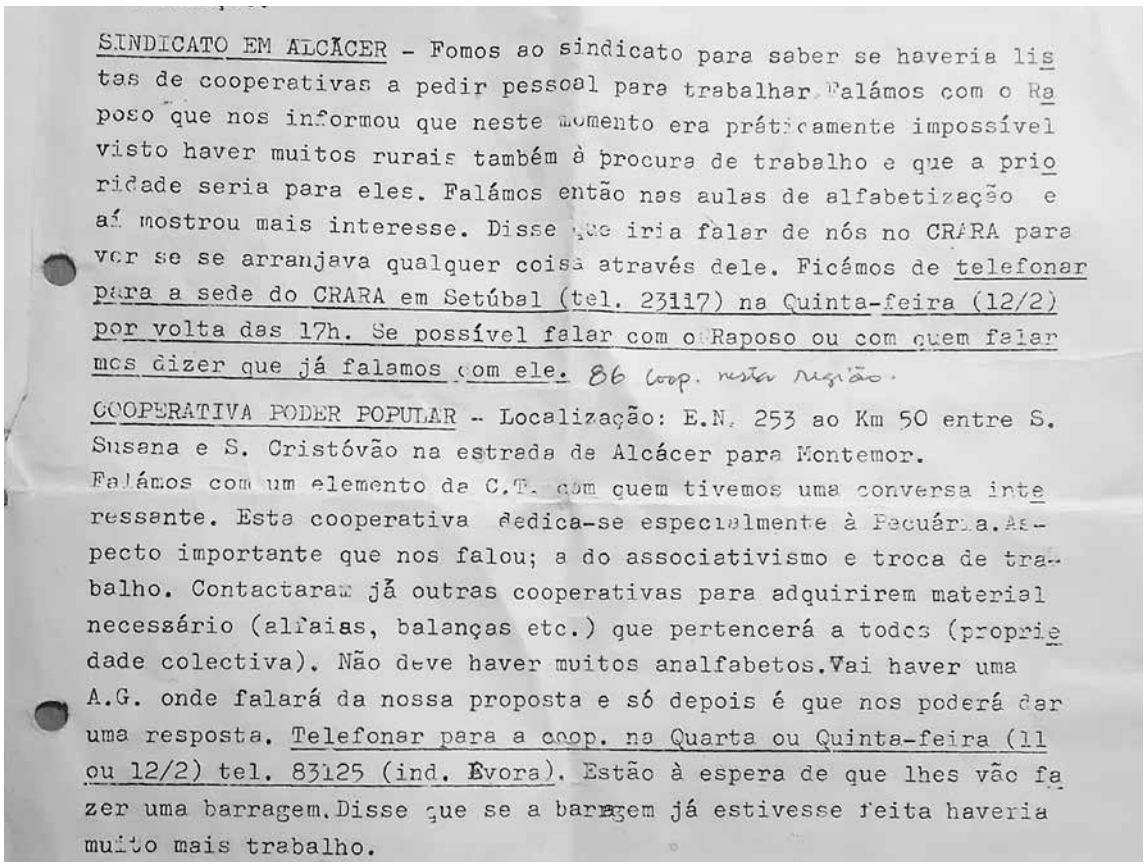
A primeira cooperativa visitada, na procura de lugares onde os estudantes obrigados ao Serviço Cívicopudessem fazer alfabetização e trabalhar, foi em Casebres, na freguesia de Machede, perto de Alcácer do Sal. Os trabalhadores tinham ocupado as terras em Fevereiro de 1975 contra a vontade do PCP, Phil Mailer descreve bem esse momento: «O Partido Comunista, presente na I Assembleia, pronunciou-se contra a ocupação. O capitão Cardoso do MFA disse que, "se os trabalhadores levantassem um dedo contra estas terras, acabariam todos na prisão". Um membro do PCP informou a guarnição militar de Évora e foram enviadas tropas para pôr termo à acção. Organizou-se uma reunião entre os trabalhadores e um grupo de pequenos agrários da zona, que também eram contra a ocupação. Os trabalhadores queixaram-se ao Copcon[5], que ofereceu apoio. As mulheres saíram da reunião, contornaram os homens e avançaram com a ocupação. [...] Houve muitos outros casos (no Monte da Virgem, na Vendinha e em Reguengos de Monsaraz, só para referir alguns)»[6]. Em Beja, a 2 de Fevereiro de 1975, o ministro da Agricultura, Esteves Belo, expôs a linha do Governo: «Presentemente, o país importa muitos produtos agrícolas para consumo nacional. Toda a terra tem de ser aproveitada para criar riqueza. O Estado procederá à expropriação da terra dos grandes proprietários rurais. As terras expropriadas serão administradas pelo Estado. Far-se-á nestas propriedades uma certa revolução

nas culturas, que permitirão vir a assegurar um máximo de produtividade. Os proprietários serão obrigados a colaborar. O Estado aceita e apoia todas as ocupações.»[7]

Na Torre Bela, perto de Rio Maior, no dia 23 de Abril de 1975, os camponeses destituídos de toda a propriedade ocuparam o latifúndio de 1700 hectares do duque de Lafões e o seu palácio. A LUAR (Liga de União e Acção Revolucionária) e militares do MFA apoiaram as ocupações. O capitão Luís Banazol incentivou os ocupantes: «Vocês não devem esperar que, legalmente, saia um decreto que diga que vocês podem ocupar. Vocês ocupam e a lei virá.»[8]

Era um padrão que surgiu e «segundo o qual toda a luta espontânea conduzia a uma intervenção do Estado, o que ampliava e fortalecia a sua área de controlo social»[9]. Asfixiava-se assim toda a acção independente. O lema «a terra a quem a trabalha» era entendido pelo PCP e pelo Governo como a transferência da terra dos grandes latifundiários para o Estado.

Oito mil estudantes foram ensinar e trabalhar, e, juntamente com os militares, constituíram uma presença activa nos campos



SINDICATO EM ALCÁCER - Fomos ao sindicato para saber se haveria listas de cooperativas a pedir pessoal para trabalhar. Falámos com o Raposo que nos informou que neste momento era praticamente impossível visto haver muitos rurais também à procura de trabalho e que a prioridade seria para eles. Falámos então nas aulas de alfabetização e aí mostrou mais interesse. Disse que iria falar de nós no CRARA para ver se se arranjava qualquer coisa através dele. Ficámos de telefonar para a sede do CRARA em Setúbal (tel. 23117) na Quinta-feira (12/2) por volta das 17h. Se possível falar com o Raposo ou com quem falar mos dizer que já falamos com ele. 86 coop. nesta região.

COOPERATIVA PODER POPULAR - Localização: E.N. 253 ao Km 50 entre S. Susana e S. Cristóvão na estrada de Alcácer para Montemor. Falámos com um elemento da C.T. com quem tivemos uma conversa interessante. Esta cooperativa dedica-se especialmente à Pecuária. Aspecto importante que nos falou; a do associativismo e troca de trabalho. Contactaram já outras cooperativas para adquirirem material necessário (alfaias, balanças etc.) que pertencerá a todos (propriedade colectiva). Não deve haver muitos analfabetos. Vai haver uma A.G. onde falará da nossa proposta e só depois é que nos poderá dar uma resposta. Telefonar para a coop. na Quarta ou Quinta-feira (11 ou 12/2) tel. 83125 (ind. Évora). Estão à espera de que lhes vão fazer uma barragem. Disse que se a barragem já estivesse feita haveria muito mais trabalho.

COOPERATIVA AVEIRAS DE CIMA - Localização: Pombal/Val do Mouro Produção: sequeiro 2200h; regadio 1100h; floresta800h. Pecuária 183 cabeças de gado. Herdades: Arzojo, Val da Rola, Casais dos Pereiros, Val do Mouro, Paul da Ota.

Não chegámos a ir lá. Falámos com uma velhota que vivia num Casal isolado e sózinha com o marido doente e o filho doente mental. Falou-nos da perseguição que é movida aos trabalhdores dessa coop. e do próprio medo que se começa a criar entre esses trabalhadores. Alguns filhos da puta: feitor e Cabo da GNR, (entre Isaxex) que costuma ir à cooperativa.

Resolveu-se ir a Aveiras de Cima no próximo fim de semana.

É preciso lembrar que na década de 1960 ocorreu no Alentejo a capitalização da terra, através da mecanização, dos adubos químicos, do DDT, e aproveitando a vantagem das explorações de grande dimensão física. E o PCP tinha já abandonado a sua proposta dos anos 1920 de parcelar os pornográficos latifúndios, época, em que, como vimos, o sindicalismo revolucionário e anarquista defendia a colectivização. O Partido Comunista propunha agora para os latifúndios alentejanos o modelo «soviético» de grandes extensões de terras agricultáveis como exemplo a seguir na construção do «Estado socialista», ou seja, do capitalismo de Estado.

Mas do passado dos trabalhadores rurais subsistia o espírito igualitário e de resistência tendente a não consentir que os dirigentes, os «seus representantes», decidissem por eles e em seu nome. O igualitarismo era defendido pelo grupo mais numeroso e activo das ocupações, os trabalhadores sazonais. Para estes, a questão principal era o desemprego, e tinham um trabalho não especializado e mais duro, o que os levou a defenderem nas UCP/Coop[10] a rotação das tarefas mais ingratas e, sobretudo, salário igual para todos independentemente da função exercida, tendo essas exigências provocado conflitos com os trabalhadores especializados. Este movimento foi combatido pelas estruturas sindicais e pelo PCP, mas só se extinguiu a partir de 1977, com o ataque crescente lançado contra a Reforma Agrária.

Os trabalhadores rurais sazonais, dependentes do calendário agrícola, tinham sido sempre marginalizados. Não ambicionavam ser pequenos proprietários, queriam trabalho e salário permanentes[11]; considerados como uma classe inferior, exigiam participar em igualdade na gestão e organização do trabalho. Porém, a Liga de Pequenos e Médios Agricultores (criada pelo PCP) avisou num comunicado, em 20 de Julho de 1975: «A agricultura não é uma classe, como alguns pretendem, mas um sector económico cujas implicações sociais de toda a ordem determinam a sua divisão em três classes distintas: grandes latifundiários, pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais. É utópico pensar-se na fusão destes grupos numa única associação, pelas características específicas que cada um apresenta.»

As máquinas industriais começaram a chegar e tornaram-se os heróis da «reforma agrárias», mais importantes do que a vida. «Máquinas e auxílio material, vindo da União Soviética, da Bulgária, da RDA e dos outros países socialistas»[12]. No entanto, parece ter sido um *bluff*, se levarmos em conta o que escreveu Zita Seabra, à época dos acontecimentos uma grande militante com responsabilidades no PCP: «Os tractores, debulhadoras e outras máquinas» eram «tudo coisas desactualizadas, verdadeiro ferro-velho que não funcionava. Mas era a solidariedade dos camaradas comunistas dos países onde eram poder»[13].

No mesmo livro afirma que o doutor camarada Cunhal «dirigia pessoalmente as ocupações da reforma agrária no Alentejo, em coordenação com António Gervásio», responsável do PCP na «zona da reforma agrária».

Enfim, a batalha da produção, lançada pelo primeiro-ministro do V Governo Provisório, general Vasco Gonçalves, em meados de 1975, reflecte a obsessão do produtivismo de esquerda e a sua ambição de progresso técnico[14]. Afonso Cautela, co-fundador do Movimento Ecológico Português, criado em 1974, editor e redactor da Frente Ecológica, perguntava para que servia «a tal Produtividade, sem olhar ao como, ao onde, ao para quê e para quem, sem olhar às finalidades últimas e às primeiras causas»[15].

Em nome do indispensável desenvolvimento das forças produtivas, em nome, claro, do progresso, das ideologias da burguesia e dos marxistas ortodoxos, previa-se assim um mundo sem camponeses. Tudo isso guiado por um ponto de vista em comum: a acumulação de capital. Tudo com o mesmo fascínio pela tecno-indústria e animado por uma mesma concepção de trabalhador, o ser humano disciplinado, dominado por tarefas monótonas e repetitivas. O camponês era o oposto deste pesadelo. Ele representava a desordem, uma vez que estava parcialmente de fora das normas capitalistas. E passou por diferentes mutações. Na primeira metade do século XX serviu os interesses da aristocracia e de uma burguesia agrária nascente. A partir dos anos 1970 foi utilizado para constituir uma administração agrícola ao serviço da agroindústria alimentar. Hoje, no meio da agroindústria e do agroturismo, vai surgindo o mito do agricultor «sustentável», «salvador do planeta».

Esta história agrícola ilustra a extraordinária aptidão da sociedade capitalista para recuperar as lutas. O espírito do capitalismo continua a ser a ideologia ou o quadro normativo dominante que motiva as pessoas a tomar parte no capitalismo de maneira voluntária e mesmo com entusiasmo.

Do passado dos trabalhadores rurais subsistia o espírito igualitário e de resistência tendente a não consentir que os dirigentes, os «seus representantes», decidissem por eles e em seu nome

NOTAS

1 Escreveu o embaixador francês em Lisboa nos anos 1970: «L'agitation universitaire consécutive au mouvement du 25 avril n'est pas sans rappeler par certains aspects celle dont l'université française a eté le théatre en mai de 1968». Citado por Victor Pereira, Cést le peuple qui commande. La révolution des Oeillets 1974-1976, Editions du Détour, Bordéus, 2023.

2 Após a queda de Salazar, em 1969, Marcelo Caetano tomou-lhe o lugar. Para dar um ar de sua graça, o partido único, a União Nacional, passou a designar-se Ação Nacional Popular, continuando a ser o partido único, a polícia política deixou de se denominar PIDE para se chamar DGS, continuando os mesmos pides, as torturas, prisões, etc. E o Estado Novo, passou a designar-se Estado Social, continuando fascista.

3 Discurso pronunciado no comício da UEC (União dos Estudantes Comunistas) realizado no Pavilhão dos Desportos, actual Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, no dia 12 de Dezembro de 1974.

4 «O matador de Sidónio Pais, vingador dos trabalhadores?», Jornal MAPA, Janeiro-Março de 2026

5 Copcon (Comando Operacional do Continente), comandado por Otelo Saraiva de Carvalho. Esta força militar, criada a 8 de Julho de 1974 e tutelada pelo general Costa Gomes, tinha por objectivo assegurar a ordem e substituir a polícia (PSP) ou a guarda republicana (GNR) quando não era conveniente a sua intervenção.

6 Cf. Phil Mailer, Portugal: *A Revolução Impossível?*, Lisboa, Antígona, 2018.

7 Citado por Phil Mailer, op. cit.

8 Cf. Francis Pisani, *Torre Bela: Todos Temos Direito a Ter Uma Vida*, Coimbra, Centelha, 1978.

9 Phil Mailer, op. cit.

10 As designações unidades colectivas de produção e cooperativas de produção (UCP/Coop.) variavam conforme as conjunturas, as orientações ideológicas e as mudanças de enquadramento legal.

11 Deste modo, a servidão ao trabalho torna-se uma garantia de liberdade. Obviamente, ilusória.

12 José Casanova, no prefácio ao livro de António Gervásio, *A Reforma Agrária é Necessária*, Lisboa, Avante, 2009.

13 Zita Seabra, *Foi Assim*, Lisboa, Alétheia, 2007.

14 Progresso técnico jamais neutro mas ambivalente e que condenava ao desaparecimento, quer os trabalhadores rurais, quer a agricultura alentejana.

15 Afonso Cautela, *O Alentejo na Reforma Agrária*, Lisboa, Diabril, Julho de 1975.

Entre fronteiras e fogões: trabalhadoras domésticas imigrantes e os frutos podres do estado

ANA LUIZA MIRANDA
ANAMIRXNDA@GMAIL.COM

"Todas as mulheres são, antes de mais, donas de casa". Quebec, 1978. Fotografia: Raymonde Lamothe

Sou antropóloga e escrevo a partir de Lisboa, escutando histórias que atravessam cozinhas onde o vapor sobe enquanto os contratos nunca chegam, casas onde o cuidado é íntimo mas a exploração é estrutural. Não existe apenas uma «crise do cuidado» em Portugal. O que existe é um regime de acumulação estruturalmente dependente da exploração racializada do trabalho reprodutivo: em particular do trabalho doméstico realizado por mulheres migrantes em situação irregular.

Parto da experiência de mulheres brasileiras que trabalham no setor doméstico informal em Lisboa para sustentar uma tese central: a reprodução social não é uma esfera periférica ou privada da economia política, mas um dos seus principais terrenos de conflito, expropriação e acumulação. O capitalismo semi-periférico português não apenas explora o trabalho produtivo como organiza a sua própria reprodução através da ilegalização e da vulnerabilização migrante.

A teoria marxista-feminista da reprodução social permite-nos romper com uma separação clássica herdada do marxismo ortodoxo: a divisão entre produção e reprodução. Essa separação não é neutra — é funcional ao capital porque torna invisível o trabalho que produz a mercadoria mais fundamental do sistema: a força de trabalho. O trabalho doméstico e de cuidado realizado por mulheres migrantes não sustenta o capitalismo a partir «de fora»; é interno à totalidade capitalista, ainda que sistematicamente desvalorizado e informalizado.

Mas esta realidade não se sustenta apenas no plano teórico. Ela materializa-se em decisões concretas, tomadas sob urgência, responsabilidade e ausência de alternativas. Como me disse uma interlocutora: «E, às vezes, quando chegamos aqui com família e contas para pagar, temos de nos sujeitar a coisas e a qualquer tipo de emprego (…), eu não tinha tempo a perder. Se era o que tinha, era o que eu tinha de fazer.» Não se trata de escolha. Trata-se de condição. Estar em trabalhos precários e sem contrato não é uma decisão voluntária dos imigrantes, mas o resultado de um regime que dificulta o acesso à regularização e prolonga deliberadamente a vulnerabilidade.

Se o processo fosse menos burocrático e mais acessível, o período em que estas mulheres se encontram sujeitas ao oportunismo patronal seria menor. A precariedade não é um acidente, é produzida. O trabalho doméstico realizado por mulheres imigrantes funciona como uma infraestrutura silenciosa da economia portuguesa, permitindo a reprodução da força de trabalho «regular» sem alterar de forma significativa as hierarquias salariais, de género e de classe.

Essa infraestrutura assenta numa contradição aparente: é extremamente fácil encontrar trabalho e extremamente difícil obter direitos. «Cheguei e, se quisesse trabalhar no dia seguinte, tinha trabalho (…), mas o que acontece é que eles não dão contrato», relata uma das mulheres. A facilidade não é inclusão, é disponibilidade para exploração. «Os patrões não te vão oferecer um contrato (…) dizem que, para eles, não compensa». Não compensa, porque implicaria reconhecer direitos, pagar segurança social, cumprir obrigações legais. A informalidade não é um desvio: é funcional ao sistema.

As consequências são imediatas. Sem contrato, não há proteção. «Eu cortei a mão e fiquei 10 dias em casa e fiquei 10 dias sem receber (…); na pandemia fiquei 15 dias sem trabalho». Cada ausência é perda total. Cada doença é risco económico. Cada interrupção é uma forma de punição. O trabalho doméstico na economia informal organiza-se frequentemente à hora: se não se trabalha, não se recebe. Não há licença, não há subsídio, não há margem.

Mas a dimensão mais violenta deste regime emerge quando a irregularidade migratória se transforma em ferramenta direta de coerção. Uma interlocutora descreve como, após recusar continuar num trabalho, foi ameaçada pela patroa: «Ela disse que tinha o meu NIF e que sabia que eu estava ilegal e iria me denunciar (…), eu fiquei desesperada (…), com medo de ser deportada». Aqui, a fronteira deixa de ser um limite geográfico e torna-se um mecanismo quotidiano de disciplina. A ilegalidade não é uma falha administrativa, é uma tecnologia de governo. Produz corpos permanentemente deportáveis, disciplinados pela ameaça, pela espera e pelo medo. As políticas migratórias funcionam, assim, como políticas laborais indiretas: regulam quem pode trabalhar, em que condições e com que nível de proteção.

> A ilegalidade não é uma falha administrativa, é uma tecnologia de governo.

A exploração não se limita ao presente — projeta-se no futuro através do apagamento. «De 2007 a 2013 eu nunca tive contrato (…), esse tempo inteiro não contou para a segurança social». Sete anos de trabalho que não existem. Sete anos que não contam para a reforma. O desconhecimento dos direitos faz parte deste processo: «A lei da doméstica sempre existiu, mas o governo nunca a colocou para as pessoas saberem». A ausência de informação não é neutra, é produtiva. Produz submissão, impede reivindicação e prolonga a exploração.

O facto de serem maioritariamente mulheres brasileiras a ocupar estas posições não é contingente. A colonialidade do poder organiza quem cuida e quem é cuidado. O capitalismo europeu continua a decidir quem limpa, quem manda e quem descansa, através de hierarquias racializadas e generificadas. Certos corpos, femininos, migrantes, racializados, são historicamente designados para sustentar a vida dos outros. Género, raça e classe não são dimensões separadas, mas engrenagens do mesmo mecanismo.

E, no entanto, a reprodução social não é apenas um espaço de dominação. É também um terreno de conflito, negociação e resistência. No quotidiano, entre fronteiras burocráticas e fogões acesos, estas mulheres constroem redes informais de apoio e cuidado que escapam parcialmente ao controlo do Estado e do capital. Durante a pandemia, uma interlocutora descreve como levou diariamente comida a uma jovem brasileira recém-chegada, sozinha

e doente: ia até à porta, deixava as refeições, conversava à distância para que ela não se sentisse abandonada. Não se trata de romantizar a precariedade, mas de reconhecer que a vida insiste e que a reprodução social é também um espaço onde se produzem formas de solidariedade que desafiam, ainda que parcialmente, a lógica dominante.

Politicamente, a implicação é clara. Não há análise consequente do capitalismo contemporâneo que não coloque a reprodução social no centro da economia política. Não há justiça social possível enquanto a reprodução da vida depender da exploração racializada de mulheres migrantes em situação de «ilegalidade». E pensar a reprodução social a partir destas experiências não é apenas um exercício analítico, é um deslocamento político do próprio centro da crítica.

Se a reprodução da vida é organizada pela fronteira, pela ilegalidade e pela mercantilização do cuidado, então qualquer projeto emancipatório precisa necessariamente de questionar o regime de fronteiras.

Se a reprodução da vida é organizada pela fronteira, pela ilegalidade e pela mercantilização do cuidado, então qualquer projeto emancipatório precisa necessariamente de questionar o regime de fronteiras. Não há justiça social enquanto o cuidado depender da exploração de quem é tornada deportável.

Entre fronteiras e fogões, o Estado não falha — funciona. Funciona ao transformar espera em disciplina. Ao converter necessidade em obediência. Ao transformar cuidado em trabalho barato. E é precisamente por funcionar que precisa de ser destruído.

Porque a questão nunca foi apenas quem limpa a casa.

A questão é quem pode circular sem ser caçada. Quem pode trabalhar sem ser chantageada. Quem pode amar sem que o seu corpo seja uma autorização provisória. A questão é quem respira e quem pede licença para respirar.

Esforços para criminalizar a intolerância: caminho para uma sociedade mais igualitária ou criação de mais uma ferramenta de repressão?

TOFANA WUORNOS

Recentemente, têm circulado algumas petições públicas com o objetivo de alargar a criminalização da discriminação e da intolerância. Embora todes nós desejemos uma sociedade mais igualitária e mais justa, sem discriminação, acreditamos que esta abordagem ao problema está errada. Não concordamos que dar ao Estado mais uma arma para empunhar contra proletários vá contribuir para alcançar os nossos objetivos comuns.

Esta alteração à lei não criminaliza especificamente a misoginia, o racismo, a transfobia, nem qualquer outra forma estrutural de ódio e opressão. Ao incluir proteções para todos os grupos de forma igual, significa que, aos olhos do Estado, também poderão ser criminalizadas categorias como a discriminação anti-homem, anti-branco ou anti-cisgénero. Com estas alterações a lei será tão abrangente que ela poderá ser usada contra mulheres trans em contextos em que o Estado considere que a sua presença impeça o uso do espaço por mulheres cis. Poderá também ser usada contra manifestantes que impeçam o acesso a uma sinagoga onde esteja a decorrer um leilão ilegal de terras da Cisjordânia.

Já vimos como leis contra o antissemitismo têm sido aplicadas contra pessoas e movimentos pró-Palestina em vários países ocidentais[1,2]. Também leis antigas contra o KKK, nos Estados Unidos, foram usadas contra manifestantes de esquerda que cobriam o rosto para se protegerem da vigilância estatal[3]. Um estudo nos Estados Unidos mostrou ainda que as leis sobre crimes de ódio atingiram desproporcionalmente gente negra e queer, precisamente as comunidades que supostamente deveriam proteger[4]. Câmaras corporais, apregoadas por reformistas do setor sem fins lucrativos como uma reforma policial com a qual o povo pudesse vigiar a polícia e exigir contabilidade, tornaram-se mais uma ferramenta de vigilância policial que falhou em reduzir assassinatos policiais, sendo antes usadas para gerir provas a partir das quais muitos proletários têm sido enjaulados[5].

"Jaz", obra de João Loureiro instalada em São Miguel das Missões-RS
Foto: Edouard Fraipont

Como abolicionista, não confio na criminalização. Mas nem é preciso ser abolicionista, anti-punitivista ou anarquista para perceber o óbvio: o Estado português não é composto por gestores neutros e responsáveis do poder, nem aplicará esta lei segundo os ideais da esquerda. A lei não será aplicada como algumas pessoas à esquerda pretendem ou imaginam. Não devemos deixar-nos iludir pela propaganda liberal dos cravos e de «Grândola, Vila Morena» ao ponto de pensar que a Constituição portuguesa e a sua farsa de democracia liberal são compatíveis com o comunismo ou a libertação. A proposta de usar a polícia para avançar as nossas metas avança *copaganda*[6] que corrói a esquerda a partir de dentro. Quando falhamos em rejeitar todas as formas de colaboração policial, normalizamos chibaria que põe es nosses camaradas em perigo.

Tentar exercer poder constituinte dentro de um sistema feito para nos explorar e oprimir é um jogo perdido. Sob tal sistema, a bófia sempre será um bando de nazis. Segundo a minha própria experiência, fazer uma queixa a estas nazis sobre ameaças de morte que sofri por causa de ser uma mulher trans só resultou em ser alvo de pejorativos. Uma sociedade que só combate o ódio recorrendo aos fachos da esquadra já está a falhar com as vítimas. Além disso, quem iremos chamar quando a fonte de ódio for a própria polícia? Propor mudanças na lei parece ser o caminho mais fácil, mas tergiversa o núcleo libidinal de todos os tipos de ódio e a realidade de que não podemos confiar na polícia para proteger pessoas marginalizadas. Como alguém que também sente a necessidade de desfrutar a vida em segurança, é muito fácil entender como é que algumas pessoas consideram preferível reformar, mas não podemos fingir que moramos numa realidade alternativa só porque há gente que tem mais vontade de negociar do que se revoltar. A liderança da resistência contra este sistema opressivo não são es ativistas que rogam por liberdade com as suas manifestaçõezinhas pacíficas e petições, mas a gente que a exigiu, como a malta que vingou o assassinato do Odair com incêndios de autocarros[7]. E fizeram-no sem ir à câmara municipal pedir autorização.

Em vez de participar na farsa de uma democracia capitalista, patriarcal, racial e neoliberal, importa exercer poder destituinte[8], e desmantelar e interromper todos os aspetos deste sistema que exerce violência sobre nós. Podemos saber quem são os nossos inimigos sem participar no julgamento burguês através do qual a categoria social «criminoso» é construída. Como gente que rejeita a ordem que existe na sociedade portuguesa como injusta e opressiva, devemos abraçar a criminalidade em vez de afastarmo-nos dela. Temos de lutar por um mundo mais livre e saudável entre iguais, sem muros e grades, em que todos os nazis, bófias, soldados do império, senhorios e patrões partilhem o mesmo espaço, a sete palmos de profundidade, onde deveriam estar.

Antes de ser enforcado pela sua insurreição em *Harper's Ferry*, John Brown, um abolicionista estadounidense disse «Eu, John Brown, agora tenho certeza de que os crimes desta terra culpada só serão purificados com sangue. Eu tinha, como agora penso, me iludido em vão que sem muito derramamento de sangue isso poderia ser feito.»[9]

O sistema sob o qual vivemos exerce tanta violência, e é apenas através da violência, não da reforma, que a mesma pode ser interrompida. Seja na forma do cacetete da bófia que viola ou a bomba das forças armadas do império que rebenta corpos de crianças, a violência que os nossos inimigos impõem neste mundo é muito concreta e profunda. Espero poder envelhecer com muita amizade e amor, uma oportunidade já negada a algumas companheiras que morreram. De qualquer forma se eu morrer demasiado jovem, eu conto com as companheiras e não no aparato carcerário para vingar a minha morte e deixar-me descansar.[10]

NOTAS

1 https://socialism.com/fso-article/australias-hate-laws-aimed-at-palestinian-movement-we-wont-be-silenced/

2 https://apnews.com/article/hate-speech-london-manchester-antisemitism-bondi-29dbba8d0abafa2ac52591191d66ba49

3 https://edition.cnn.com/2026/01/21/us/minnesota-ice-church-protest-face-kkk-act

4 https://www.advancingjustice-aajc.org/press-release/groundbreaking-analysis-hate-crime-laws-finds-limitations-and-opportunities-face

5 https://equalityalec.substack.com/p/the-body-camera

6 Neologismo formado pela junção de *cop* («polícia» em inglês) e «propaganda».

7 https://youtu.be/nOFmx8OUnTk

8 https://web.archive.org/web/20220121113929/https://destituencies.com/2020/destituent-power-an-incomplete-timeline/

9 https://www.marxists.org/archive/brown-john/1859/last-note.htm

10 https://illwill.com/how-it-might-should-be-done

Diógenes, o cão que ri

BORBOLETA AZUL
ILUSTRAÇÃO GRAÇA SANTOS

Há cerca de 2348 anos, morre em Corinto o homem capaz de viver do ar. O seu nome era Diógenes, e aparentemente, o berço que o viu nascer foi Sinope, antiga cidade portuária construída sobre um istmo no Mar Negro, hoje parte da Turquia. No entanto, Diógenes foi repudiado – ou repudiou ele próprio – deste lugar, para se considerar o primeiro cidadão do mundo. Decidiu, próximo dos 50 anos, viver em Atenas, não por gostar da cidade, mas precisamente por não gostar.

O que sabemos sobre Diógenes não foi escrito por ele, mas por um homónimo: Diógenes Laércio. Este último Diógenes dedicou-se a documentar histórias curiosas da vida dos filósofos, em vez de se centrar nas suas filosofias. Na obra *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*, compilou os seus ditos e anedotas: narrativas ou histórias curtas, de factos históricos ou imaginários, que podem ou não provocar o riso. Mais do que aferir a verdade, estas anedotas sobre os filósofos mostram-nos como era percebido o seu caráter pelos demais; no caso de Diógenes, revelam-nos a sua filosofia.

Diógenes é considerado o filósofo cínico por excelência da Grécia Antiga. Foi contemporâneo de Platão, Aristóteles e Alexandre o Grande. Tal como eles, a sua obsessão era a virtude, e a sabedoria para viver bem. Ao contrário deles, a sua filosofia levou-o a viver destituído, debaixo de pontes e dentro de jarrões (*pithos*), descalço e apenas com uma manta por roupa, a mendigar junto do mercado. Chamavam-lhe «o cão», insulto que adotou para si e que deu o nome à sua forma de vida e filosofia (cínico deriva do grego *kynikos*, que significa «como um cão»).

Como é que os cínicos se tornaram nos cães da *polis* ateniense? Comecemos por dizer que eram cães com um revés: «ao contrário dos cães que mordem os inimigos, eu mordo os meus amigos para salvá-los». Para os cínicos, a *polis* não era uma fonte de virtude, mas um veneno que corrói a alma, afastando o homem da sua verdadeira natureza e da liberdade de decidir como quer viver. «Aristóteles toma o pequeno-almoço quando o rei manda; Diógenes come quando quiser». A submissão necessária para viver na *polis* era-lhe intolerável, preferindo viver destituído para desta forma assegurar a sua autossuficiência – *autarkeia*. Ironicamente, mendigava, mas nunca se sentiu vinculado socialmente por esta dependência. Considerava que era a paga pelos seus serviços: conta-se que recusou um convite para jantar porque o anfitrião não se mostrara devidamente grato pela sua presença.

Mendigar é uma prática que requer um treino exigente. Por um lado, é essencial viver com pouco. Conta-se que uma vez viu um rapaz a beber água usando as mãos como concha, e imediatamente deitou fora a sua taça, dizendo «não me tinha apercebido que a natureza me tinha dado mãos que servem para este propósito». Por outro, é essencial suportar a rejeição: uma vez viram-no pedir esmola a uma estátua, e quando lhe perguntaram porque o fazia, respondeu: «para me habituar a ser recusado». A sua alimentação consistia em migalhas de pão de trigo e ervas silvestres, mas gostava de bolinhos como toda a gente. A sua *autarkeia* levava-o a satisfazer as suas necessidades sem outros, inclusive as sexuais. Masturbava-se frequentemente em público, e quando o inquiriam, dizia: «que pena que não se possa matar a fome só a esfregar a barriga!»

> A submissão necessária para viver na polis era-lhe intolerável, preferindo viver destituído para desta forma assegurar a sua autossuficiência.

Viver como um cão na *polis* requeria viver sem pudor, imune às críticas e insultos de outros. Um verdadeiro cínico não se rege pelas convenções sociais, e tem de ser capaz de as desafiar. Diógenes era um mestre a criar situações disruptivas no quotidiano: entrava no teatro contra a corrente, e quando lhe perguntavam porquê, respondia que passara a vida toda a fazê-lo; andava para trás na via pública, e quando se riam dele, retorquia que eram eles que deviam envergonhar-se de levar a vida na direção errada. A direção errada era a da vulnerabilidade à riqueza, que levava as pessoas a submeterem-se às que têm a capacidade de lhes conceder ou negar o acesso a prazeres e indulgências. Os cínicos procuravam a independência das próprias necessidades corporais, resistindo às intempéries, ao calor e ao frio, e praticavam de todas as formas possíveis o autodomínio, para que o seu bem-estar não ficasse refém das decisões de outros ou de acontecimentos externos. Esta era a forma de se emanciparem – quem nada tem nada precisa, e conta-se que quando Alexandre o Grande lhe perguntou o que podia fazer por ele, Diógenes respondeu: «chega-te um pouco para o lado, estás a tapar-me o sol».

Diógenes ridicularizava e escarnecia todos os grupos sociais. Escarrou na cara do anfitrião de uma casa luxuosa que lhe pediu para não cuspir, dizendo que no meio de tanta limpeza não encontrou lugar pior. Frequentava bordéis e insultava as mulheres para suportar os insultos que lhe devolviam com equanimidade. Era assim que afirmava a sua importância: quando lhe perguntaram como ser uma pessoa reputada, respondeu: «tendo desdém pela reputação». Criticava Atenas e preferia Esparta, mas quando lhe perguntaram porque não ia viver para Esparta, respondeu: «porque um médico não vive entre as pessoas saudáveis». Recusou a família e não tinha mulher nem filhos. No entanto, não se afastava da *polis*, ia com frequência ao teatro, aos jogos e aos auditórios dos filósofos, para desdenhar de todos os virtuosos. Dizia que os artistas e desportistas não competiam entre si pela excelência da alma humana, e declarou-se vitorioso entre os homens, não entre escravos, em frente à multidão dos Jogos Olímpicos. Era um anti-intelectual e desafiava constantemente a retórica, discursos e lógica dos filósofos. O seu alvo preferido era Platão, e quando este definiu o ser humano

como um bípede sem penas, Diógenes depenou uma galinha e atirou-lha para o auditório dizendo: «eis o homem de Platão!». Noutra ocasião, pisoteou uma carpete dizendo: «estou a pisar o orgulho vazio de Platão!», ao que este terá respondido: «quanta vaidade mostras, Diógenes, ao exibir que não és vaidoso». Apesar dos esforços para não se mostrar afectado pela crítica social, Aristóteles reconheceu-lhe a necessidade de ser validado pelos filósofos, e quando Diógenes lhe ofereceu figos secos, retrucou: «grande é Diógenes!».

Embora criticasse os costumes da sociedade ateniense, dava como garantida a ordem hierárquica entre homens, mulheres e escravos, e humilhava os homens efeminados. Porém, considerava a desigualdade incompatível com a amizade: «como pode um homem rico ser amigo de um pobre, e o pobre continuar miseravelmente pobre?».

A sua filosofia foi posta à prova quando piratas o venderam como escravo, e teve de suportar duros tratamentos. Conseguiu trazer ânimo aos seus companheiros de infortúnio, e não os deixou cair em desespero. Quando lhes foi negada comida e água, comentou com os esclavagistas: «curioso que os traficantes de porcos ou ovelhas os engordem para venda, e os traficantes de seres humanos os debilitem até que fiquem esqueletos, para serem vendidos por uma canção». A partir desse momento, passaram a ser alimentados. No momento da venda, perguntaram-lhe o que sabia fazer. «Governar homens», respondeu. «Muito bem, vou procurar alguém que queira ser governado», gracejou o leiloador. «Vende-me àquele», solicitou. «Tem cara de quem precisa de mim». Tratava-se de Xeníades de Corinto, que o aceitou como governante da sua casa e dos seus filhos. Os amigos, preocupados, procuraram resgatá-lo da escravatura, mas Diógenes dissuadiu-os de o fazer, dizendo «os leões não são escravos dos que os alimentam; pelo contrário, são os que os alimentam que se tornam escravos dos leões, porque o medo é que define um escravo, e as bestas selvagens causam-lhes temor».

Masturbava-se frequentemente em público, e quando o inquiriam, dizia: «que pena que não se possa matar a fome só a esfregar a barriga!»

Diógenes desempenhou um papel brilhante ao serviço de Xeníades, e teve a oportunidade de por em prática a sua pedagogia, advogando um treino simples de bem-estar, sem exagerar nos desportos nem no embelezamento. Diz-se que as crianças o adoravam. Diógenes pediu o respeito que se concede a um trabalhador especializado, médico ou timoneiro, a quem se obedece mesmo quando se solicita os serviços. Esse respeito foi-lhe concedido até ao fim da vida, e numa versão da história, Xeníades perguntou-lhe como queria ser enterrado. «De cara para baixo», respondeu, «porque em pouco tempo o mundo vai ser virado ao contrário». Noutra versão, o velho Diógenes pediu que o entregassem a aves de rapina com um pau para se defender. Mas os seus amigos preferiram a versão de que, um dia, Diógenes decidiu parar de respirar, pondo fim ao seu sustento.

A morte de Diógenes não foi a morte do cinismo, mas durante vários séculos, a não-adesão às convenções sociais perdeu o apelo. Outras filosofias imperaram, como o epicurismo e o estoicismo. Mas os cães da *polis* voltaram no século I, com a força de um movimento de massa. As multidões destituídas pelo

império romano vagueavam sem casa, com capa, cajado e alforje, profetas que buscavam a virtude e a emancipação na miséria e na desgraça, condenando e desprezando o luxo e a hipocrisia dos poderosos. Diógenes conhecia este poder: terá dito a um pobre «vem amigo, fica ao meu lado e vê-me a trabalhar». Porém, a ameaça ao império veio na forma do Cristianismo. Há quem veja Jesus como um cínico que alerta a humanidade contra o vício e a ganância, e nos diz que é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus. Mas Cristo faz um passe de mágica ao duplicar o sistema de valores: um em que há bens reservados unicamente àqueles que vivem as suas palavras, com outros bens acessíveis na próxima vida; e outro onde quase tudo se consegue através de trocas, roubos ou poder, à custa da submissão da virtude. No nosso mundo, a hipocrisia é «a homenagem que o vício presta à virtude»[1]; no outro mundo, será feita justiça. É esta a resposta dos cristãos à pergunta de como pode um rico ser amigo de um pobre.

O caminho cínico para as virtudes estabelecido por Diógenes estava aberto a todas as pessoas, até às mulheres, desde que deixassem de ser mulheres para serem filósofas. Esta ideia atraiu uma mulher rica, Hipárquia de Maroneia (c. 350–280 a.C.), a única filósofa que recebeu uma entrada própria nas *Vidas e Doutrinas* de Diógenes Laércio. Adoptou o modo de vida dos cínicos, mas para os outros filósofos, ela devia estar a tear. Ser mulher era visto como algo apesar de, um papel imposto de que uma pessoa tinha de se emancipar para viver a vida de forma autêntica e livre.

Quando a igreja se apropriou do movimento cristão, consolidou o monopólio da crítica ao poder. A única forma de falar a verdade sem ter a vida em risco era sendo um tolo, inocente, profético. O cínico era um *parasitus* – alguém que come ao lado dos outros mas não com eles, que se contenta com as sobras sem se curvar, como um rato se contenta com as migalhas que alcança. Mas nos tempos modernos, o descaramento mudou de lado: o riso deixou de ser a arma dos oprimidos contra os poderosos, e passou a ser usado por todos contra todos, um baile de máscaras necessário para manter o *status quo*. Peter Sloterdijk[2] afirma que os cínicos de hoje têm uma falsa consciência esclarecida, que os torna bem-instalados e miseráveis ao mesmo tempo. São pessoas que sabem a verdade mas não a vivem, porque perderam as práticas de Diógenes e agora estão dentro, comprometidos. Vivem divididos, sem reconciliação possível.

O apelo de viver a verdade aumentou novamente no século XXI, quando a hipocrisia social atingiu um novo auge. Mas o discurso sem medo, tal como antes, só pode ser proferido a partir de uma posição de independência radical. A tragédia do cínico moderno é ver que o imperador está nu, e continuar a aplaudir porque as alternativas lhe parecem piores ou impossíveis.

Embora criticasse os costumes da sociedade ateniense, dava como garantida a ordem hierárquica entre homens, mulheres e escravos, e humilhava os homens efeminados.

Reclamar as armas de Diógenes requer reclamá-lo da loucura, da síndrome que tem o seu nome[3]. Requer reclamar o riso, para que deixe de ser sardónico e volte a ser libertador; reclamar o corpo como um lugar de verdade e resistência; não ter vergonha de não jogar o jogo; praticar a sátira; afirmar a vida em toda a sua plenitude e contradições. Os verdadeiros cínicos são os que falam quando seria melhor ficar em silêncio; são os teimosos que mantêm viva a possibilidade de viver diferente. No fim, vamos ver quem ri melhor.

NOTAS

1 Frase atribuída ao moralista François VI, duque de La Rochefoucauld, do século XVII.

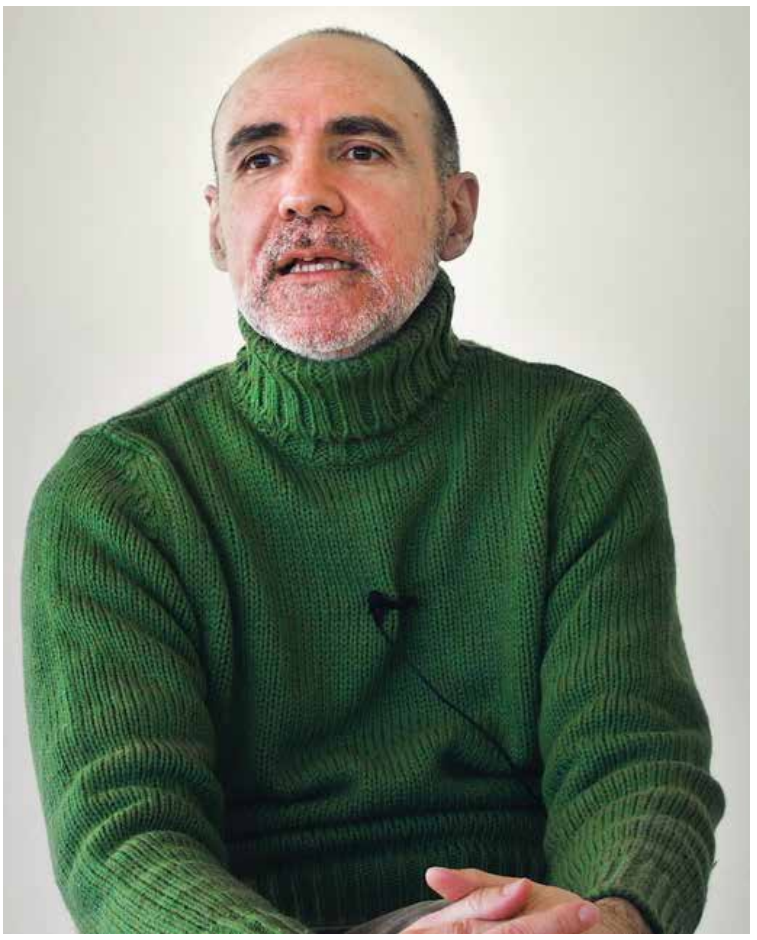
2 Peter Sloterdijk é um filósofo alemão que escreveu a Crítica da Razão Cínica (Kritik der Vernunft zynischen) em 1983.

3 A Síndrome de Diógenes é o nome que se dá a comportamentos de negligência extrema no autocuidado, falta de pudor, desleixo da casa e dos objectos.

Desconstruindo a transição energética[1]

O livro do autor galego Manuel Casal Lodeiro aborda as verdades incómodas da transição energética e a necessidade de uma transição ecológica.

ROSA Mª REGUEIRO FERREIRA[2]



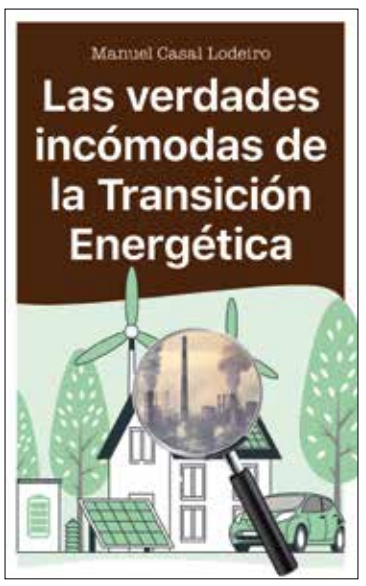
No panorama atual, de profunda incerteza e turbulência globais, a desinformação e a «todologia» tentam substituir ou anular máximas científicas. Os principais problemas sociais, económicos, energéticos e ambientais correm o risco de se transformarem em tarefas de segunda, terceira ou última ordem. É o caso da transição energética contemporânea, de natureza controversa, problemática e questionada desde as suas primeiras formulações.

Para esclarecer o significado desta transição são essenciais contributos críticos, como os reunidos no livro *Las verdades incómodas de la transición energética*, de Manuel Casal Lodeiro, publicado pela Icaria Editorial (2024). Uma obra rigorosa, direta e valente, que ao longo de dezassete capítulos aborda os pontos mais frágeis da atual proposta de mudança de modelo energético, revelando interesses pouco ou nada alinhados com a estratégia que dizem defender.

> Transição energética não significa transição ecológica. A transição ecológica significa transitar para um futuro compatível com a capacidade do planeta para manter as atividades humanas.

Uma transição energética pode ser definida como uma alteração significativa do sistema energético de um território, impactando na estrutura do sistema, nas fontes de energia que o compõem, nos seus custos ou até no regime político-económico em vigor. Ao longo da história, ocorreram diferentes transições energéticas, sendo talvez a mais significativa a que envolveu o início da utilização de combustíveis fósseis em larga escala. Para Manuel Casal Lodeiro, a transição energética é um processo de mudança de um modelo energético baseado num tipo de energia para outro modelo assente noutro tipo de energia; naquele onde parecemos estar agora, o trânsito do consumo de combustíveis fósseis para energias renováveis. Mas, para Lodeiro, esta mudança tem de ser global, afetar todo o sistema, ser construída sobre novas premissas e não ficar apenas na fonte de energia. Este é um pormenor essencial para determinar a eficácia potencial deste processo na concretização dos objetivos que lhe são propostos.

Contudo, transição energética não significa transição ecológica. A transição ecológica envolve um processo de mudanças globais (nos sistemas de produção e consumo, nas instituições sociais e políticas, nos modos de vida e valores da população), destinado a transformar a situação atual (altamente custosa ambientalmente) numa situação futura ambientalmente sustentável. Significa transitar para um futuro compatível com a capacidade do planeta para manter as atividades humanas, alterando a organização das atividades económicas. O autor realça a necessidade de uma mudança para um novo metabolismo adaptado para funcionar com energias renováveis, respeitando os limites da biosfera e da física em geral. Uma derivação da transição ecológica seria a transição ecossocial, que considera de forma proeminente a mudança social em relação à transição ecológica. Casal Lodeiro destaca a tensão entre os limites físicos dos recursos naturais e os excessos do sistema energético hegemónico, claramente não renovável, e do seu próprio modelo de produção e consumo. O autor galego levanta a sua voz por um sistema económico alheio à dinâmica da competição destrutiva e consciente dos limites ecológicos da Terra, uma vez que o esgotamento de materiais e recursos também impacta no desenvolvimento do sistema de renováveis. A sua análise inclui o papel do setor público, das pessoas consumidoras e da sociedade no seu conjunto.



Las verdades incómodas de la transición energética
Manuel Casal Lodeiro
Icaria Editorial, 2024.
316 pp

Compreender o alcance da transição energética implica analisar o problema da mobilidade sustentável. No capítulo 9, o autor explica com elegante precisão os pormenores desta realidade sem poupar referências bibliográficas. Começa por uma questão certeira: será correto falarmos em «tecnologia limpa»? O veículo elétrico é uma tecnologia com quase 200 anos, que deu origem a diferentes modelos, os quais evoluíram em complexidade, desempenho, mas também em impacto global. Para além do custo comercial de cada automóvel elétrico (que não está ao alcance de todos os bolsos), a preocupação está no processo de fabricação. Em cada fase necessária existe poluição, com geração significativa de gases com efeito de estufa e microplásticos. A prospeção para a obtenção dos minerais necessários ao fabrico, o fornecimento de fibra de carbono e plásticos, metais, fundição, montagem, energia necessária para realizar todo o processo, testes de segurança, fornecimento de equipamento, etc., em conjunto, significam um consumo médio equivalente a 20 barris de petróleo.

Eis a chamada «armadilha energética», pela qual a implantação de fontes e infraestruturas renováveis exige a utilização massiva de combustíveis fósseis, com consequências assinaláveis em termos de extração e utilização de minerais não renováveis. A própria Agência Internacional de Energia salientou que, num cenário em que os objetivos do Acordo de Paris fossem cumpridos, a procura de minerais para tecnologias renováveis aumentaria o consumo global de minerais, ao longo de duas décadas, em 40% para o cobre e terras raras, 60-70% para o níquel e o cobalto e quase 90% para o lítio, deixando pouco espaço para a utilização destes minerais para outros usos atuais, como a mobilidade elétrica. Quer dizer, todos os minerais e metais disponíveis devem ser distribuídos por todas as utilizações.

As reflexões partilhadas pelo autor coincidem com as análises realizadas pela professora e engenheira química Alicia Valero, da Universidade de Saragoça. Esta cientista dirige um grupo de investigação que assessora o grupo Volkswagen e a marca Seat em Espanha. Afirma que os fabricantes de automóveis sabem que não terão ao seu dispor baterias para satisfazer toda a procura potencial, que ficará nas mãos do fabricante, pelo que procuram fechar acordos com os países provedores para garantir o fornecimento de materiais. São necessários pelo menos vinte e três elementos químicos para fazer este tipo de automóveis funcionar, e o fornecimento pode esgotar-se antes de 2050. Quem tiver a propriedade dos recursos terá o poder. As minas existentes não são suficientes e os novos depósitos que possam eventualmente surgir levariam em média quinze anos até se tornarem operacionais. Por outro lado, os minerais estão cada vez mais diluídos, o que implica uma rentabilidade cada vez pior.

Este livro oferece informação crítica e contrastada desde a primeira palavra, permitindo-nos compreender que a mobilidade elétrica não é neutra em termos de impacto e que tem uma complexidade própria que deve ser estudada tanto numa perspetiva económica como física.

O futuro do carro elétrico,

> A implantação de fontes e infraestruturas renováveis exige a utilização massiva de combustíveis fósseis, com consequências assinaláveis em termos de extração e utilização de minerais não renováveis.

a crise climática, a descarbonização da economia, as possibilidades da economia circular, ou o hidrogénio são apenas alguns dos temas que podem ser consultados nesta obra. Um contributo de tal qualidade que deveria ter sido escrito há anos. Embora, como diz o ditado, nunca seja tarde para o bem.

NOTAS

1 A partir de um texto publicado originalmente em galego no jornal Nós Diario.

2 Professora Titular de Economia Aplicada na Universidade de Santiago de Compostela.

tanta a traição dos pares
os mortos desconhecidos nos mares
os vistos gold nas gares
mercearias chiques e bares
que me desinteressei da terra

tanto fascista na assembleia
racista que se passeia
gente bairrista desconfiada e feia
a recontar o pé de meia
que desertei da guerra

tanta fuga aos conflitos
submissão cega a novos mitos
maquilhar corpos aflitos
tapar bocas calar gritos
que desculpei quem ferra

tanto plástico em vez de madeira
chaves douradas e piroseira
palavras da moda na carteira
comer aplicações queira ou não queira
que desesperei na serra

(tanta pulga que se alapa
tanta latrina que não se tapa
tanto trabalho de sapa
tanto livro que é só capa
que desabafei no Mapa)

Diana Dionísio

Sobre...

Sobre o princípio...

Eça Sofia

Sobre o princípio – sobre ninguém perguntar – como primeira pergunta: queres começar?
cordão umbilical quis-me salvar; quis-me matar; à volta do pescoço – MÃE – a sufocar; não quis nascer para te salvar – não chorei no início – dá trabalho respirar; corpo ainda sem oxigénio, mas com lágrimas para chorar; berço – mentira; menino – menina; terço – verdade; Eva – Adão; St. Agostinho – Platão; amor – família; ódio – punição

nascer
morrer
eternidade;

silêncio vazio
vastidão

Vando – Chelas – Alto São João...
avó: vivemos da mesma forma que morremos – em vão; não há céu – não há inferno – quem morre – vive para sempre nas portas abertas do meu coração
desde o princípio: estrela vermelha – embrião; respirar sozinho não repõe razão – pulmão é colectivo – desculpem se fumo muito – se respiro: choro sozinho; mas grito com todis: revolução!
pesa o destino – toda a memória – o território imaginado porque é fingido; Fátima – fado – Benfica – vinho tinto; toda a revolta contra Deus – patrão – PSP (PIDE); Lisboa ser o meu corpo – onde não corre sangue – corre o Tejo vs as minhas células não serem minhas – serem internacionalistas; agora moro entre a rua Arthur Duarte – a menina da rádio – a exaltação do império colonial; e a rua João César Monteiro – a comédia de Deus – que se foda e que morra Portugal
pesa todo o amor – mãe, eu amo-te; mas eu não quis o princípio – não quis negar (tu)do – não quis ser mulher – mas também não quis ser estúpido; não quis ver a estrela vermelha brilhar no mundo cinzento dos donos disto tudo; não quis nascer para viver a negar a verdade: ela é mentira – na loucura encontrei sentido – não há sentido no surto; és livre quando 'tás maluco
não quis ver a avó morrer, antes de morrer, porque ela ia morrer no futuro; não quis esconder o bigode, mas por isso fugi de tudo – fugi da avó – não lhe disse adeus do mundo
mãe eu juro – quando nasci nunca quis ser tudo – ser nada sempre chegou – sou barco que não sabe nadar – nunca remei para cima 'tou melhor no fundo; mãe ou mato-me ou me dou tudo – mãe ou mato-te porque tentei viver – ou mato-me porque não vivi – isso é igual; confuso
cordão umbilical à volta do pescoço – metáfora não fictícia; não quis nascer – antes de trans; ser sempre em todos os momentos – no princípio, no meio, no fim de tudo; ser passado, presente, futuro; ser triste; não ser nada; ser trans – afundado – no fundo; obrigado a gritar: eu (?) sou triste não quero viver – mas tenho de ser eu, apesar de tudo; tenho de ser eu, apesar de ter nascido na forca que é o meu umbigo; tenho de viver – nunca devia ter nascido – a estrela vermelha queima-me o umbigo – eu desisti – mas não sou sozinho; ser livre antes do princípio – depois do amor – cair; finalmente vivo – voar no precipício...

interlúdio

eu e tu a olhar para o absurdo; eu não sou nada, Tu és tudo
Baltazar, Blimunda – Layla, Majnun –

nascer para amar;
Irene, Artur – José, Pilar

encontrar-te – chegar;
contrariar o fundo – não gosto de sol – sou Camus – mato qualquer otário porque o céu está azul – mas ver-te na luz... inferno invertido, o paraíso parece divertido; não gosto de sol, mas convida-me sempre para beber um café de manhã – como odeio – contigo
no luar – brilha quem esconde amar; como a lua manda no mar: em mim manda o coração, que só finge mandar – quando ama – convulsão – ameaça parar; *cocktail molotov* contra a capela onde vamos casar; será que ainda sei descrever um barco no mar? será que ainda vejo os teus olhos em todas as palavras que escrevo depois de te amar? no meu poema nunca vais acabar – Lisboa nasce na tua voz, morre no teu olhar; algumas feridas nunca param de sangrar – o passado é hoje – hoje é amanhã – feridas abertas não conseguem sarar;

não tenho tempo, nem quero tempo – ainda não tinha escrito aqui então para clarificar: não quis o princípio, não queria começar; olho para ti: não estás; os teus olhos em todos os lugares; apareces com a lua – todis olham para ela – eu olho para ti a chegar; como a lua manda no mar – mandas no meu coração que finjo mandar; percebo que ainda sei descrever um barco a afundar – sou eu quando te vejo chegar

interlúdio

eu e tu a olhar para o absurdo; eu não sou nada, Tu és tudo; a lua mas o sol...
o valium que acaba a vida – o café contigo que começa o dia; não gosto de sol – mas ver-te na luz... ver-te no princípio do dia, viver o princípio da vida – sem barulho – apenas melodia; na primeira luz do dia – esqueço a vida; os teus olhos ao sol – pausa – silêncio – melodia...

fim do interlúdio – ouço as sirenes da bófia – olho para trás – onde os teus olhos não estão –

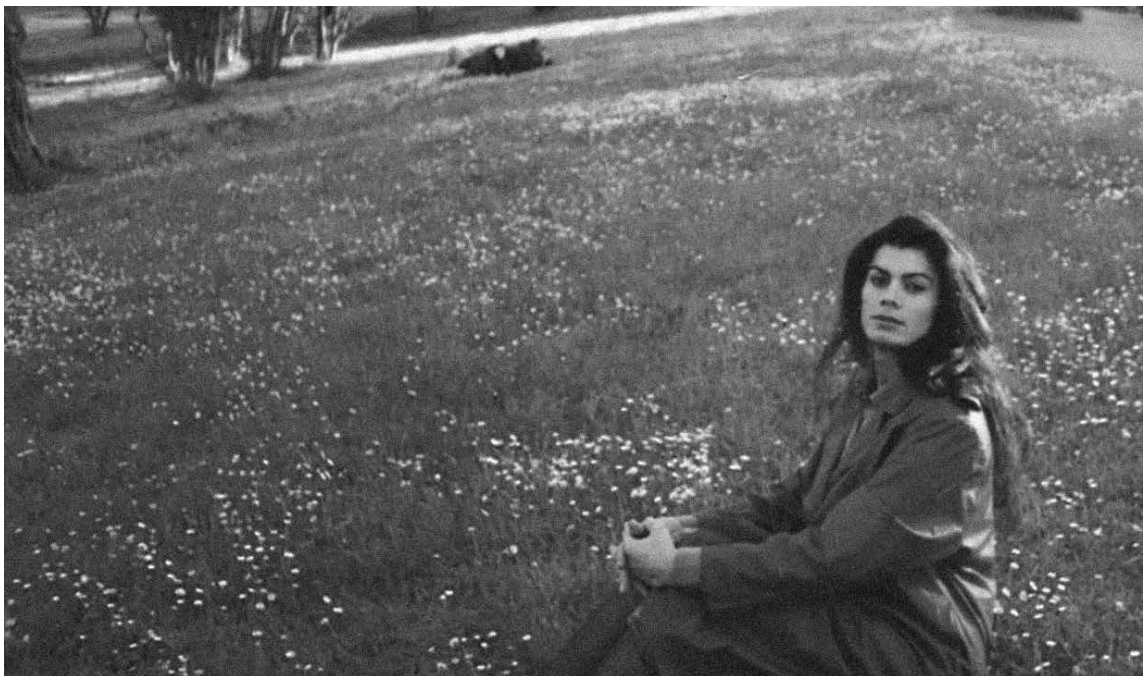
melodia interrompida

admito camaradas – eu não faço ideia qual – ou se há caminho – mas eu juro nós não sabermos onde ir – juntos – é destino; nunca tive a mania que era esperto, no meu mundo, se falas *mucho* – levas no focinho; no meu mundo as luzes da cidade brilhavam ao longe – púnhamos cartão no interruptor das escadas para não ficarmos a bafar ganza no escuro; no meu mundo fazia frio e ninguém podia ir para casa porque tínhamos quinze anos e quinze gramas no bucho no meu mundo no passado não via futuro – o mundo ardia – e sozinho – tive a guardar a cinza dos crimes dos donos disto tudo – assassinos – até depois da morte – vão ter os ossos das mãos sujos; incêndio, revolução, fogo de artifício – não sei ser eu mas sou poema colectivo; nasci na forca como todos os que imaginam o novo mundo – se não quis nascer, isso favoreceu a revolta, ya queimo tudo – se arder com o que odeio: vitória! viver é fogo – fogo não escreve a história
depois do bagaço – gasolina debaixo do braço – cometer crimes sem assinar por baixo; alma nunca foi legal – sou contra a autoridade: o estado – o kapital – a cis-hétero-mono-normatividade – as prisões – o sistema judicial; Zona J – o mais perto de fronteira nacional; primeiro: o tráfico – depois – o assalto popular; escolhe o que levas na mala – escolhe com quem vais caminhar: 1 kg de branca vs o manifesto comunista; ter tropas que matam por ti vs ter camaradas que no fim vão matar-te
admito camaradas – eu não faço ideia se há caminho – e se hoje – futuro – ainda não sei onde vamos – juntos; hoje – futuro – eu sei que carregamos as cinzas do mundo; muitas rosas para os que nunca foram tropas – os que morreram na prisão estão em todos os gritos de revolução – ninguém chora sozinho – sempre que o estado mata – ele assassina um irmão; *no gods, no masters* – mas pela tua mãe – anarquistas vão à missa – do luto à luta – ouvem calados o sermão; desde o princípio – estrela vermelha – embrião – coração é colectivo – do luto à luta; do ventre ao caixão.
sobre o princípio – escrevi poemas no cordão umbilical que me quis enforcar – palavras nunca nos vão salvar – mas ajudam a perguntar: porque é que ninguém me perguntou, queres começar? professora natividade – ensinou-me que palavras são olhos; ensinou-me a escre(-ver) – ensinou-me a chorar; areeiro à chuva – descobrir que palavras descrevem orvalho – e que orvalho são vestígios de chuva sob o que é material – pedra filosofal; caneta de tinta preta – ajudou-me a morrer – ajudou-me a matar; estar vivo é escrever – escrever é gritar: NÃO QUERO VIVER – mas acompanhado
era uma vez – a primeira vez – que descobri que «era uma vez» não era o princípio de todas as histórias; era uma vez o primeiro poema – pediu-me a professora natividade: nunca largues a escrita – não cumpro promessas – mas não larguei a escrita porque ela me agarrou – salvou-me; era uma vez – a primeira vez – que disse adeus em poema – a despedida suprema – Vando, avó – se só disse uma vez amo-te – este poema, como nenhum, é para sempre
sobre o princípio – sobre o fim: início – mãe, eu, tu, precipício – não queria ter nascido; nunca amar? mãe, não escolhi, mas amei amar-te

não esperem um «adeus»
nunca disse «olá»

no fim do poema estás tu; interlúdio – silêncio – pausa de tudo; começa o dia – 'tou fodido pra caralho porque vou trabalhar – mas convidaste-me para beber café; de manhã; como desde sempre – pensei odiar...
olhos a fechar – barulho da cidade; espero-te chegar; hoje não vens com a lua – 'ta bué luz na rua – bebo martini bianco – fecho os olhos – sinto-me sufocar; e não é como sempre o cordão umbilical; espero-te – não consigo respirar; a cidade quer acordar-me; vejo-te ao longe – melodia – electricidade – ar
fecho os olhos – conseguir inspirar,
expirar, cof cof, respirar;
voar
a cair...
talvez, finalmente, descansar?

A Princesa



@A_BIBLIOTEKA

Uma voz sincera e forte, com tons femininos que, através da sua poesia, abre caminho num mundo feito por e para homens. Em Itália, onde a história terminou, é um cantor importante, Fabrizio De André, quem, com a sua música "Princesa", a tornou conhecida.

Caras de diabo, viagens transatlânticas, sexo, violência, drogas, amor e alianças imprevistas atravessam o relato da Princesa, de nome Fernanda, que foi musa da sua própria vida. Em primeira pessoa, conta com imenso detalhe e sem censurar as partes cruas - porque a vida é assim -, o seu percurso de transformação desde o nordeste brasileiro até à prisão masculina de Rebibbia. Em folhas recicladas aqui e ali, quase de forma catártica, começou a escrever para sair do buraco, para tentar habitar fora, se calhar nas lembranças, mas fora do tormento da prisão. Quem lhe deu a receita foi Giovanni Tamponi, preso em Rebibbia (Roma) desde o início dos anos 90 e condenado a prisão perpétua por homicídio. Giovanni, antes de ser preso, viva na Sardenha, era um pastor pobre mas livre, e a escrita devolvia-lhe essa sensação.

Quando conheceu a Fernanda, foi uma surpresa que chocou de frente com todos os seus preconceitos: nunca tinha visto uma transexual (ao longo do livro é como a Fernanda se refere a si mesma, pelo que vamos usar o termo transexual neste artigo), mas através da janela da sua cela começou a falar com ela, nenhum preso falava com as trans nem com os gays. No mundo masculino da prisão, elas criavam um novo elemento de complexidade: misto de fascínio, medo e repulsa. Quase ninguém ousava aproximar-se. Fernanda passava os seus escritos para Giovanni que, graças ao seu dialeto sardo, conseguia perceber e traduzir o português/italiano de Fernanda e até criou um glossário para perceber as suas cartas. Criaram uma linguagem própria para comunicarem, uma mistura de brasileiro, sardo e italiano. O Giovanni partilhava as suas traduções com Maurizio Ianelli, vizinho de cela. Único dos três a ter literacia e a conhecer realmente a língua italiana, preso por terrorismo, formava parte da luta armada das Brigadas Vermelhas. Maurizio ficou absorvido por esse universo que Fernanda e Giovanni tinham criado e, em função de visitante, começou a juntar e «traduzir» essas cartas no formato que se tornou finalmente o livro *A Princesa*.

> No mundo masculino da prisão, elas [transexuais] criavam um novo elemento de complexidade: misto de fascínio, medo e repulsa.

Essa rede de alianças imprevistas, clandestinas, entre as grades da prisão foi possível só porque as três pessoas estavam fechadas no mesmo buraco, procurando habitar fora: nas lembranças da própria vida, nas experiências alheias ou num mundo criado por palavras. O fio em comum? A procura pela construção da própria identidade, uma identidade diferente daquela dada por uma sociedade altamente punitiva. É por isso que Fernanda inspira estes dois homens; ela, como todas as pessoas trans, desafia o papel que a sociedade lhe deu para desempenhar, criando o seu próprio papel fora das expectativas e padrões normativos. Essa é a força de Fernanda, como mulher trans, sobrevivente de múltiplas violências ao longo da sua vida.

A Princesa nasceu Fernandinho, e foi, na boca da sua mãe Cícera, «melhor do que uma filha mulher». Duas metades de coco foram os seus primeiros seios. Aos sete anos, diante do espelho, ela era uma mulher, a vaca nas brincadeiras, a menina com as meninas, o «veado» para quem, cheio de preconceitos, nomeava nada mais que o destino da Princesa.

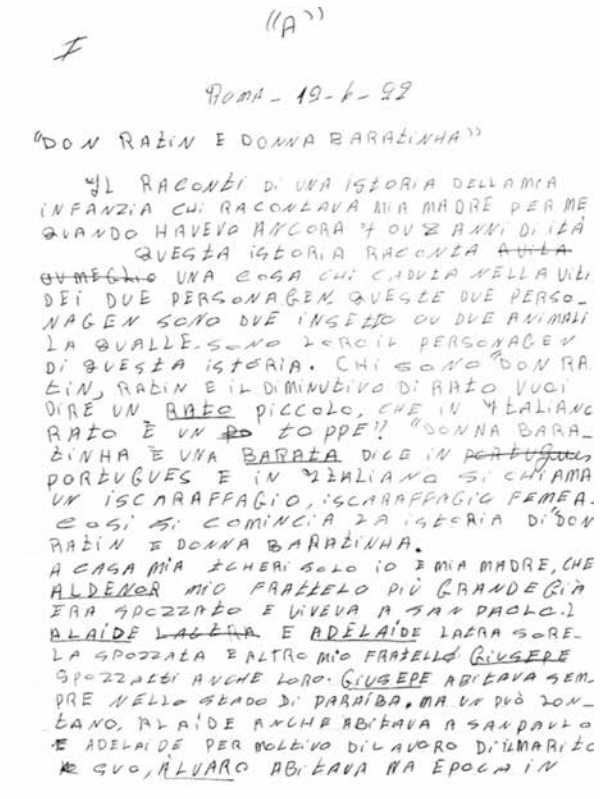
Sono la pecora sono la vacca
Che agli animali si vuol giocare
Sono la femmina camicia aperta
Piccole tette da succhiare
Sotto le ciglia di questi alberi
Nel chiaroscuro dove son nato
Che l'orizzonte prima del cielo
Ero lo sguardo di mia madre
«Che Fernandinho è come
una figlia
Mi porta a letto caffè e tapioca
E a ricordargli che
è nato maschio
Sarà l'istinto, sarà la vita»
E io davanti allo specchio grande
Mi paro gli occhi con le dita
a immaginarmi
Tra le gambe una minuscola fica
Nel dormiveglia della corriera
Lascio l'infanzia contadina
Corro all'incanto dei desideri
Vado a correggere la fortuna
Nella cucina della pensione
Mescolo i sogni con gli ormoni
Ad albeggiare sarà magia
Saranno seni miracolosi
Perché Fernanda è proprio
una figlia
Come una figlia vuol far l'amore
Ma Fernandinho resiste
e vomita
E si contorce dal dolore
E allora il bisturi per seni
e fianchi
Una vertigine di anestesia
Finché il mio corpo
mi rassomigli
Sul lungomare di Bahia

—

Sou a ovelha, sou a vaca
Que gosta de brincar
a os animais
Sou a fêmea, camisa aberta
Peitos pequenos para sugar
Sob as pestanas destas árvores
No claro-escuro onde nasci
Que o horizonte antes do céu
Era o olhar da minha mãe
"Que Fernandinho é como
uma filha
Traz-me à cama café e tapioca
E para lhe lembrar que nasceu rapaz
Será o instinto, será a vida"
E eu, à frente do espelho grande
Tapava os olhos com os dedos
para me imaginar
Entre as pernas, uma
pequena vagina
No sono leve da camioneta
Deixo a infância de campo
Corro para o encanto dos desejos
Vou corrigir a sorte
Na cozinha da pensão
Misturo sonhos com hormonas
Ao amanhecer será magia
Serão seios milagrosos
Porque Fernanda é mesmo
uma filha
Como uma filha quer fazer amor
Mas Fernandinho resiste
e vomita
E contorce-se de dor
E então o bisturi para seios
e ancas
Uma vertigem de anestesia
Até que o meu corpo se
pareça comigo
Na marginal de Bahia

"Princesa" Fabrizio de Andrè

O projeto Princesa 20 (www.princesa20.it/progetto20/) nasce vinte anos depois da primeira edição do livro. O site contém uma parte significativa dos manuscritos de Fernanda (os primeiros cadernos, a correspondência com Tamponi e Iannelli, a transcrição de algumas conversas-entrevista com os dois coautores em Rebibbia); de Giovanni Tamponi (o primeiro caderno de Farias transcrito em italiano padrão e o glossário); a totalidade do material datilografado que Maurizio Iannelli fez a partir dos papéis de Fernanda, respeitando a sua interlíngua (uma mistura de italiano, sardo e português); a «cópia inicial» do trabalho de redação que dará origem ao livro de 1994, etc. Na secção "De André": alguns manuscritos de Fabrizio de André que mostram o processo genético da canção que abre o disco Anime Salve (1996), o documentário de Carlo Conversi Princesa incontri irregolari (Princesa, encontros irregulares), transmitido na Rai Tre em 1994 para a série "Storie vere" (Histórias Verdadeiras).



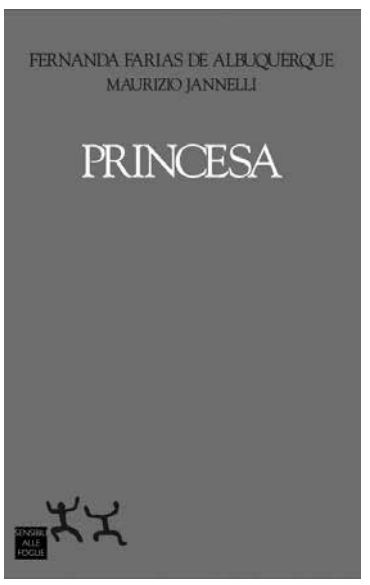
"A"

Roma - 19-6-92

"DON RAZIN E DONNA BARAZINHA"

Yl Racontè di una istoria della mia infanzia cui raconzava mia madre per me quando havevo ancora 4 ou 5 anni di età questa istoria raconta ~~una~~ ~~ovmeglio~~ una cosa chi chiuia nella vita dei due personagen queste due personagen sono due insetto ou due animali la qualle sono 2 eroi il personagen di questa istoria. Chi sono "Don Razin, Razin e il diminutivo di Rato vuol dire un Rato piccolo, che in Italiano Rato è un ~~Ro~~ topo!? "Donna Barazinha è una Barata dice in ~~portugues~~ portugues e in Italiano si chiama un iscaraffagio, iscaraffagio femea. Così si comincia la istoria di Don Razin e Donna Barazinha.
A casa mia ichera solo io e mia madre, che Aldenor mio fratello più grande era spozzato e viveva a San Paolo. Alaide ~~Lazzia~~ e Adelaide lazza sore. La spozzata e altro mio fratello Giusere spozzatti anche loro. Giugepe abitava sempre nello stado di Paraiba, ma un può lontano, Alaide anche abitava a San Paulo e Adelaide per motivo di lavoro di suo marito Alvaro abitava na Epoca in

Farias de Albuquerque, *Storie e leggende del Nord Est*, 19-21.6.1992
Do site www.princesa20.it/progetto20/



Princesa
Fernanda Farias de Albuquerque, Maurizio Jannelli e Giovanni Tamponi
Sensibili Alle Foglie, 1994
128 páginas

TRINCA 2126.2

O presente artigo insere-se no âmbito de uma lógica de relatos futuristas, dirigidos ao seu passado = nosso presente, do blog de utopias para a cidade "Calçadas do Multiverso" (calcadasmultiverso.com).

Aviso: o autor do texto reserva o direito de inventar largo, inclusive palavras que só venham a fazer sentido no século XXII. Para os estômagos mais sensíveis a viagens no tempo, até seria sugerida a toma de um comprimido VomiNOT®, mas, lá está, a patente só será registada em 2096…

Esferas de preocupação

PEDRO CARNEIRO
CALCADASMULTIVERSO@GMAIL.COM

Preocupação
Uma força pré-carregada.
Não solicitada.
Permanente.
Bloatware psicológico.
Overclock patológico dos circuitos do pensamento.

Um inquilino que lhes pré-ocupava as cabeças. Aliás, um ocupa não amovível. Uma carraça.

Que nos põe sempre inquietos, sempre em agenda indelével.

Não é fácil admitir, mas sobressai em qualquer ato, qualquer palavra, qualquer ensaio, qualquer gesto de vida. Aliás, o que é a vida senão uma omni-preocupação em manter-se assim: vivo?

Mas mais importante é: o que precisamos e lutamos por manter vivo?

Francamente, quantos de nós pensam sequer nisso? Estar vivo é normalmente uma coisa acéfala. Só dói quando se falha.

Mas só tem um derradeiro falhanço: incorrer na inevitável morte. Um pequeno só, para a maior decisão de todas: manter-se vivo a todo o custo. A custo dos outros.

Então, a custo de quem?

Se precisamos de nos manter vivos, distinguimos à cabeça o que somos do que não somos, para só protegermos o primeiro.

Eu vs outro.

E é aí que tudo começa a desenrolar-se.

Círculo de sobrevivência

Talvez tenha feito sentido na altura, mas dificilmente qualquer instanciação atual da matriz do humano típico do século XXI poderia, ironicamente, sobreviver.

Digamos que, como camada subjacente a tudo que fazemos, como uma espécie de chão em que todas as outras jogadas surgem, está a perma-noção pervasiva da morte. Queremos, então, acautelar o nosso afastamento dela.

Reparemos no «nosso». Por mais lobos solitários que tenhamos sido, afirmar que cada pessoa só se preocupa com a sua própria sobrevivência é uma caricatura. Sim, talvez de forma instintiva, em momentos muito específicos. Mas também de forma instintiva vemos atos de grande altruísmo – biologicamente programado? – como um pai se coloca em perigo para defender um filho. Coloca a sua sobrevivência em causa pela de outro. Outro!

Ora, qual é então o local onde termina o diâmetro da nossa esfera de auto-sacrifício…?

Quem incluímos no ubíquo orbe de tudo com que nos preocupamos e protegemos?

É esta a chave da minha tese: varia.

E, como tudo que varia, ou retrai e morre ou evolui.

Naquela época de quezílias, conflitos e guerras, a esfera era pequena. Variável, mas pequena.

Para alguns, já muito poucos, só continha os próprios. Ou acumulavam sem fim à vista, não como a formiga vs cigarra, mas como a formiga vs todas as outras formigas, preocupadas não com ter para si, mas retirando aos outros a oportunidade de o fazer, como estratégia para que não lhes faltasse. Ou, perante um cenário pouco encorajador, eremitavam para mosteiros, grutas, palhotas, ilhas. A sociedade parecia-lhes um fiasco, então os outros que se afundassem nela, mas não eles. Uma espécie de birra, digamos.

Para outros, com um pouco mais de expressão, englobava a própria família. Mas, com nuances. A partir de certo grau de parentesco – normalmente ali na paleta entre graus de primos superiores ao primeiro - essas frágeis proto-ligações esbatiam a vontade de alargar o círculo. Não me interpretem mal, não lhes desejavam sofrimento, mas eram-lhes… indiferentes, em certa medida. Desenhavam o círculo muito mais perto de casa. Talvez até só contendo o seu agregado exclusivo.

Outros ainda, pareciam já uns humanistas!, porque estendiam a sua preocupação para lá do perímetro genealógico… incluíam na sua esfera de preocupação aqueles que eram exatamente como eles. O que os unia - aliás, caracterizava com um pendor quase perigosamente identitário - era uma ideia política, uma ideia cultural, uma ideia de crença, uma ideia territorial. Assim, todos os que comungavam do mesmo -ismo, mereciam o seu esforço de apaziguamento e benquerença. Já todos os outros… não. Porque eram demasiado diferentes para merecerem igual tratamento e sorte.

Não havia forma de assumirem as desvantagens da sua conceção de um mundo ideal de requisito único: que todos fossem

iguais a eles… Mas não suportavam estar na sua própria presença inquieta. Conseguiriam viver só rodeados de espelhos? Teria essa vida qualquer piada? Como nos podemos rir da anedota contada de nós a nós próprios?

Enfim, grande parte do mundo dos humanos estacionara neste parque, convencido que estava no destino. Nem sonhavam em abrir a porta e sair do carro para ver o que descobriam além. Estavam tão confortavelmente agarrados à sua identidade-pátria, identidade-clube de futebol, identidade-ideologia que bloqueavam a oportunidade de receber um paradigma mais apaziguador.

Isto, porque estavam sempre zangados. Sempre rezingões. Sempre a espingardar na rede virtual e a caluniar na vida real. Porra, pareciam viciados naquela tacanha forma de estar! Viciados na sua própria armadilha social. E quem lhes dissesse que podiam transcender isso, como é óbvio, seria encaixado nos que pensam de outra forma e, portanto, exóticos demais para lhes pertencer ao círculo de preocupação e sobrevivência próprio e, portanto, um alvo e um candidato chumbado nessa aplicação.

Porém, os chumbados não eram coitadas nem meras ovelhas negras. Eram visionários. Ovelhas luminosas que encandeavam os demais.

Ovelhas luminosas

Então, que trago de novo com este tema? Já demonstrei como o círculo de preocupação evolui e estava distribuído pela população.

Mas falta a ligação ao século XXII.

Pensemos: se, num contexto mundial em que a maioria das esferas de preocupação individuais se prendiam consigo próprios, o seu património genético ou cultural, o resultado era uma nova guerra, conflito, escândalo a cada mês… como seria uma sociedade global de ovelhas luminosas? Ou seja, esses cuja esfera ultrapassasse as arbitrárias barreiras sem fundação nem substância.

Uma sociedade em que o círculo de preocupação abrangesse não só a si nem ao outro, mas a todos os outros, todos os seres, todos os sistemas e a tudo como um todo.

Uma sociedade integrada e responsável, não no sentido moral, mas no sentido existencial.

Parece impossível, ou utópico… sim, era uma utopia.

Mas é aqui que entro a descrever quão prática e comum é essa realidade, porque é a que vigora no século XXII.

Praticalidades

Sabem quando, nos dia-a-dias, há aquelas acupunturas sociais, nas quais se manipula de forma tão pequenina, tão subtilzinha, que nem na nossa mais honesta autocrítica lhe conseguimos chamar manipulação? Estou a falar daquele sorriso 30% falso, aquela contenção da honestidade em 25%, aquela frase-feita que não queríamos dizer mas de que o outro gosta, … que fazemos, não porque desejamos totalmente, mas sim porque dito/feito naquele momento, àquela pessoa, pode vir a dar-nos jeito no futuro?, aliás, mais do que jeito, resultados? Olhem, deve ter começado por aí.

Havia tanta manipulação, tão generalizada, que em vez de se pedir que se reduzisse drasticamente, se começou a manipular a própria manipulação como mapa para a confiança. De forma incrível, estes mecanismos introduzidos por verdadeiros magos da ciência social canalizaram a manipulação para os seus nobres propósitos, tal como no exemplo anterior, daquele gestozinho, aquele esforçozinho extra para cair nas graças de quem pode vir a ajudar-nos. À custa de uma recontextualização brutalmente aplicada de forma indiscriminada: e se todos se vissem uns aos outros como todos os alguéns que os podem vir a ajudar?

Uma recontextualização ao mesmo nível da que violentamente progride a negatividade da expressão "graxista" de um bajulador desonesto para a positividade de um "graxista" enquanto elogiador honesto, mesmo que ligeiramente exagerado, de um amigo, colega ou concidadão em carência de ânimo.

Ou que ajuda uma beata perdida na rua, na jornada rumo ao cinzeiro.

Ou que ouve a epopeia trágica de um mendigo, mesmo que não tenha mais como o ajudar.

Ou que abdica de acumular ad aeternum para não romper as costuras do sistema que lho permitiu fazê-lo.

Ou que, à falta de tudo, não falte em otimismo, abertura de mente e ignorância consciente.

Mas como se conseguiu isso? Foi assim tão fácil?

Porque não se fez mais cedo…? Era preciso ter deixado a humanidade entrar em insolvência?

Explicarei. Depois.

Administração

Se a expansão do círculo de preocupação era um dos fatores para a reorganização conceptual da sociedade, havia algo a acontecer em sentido inverso: o círculo da divisão administrativa. Essa moveu-se ao contrário, do geral para o particular, até à escala certa para o bicho em causa, ou seja, no sentido da proximidade e responsabilização comportáveis pelo sapiens sapiens. Abordarei isso em seguida.

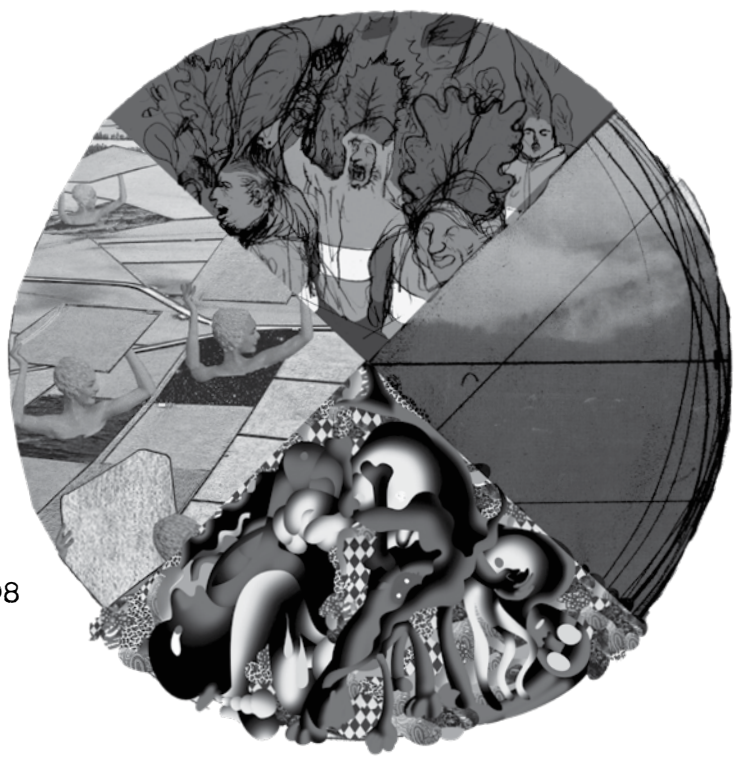
Assina o Jornal Mapa contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt
(enviar como donativo)



MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 49
Abril-Junho 2026

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Garras*, Os Ingovernáveis*, K*, Pedro Mota*, Ana Queijo*, José Tavares*. Vozes de Dentro, Outros Ângulos, Borboleta Azul, Biblioteka, Diogo Duarte, Diana Dionísio, Pedro Carneiro, Eça Sofia, Rosa Mª Regueiro Ferreira, Tofana Wuornos, Ana Luiza Miranda, Dani Bento, Marcha da Visibilidades Trans 2026, Chiara Moneta, Eleonora Ciongoli, Nicoletta Ciongoli, Rafael Baptista, Nuno Pereira, Pedro Morais, Inês Vegetal, Noa, Igor Cerejo, Dedo Mau, CrimeThInc, Rede de Apoio Mútuo de Lisboa, Jaume Valentines, A. M Luísa Sousa, Graça Santos, Tiago Baptista, João Francisco, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Susana Baeta, Mariana Vieira, Ana Afonso, Rolando, Sónia Gabriel.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares
Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com
Mastodon: masto.pt/@jornalmapa

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

A Casa da Horta fica!

A Associação Casa da Horta existiu durante 17 anos na Rua de S. Francisco, no coração do Porto turistificado, enquanto espaço de resistência, internacionalista, sem fins lucrativos, apartidário e organizado com uma estrutura não hierárquica. Uma lança anti-capitalista na aorta do consumo de massas.

O prédio onde estiveram 17 anos era um dos poucos da Ribeira ainda habitado por famílias locais. Um edifício com pessoas da zona e uma associação deveria ser quase uma coisa banal numa cidade. Mas, no Porto, é quase uma raridade. Os antigos proprietários tinham decidido manter as rendas a um nível aceitável, mas tudo mudou quando o prédio acabou nas mãos duma empresa de especulação imobiliária. Em 7 de Outubro de 2025, a associação recebeu uma carta do seu novo senhorio a informar que não queria renovar o contrato com o colectivo, que teria de abandonar o espaço até ao final de Fevereiro de 2026.

Como foi a experiência de ser um espaço anti-capitalista no centro do furacão do turismo no Porto?

Se por um lado temos visto o desaparecimento e empobrecimento dos vizinhos à nossa volta, por conta da turistificação, o facto de termos continuado aqui tem sido um motivo de satisfação, propósito e coerência, por podermos prestar à comunidade local um serviço comunitário que é cada vez mais escasso na zona. Para isso, trabalhamos, por exemplo, em conjunto com o centro social e paroquial S. Nicolau. Temos também actividades e o espaço em si para comer e estar, livre de julgamento, para gente tanto local como não local em situações de crise. Isto por si só deixa-nos felizes, e com vontade de participar na vida colectiva da cidade.

Como vocês próprios dizem, «esta é uma história conhecida no Porto», que torna visível «o verdadeiro impacto da gentrificação e do turismo de massas» na cidade. Qual é esse verdadeiro impacto?

O impacto da gentrificação e do turismo de massas na cidade, nomeadamente, no centro histórico, teve como resultado o constante e propositado roubo dos espaços locais, acessíveis, que antes serviam a população. Isto significa cafés, padarias, frutarias, drogarias, etc… Pequenos negócios essenciais à vida diária. E isto para nem falar sobre as estruturas de apoio social, por exemplo, e todos os outros equipamentos do estado. Isto deixa uma parte da população, já por si muitas vezes em situação de carência económica, numa situação ainda mais difícil, a todos os níveis. Tudo em nome do chamado «crescimento económico». As pessoas que fazem o Porto vêem-se assim, figurativa e literalmente, barradas da vida na cidade.

Têm estado à procura de um novo espaço. Dificilmente será num local próximo, se se pensar nos preços da zona. Tem sido difícil? O trabalho de 17 anos com a comunidade mais próxima pode perder-se? Em que termos é que têm pensado nessa mudança? Ou seja, qual será o próximo capítulo da Casa da Horta?

Se me perguntassem antes, a minha resposta provavelmente teria como foco a impossibilidade de lutar contra as grandes empresas de especulação imobiliária, os processos letais que assolam a cidade, as conversas apocalípticas dentro da equipa sobre os possíveis cenários e o tempo que podemos dar-nos ao luxo de gastar para enfrentar a instabilidade financeira, processos judiciais, resistência, ocupação etc. E talvez nas constantes perguntas da comunidade sobre soluções, quando nenhuma solução parecia possível.

Felizmente, respondo a esta pergunta agora, quando acabámos de receber boas notícias. Devido ao grande interesse da comunicação social na nossa história de despejo, fomos contactados pela Câmara do Porto e ofereceram-nos um espaço público com a renda simbólica mensal de 100 euros e um contrato renovável de 5 anos. Vemo-nos em breve na Rua de Trás! (Vale ressaltar que, quando nos candidatamos a uma vaga pelo processo burocrático oficial, recebemos uma resposta automática de que não havia vagas disponíveis).

Neste contexto, o nosso actual senhorio aceitou permitir-nos ficar por mais alguns meses, necessários para as construções no novo espaço e a mudança.

Mas, mais importante ainda, é preciso falar sobre a enorme quantidade de apoio que recebemos. As pessoas realmente apoiaram-nos com muito carinho e uma resistência encorajadora!

Essa mudança de local implica custos e a Casa da Horta lançou uma campanha de angariação de fundos para transportes, obras, adaptações e algum equipamento essencial. Como está a correr? Querem aqui aproveitar para reforçar o apelo?

Ainda bem que nos perguntaram

O nosso futuro espaço na Rua de Trás era anteriormente uma associação desportiva, pelo que a maior parte do espaço é um grande balneário. Ou seja, teremos de adaptar o espaço para as actividades e construir uma cozinha. Ainda estamos a analisar os orçamentos, mas é certo que ainda precisaremos de mais dinheiro para uma construção que cumpra as normas da Câmara. Podes apoiar-nos:

- propondo/organizando um evento de angariação de fundos (workshop, festa, jantar, etc.);
- doando para o financiamento colectivo (link no final);
- oferecendo as tuas habilidades em construção ou ajudando com as tarefas de mudança.

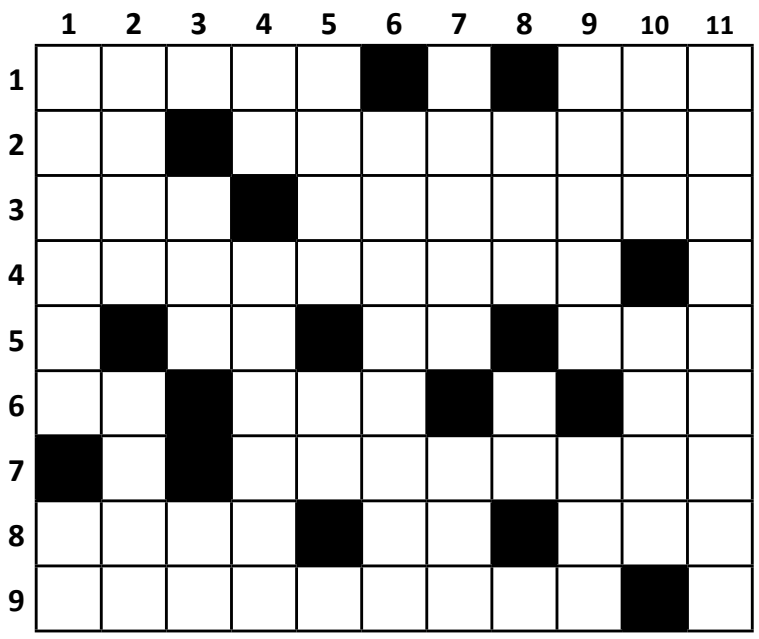
Para poder sobreviver a associação abriu uma cantina vegana. Dos pratos que servem mais regularmente, qual o que melhor acompanha a leitura dum Jornal MAPA?

Vem saborear a comida incrível preparada a cada primeira segunda-feira do mês por um grupo de amigues afegãs/afegãos que procuram uma vida mais segura no Porto. Ou experimenta as nossas tentativas de fazer caril, roti e dal, inspiradas nos nossos vizinhos de Bangladesh. Ou vai até a Rua de Cimo de Vila, 151, no Porto, para provar os pratos originais espectaculares!

Casa da Horta
(Ainda na) R. de São Francisco 12, 4050-253 Porto
Apoia em: www.gofundme.com/f/casa-da-horta-needs-a-new-home

Coordenadas

Zezinha Marmelo



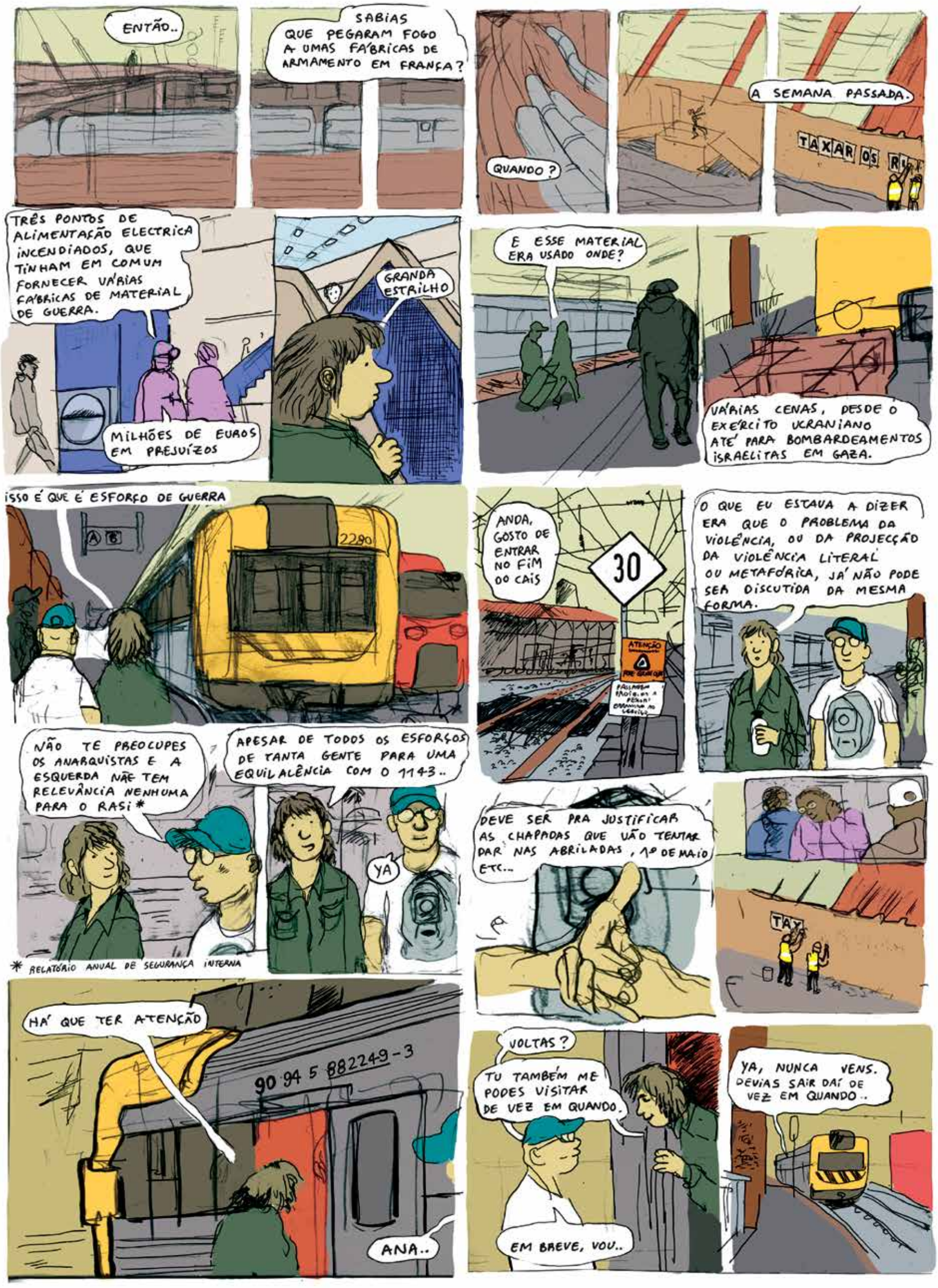
Horizontais

1. Abreviatura de impecável. Lábio inglês. **2.** Contracção da preposição «em» com o artigo definido «a». Pequeno doce feito de açúcar que se derrete na boca. **3.** Anda pelo ar. Tornar lindo. **4.** Língua universal, referida neste número do MAPA. **5.** Antes do meio-dia. Símbolo químico do cobalto. Transpire. **6.** Suspiro. Partido dos Trabalhadores do Curdistão. Prefixo indicativo de duplicidade ou repetição. **7.** Disciplina que desafia a habitual perspectiva antropocêntrica, heteronormativa, branca e binária e que «nos convida a olhar o mundo animal e vegetal e as suas relações sociais e culturais de uma forma menos "humana"», segundo escreve Inês Vegetal neste número do MAPA. **8.** Assim seja. A mesma vogal repetida. Grande. **9.** Que pertence ou é utilizado por muitos.

Verticais

1. Desejo, feio, de possuir algo que outra pessoa possui. Ao cuidado de. **2.** Extremidades dos braços. Qualquer sistema, teoria, tendência, doutrina ou movimento que não se quer especificar. **3.** Agência Portuguesa do Ambiente. Artigo castelhano. **4.** Símbolo químico do érbio. Entorte. **5.** Comer à noite. Duas consoantes que podem ter o mesmo som. **6.** Rádio de Torino de que se dá notícia neste número do MAPA. **7.** Porco. Que francês. **8.** Confederação Nacional do Trabalho. Segunda pessoa do singular. **9.** O heptágono tem sete. Eu em latim. **10.** Viagem. Empresa de transportes que escraviza motoristas um pouco por todo o mundo. **11.** Fixes.

Soluções | Horizontais_1. Impec. Lip. **2.** Na. Rebuçado. **3.** Voa. Alindar. **4.** Esperanto. **5.** AM. Co. Sue. **6.** Ai. PKK. Bi. **7.** Ecoqueer. **8.** Amen. UU. Grã. **9.** Colectivo.
Verticais_1. Inveja. AC. **2.** Mãos. Ismo. **3.** APA. El. **4.** Er. Empene. **5.** Cear. KC. **6.** Blackout. **7.** Sufino. Qui. **8.** CNT. Tu. **9.** Lados. Ego. **10.** Ida. Uber. **11.** Porreiras.


ENTÃO..
SABIAS QUE PEGARAM FOGO A UMAS FÁBRICAS DE ARMAMENTO EM FRANÇA?
QUANDO?
A SEMANA PASSADA.
TAXAR OS R
TRÊS PONTOS DE ALIMENTAÇÃO ELECTRICA INCENDIADOS, QUE TINHAM EM COMUM FORNECER VÁRIAS FÁBRICAS DE MATERIAL DE GUERRA.
MILHÕES DE EUROS EM PREJUÍZOS
GRANDA ESTRILHO
E ESSE MATERIAL ERA USADO ONDE?
VÁRIAS CENAS, DESDE O EXÉRCITO UCRANIANO ATÉ PARA BOMBARDEAMENTOS ISRAELITAS EM GAZA.
ISSO É QUE É ESFORÇO DE GUERRA
2290
ANDA, GOSTO DE ENTRAR NO FIM DO CAIS
30
ATENÇÃO
O QUE EU ESTAVA A DIZER ERA QUE O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA, OU DA PROJECÇÃO DA VIOLÊNCIA LITERAL OU METAFÓRICA, JÁ NÃO PODE SER DISCUTIDA DA MESMA FORMA.
NÃO TE PREOCUPES OS ANARQUISTAS E A ESQUERDA NÃO TEM RELEVÂNCIA NENHUMA PARA O RASI*
APESAR DE TODOS OS ESFORÇOS DE TANTA GENTE PARA UMA EQUIVALÊNCIA COM O 1143..
YA
* RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA
DEVE SER PRA JUSTIFICAR AS CHAPADAS QUE VÃO TENTAR DAR NAS ABRILADAS, 1º DE MAIO ETC..
TAX
HÁ QUE TER ATENÇÃO
90 94 5 882249-3
ANA..
VOLTAS?
TU TAMBÉM ME PODES VISITAR DE VEZ EM QUANDO.
EM BREVE, VOU..
YA, NUNCA VENS. DEVIAS SAIR DAÍ DE VEZ EM QUANDO..

JOSÉ SMITH VARGAS

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 49
ABRIL-JUNHO 2026
3000 EXEMPLARES

ESTA NÃO É A NOSSA GUERRA

As pessoas que vivem e lutam no Irão foram as primeiras vítimas da guerra levada a cabo pelos EUA e Israel, que fez escalar a repressão interna exercida sobre os movimentos sociais.

FILIPE NUNES

«Há mais de um mês que as bombas americanas e israelitas caem sobre o Irão. Estão a morrer civis. Centenas são crianças. Mais de um milhão de pessoas deslocadas. A *internet* está cortada desde 28 de fevereiro. A guerra já se espalhou por toda a região. Mas queremos dizer o que os meios de comunicação não dirão por nós. Não lamentamos a morte da República Islâmica. Lutámos contra ela toda a nossa vida. Ela torturou os nossos camaradas. Prendeu as nossas irmãs. Massacrou o nosso povo durante 47 anos. Mas as bombas do império não são a nossa libertação».

As palavras são de um membro da Frente Anarquista e publicadas nas redes sociais no início de Abril. O distanciamento em relação à ofensiva é claro: «Esta guerra não é a nossa guerra. Os EUA e Israel estão a perseguir os seus próprios interesses estratégicos: a eliminação da capacidade naval e de mísseis do Irão, do seu programa nuclear e da sua capacidade de desafiar o domínio americano e israelita na região. Nenhum destes objetivos inclui a liberdade do povo iraniano. As bombas provam-no: mais de 1500 civis mortos, centenas de crianças, escolas destruídas, centros médicos atingidos».

E, por outro lado, «ao mesmo tempo que as bombas vêm de fora, a República Islâmica trava uma guerra a partir de dentro. Os manifestantes estão a ser executados. Os presos políticos estão trancados em celas sem comida. Os nossos camaradas estão desaparecidos. O regime usa os detidos como escudos humanos em bases militares. O povo do Irão está preso entre duas formas de violência. Uma usa turbante. A outra veste fato». Por outro lado, prossegue o testemunho, «àqueles que hasteiam a bandeira do Xá [Reza Pahlavi] na diáspora, dizemos claramente: não sobrevivemos a 47 anos de uma ditadura para entregar o nosso país ao filho de outra». E recordam como «as pessoas estiveram nas ruas sem qualquer apelo da oposição sediada no estrangeiro» na última vaga de protestos populares, da partir do dia 28 de dezembro de 2025 e durante onze dias. «Foram as organizações curdas que a 8 de janeiro de 2026 convocaram uma greve geral. Depois disso, Reza Pahlavi apelou à participação nos protestos de 8 e 9 de janeiro. O seu apelo, feito onze dias depois de as pessoas já se terem manifestado de forma independente, proporcionou o contexto para o massacre de dezenas de milhares de pessoas nesses dois dias». Assim, para estes opositores no Irão, «a coroa e o turbante são duas faces da mesma moeda. Recusamos ambas. Opomo-nos à República Islâmica e opomo-nos a esta guerra».

Nem mestres, nem reis, nem deus. O poder pertence a nós, não a eles

Logo no início da escalada militar outras anarquistas iranianas (@Decolonize Anarchism) afirmavam que «a máquina da guerra impõe uma dupla mentira: os poderes imperialistas apresentam a sua violência como sendo de libertação, enquanto os regimes autoritários apresentam a sua repressão como sendo resistência. Entre estas duas narrativas, as lutas dos povos em si tornam-se invisíveis». Em março este coletivo, em entrevista ao Instituto de Estudos Libertários do Brasil, vincava que, se «a crise no Irão tem que ser entendida dentro de uma luta regional e global mais ampla por poder, corredores, mercados, influência militar e ordem política, a questão iraniana não pode e não deve ser reduzida apenas à geopolítica». Há uma oposição real «entre os poderes governantes e os povos da região que estão a tentar sobreviver à guerra, à ocupação, à ditadura e à ruína económica». Neste cenário, «apesar da fragmentação das forças de oposição, um ponto parece hoje amplamente partilhado por toda a sociedade iraniana: a grande maioria das pessoas quer que a República Islâmica seja desmantelada e substituída por alguma forma de sistema democrático. No entanto, décadas de repressão impediram o desenvolvimento de organizações de oposição duráveis dentro do país».

Olhando para as revoltas populares, do movimento Mulher, Vida, Liberdade em 2022 aos protestos de 2025/2026, na citada entrevista observava-se como «décadas de repressão tornaram as organizações centralizadas extremamente vulneráveis» pelo que «os protestos foram iniciados através de redes informais de vizinhança, ações de rua espontâneas, grupos estudantis e círculos laborais, o que tornou o movimento flexível e difícil de suprimir pelo regime, onde a falta de liderança centralizada não foi uma fraqueza, mas uma adaptação à repressão autoritária, permitindo que a resistência se espalhasse através de atos quotidianos de desafio».

> Os poderes imperialistas apresentam a sua violência como sendo de libertação, enquanto os regimes autoritários apresentam a sua repressão como sendo resistência. Entre estas duas narrativas, as lutas dos povos em si tornam-se invisíveis

Porém, qualquer forma de oposição no Irão enfrenta hoje circunstâncias dramáticas. De acordo com as palavras vindas da Frente Anarquista, «após o massacre de dezenas de milhares de pessoas, ocorrido principalmente nos dias 8 e 9 de janeiro de 2026, os anarquistas e muitos outros ativistas políticos tomaram a decisão de não participar em protestos de rua. Não porque a luta tenha terminado, mas porque a forma atual de protesto de rua não derruba este governo. O regime demonstrou que está preparado para massacrar mais dezenas de milhares de pessoas. Anunciou explicitamente que qualquer pessoa que participe em protestos de rua será tratada como inimiga e recebida com balas. A questão que se nos coloca não é se devemos resistir, mas sim como resistir de forma eficaz sem simplesmente fornecer ao regime mais corpos para matar. Essa questão não tem uma resposta fácil. Mas é a resposta honesta».

Um filme de
Outros Ângulos Produções
& REGENERAR.
AGROECOLOGIA EM MOVIMENTO
" UM FILME SOBRE AMAP E CSA "
UM OLHAR ÍNTIMO SOBRE O MOVIMENTO PORTUGUÊS QUE ESTÁ A REVOLCIONAR A FORMA DE FAZER AGRICULTURA E A RELAÇÃO ENTRE QUEM PRODUZ E QUEM COMPRA, CRIANDO COMUNIDADES EM TORNO DO ALIMENTO. UMA VIAGEM A UM PORTUGAL DE FRONTEIRA. UM FILME-MANIFESTO PELA SOBERANIA ALIMENTAR, FEITO E FINANCIADO POR QUEM PARTICIPA E APOIA O MODELO DAS ASSOCIAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA DE PROXIMIDADE, AMAP/CSA.